

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Monografia

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS AOS ATINGIDOS
E ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO**

THATIELE MONIC ESTEVÃO

**MARIANA-MG
2021**

THATIELE MONIC ESTEVÃO

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS AOS ATINGIDOS
E ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de serviço social da
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique
Miranda Horst

Mariana – MG
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

E79t Estevão, Thatiê Monica.
O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. [manuscrito] / Thatiê Monica Estevão. - 2021.
102 f.: il.: color., tab.. + Organograma.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Serviço Social. 2. Minas e recursos minerais. 3. Desastres. 4. Mariana (MG). I. Horst, Claudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB62560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thatiele Monic Estevão

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS AOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 08 de dezembro de 2021

Membros da banca

Doutorado - Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Graduação - Geruza Luiza da Silva - (Cáritas Brasileira)
Mestrado - Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0266329** e o código CRC **9E68D895**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000335/2022-39

SEI nº 0266329

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Enquanto mulher preta e quilombola, agradeço aos meus ancestrais que passaram por estas terras e prepararam o caminho, esta conquista só foi possível devido a muitas lutas travadas por eles para que eu e os que irão me suceder pudéssemos ter direito a vida e a todos os direitos básicos presentes na Constituição Federal de 1988.

Agradeço a minha sobrinha, Maria Clara, que nos momentos mais difíceis com sua doçura de criança alegrou os meus dias, e a todos os meus familiares e amigos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse viver este momento.

Agradeço a professora Marina Rodrigues Correia dos Reis e a minha supervisora de campo de estágio Geruza Luiza da Silva, pelo aceite do convite como banca examinadora e leitura atenta deste Trabalho de Conclusão de Curso. A Geruza, agradeço mais ainda pelos ricos debates realizados dentro do campo de estágio que me possibilitaram ricas reflexões ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a todos os/as professores/as que contribuíram com meu processo de formação, mas especialmente ao meu orientador Dr. Claudio Henrique Miranda Horst. Cláudio, foi mais que um orientador neste processo, a biblioteca viva do Serviço Social (como carinhosamente costumamos o chamar), não só contribuiu com as reflexões que deveriam ser feitas ao longo deste estudo, como também foi acolhimento em todos os momentos em que eu mais precisei. Suas orientações leves, desprendidas de cobranças excessivas fizeram com que eu me sentisse segura no ato de pesquisar e entendesse que este era apenas mais um movimento de aprendizagem. Deixo aqui registrado a admiração que tenho por ele enquanto um professor que instiga, apoia e valoriza seus alunos, que leva para as salas de aulas debates ricos e que busca sempre o diálogo. Bem como também, minha admiração a ele enquanto um profissional crítico, propositivo, que em sua atuação profissional busca a materialização do Projeto Ético-Político e fortalecimento da classe trabalhadora.

Agradeço a todas as profissionais que dividiram um pouco das experiências de seu cotidiano ao participarem desta pesquisa.

Agradeço ao Rodrigo Machado, que em meio a tantas demandas ainda sim contribuiu com o processo de revisão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos vocês, muito obrigada!

“A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar” (Eduardo Galeano).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo geral analisar o trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes em territórios atingidos pela barragem de Fundão, a fim de identificar limites e possibilidades do trabalho mediado pelo Projeto Ético-Político. Os objetivos específicos são: refletir sobre o sistema do capital e a lógica da minério-dependência em Minas Gerais a fim de desvendar os rompimentos de barragens; analisar o trabalho profissional de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão a fim de apontar seus limites e possibilidades; contribuir para a construção de respostas profissionais mediadas pelo Projeto Ético-Político junto aos atingidos e atingidas por barragens. O método que nos guiará no presente estudo é o materialista histórico dialético. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. No que tange aos procedimentos e técnicas de coleta de dados, foi enviado via e-mail um questionário com questões abertas e fechadas para profissionais que estão/estiveram inseridos/as em assessorias aos atingidos pela barragem de Fundão. O universo de análise corresponde ao total de *cinco assistentes sociais*. A partir das reflexões geradas através deste estudo, compreende-se que o trabalho do/a assistente social em territórios atingidos é de fundamental importância dentro do processo de reparação dos atingidos e atingidas e conclui-se que os fundamentos da profissão dão subsídios para atuação profissional frente a qualquer expressão da “questão social”, bem como nestes espaços que hoje se apresentam como novos campos de trabalho – as assessorias técnicas independentes. Concluímos também que, como possibilidade na atuação profissional nas assessorias técnicas independentes e no processo de reparação dos atingidos e atingidas, o trabalho profissional pode ser construído a partir de três frentes que articuladas entre si dão subsídios para a reparação integral dos atingidos e atingidas, sendo elas: o trabalho no atendimento direto aos atingidos e atingidas, a articulação com os movimentos sociais e o trabalho junto a rede socioassistencial do município.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Profissional. Assessoria. Mineração. Barragens.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work has the general objective of analyzing the work of social workers in independent technical advisory services in territories affected by the Fundão dam, in order to identify limits and possibilities of the work mediated by the Political Ethical Project. The specific objectives are: to reflect on the capital system and the logic of ore-dependence in Minas Gerais in order to unravel the dam failures; analyze the professional work of social workers in independent technical advisory services to those affected by the Fundão dam in order to point out its limits and possibilities; contribute to the construction of professional responses mediated by the ethical-political project with those affected and affected by dams. The method that will guide us in the present study is the dialectical historical materialist. This is a field research, with a qualitative approach. Regarding data collection procedures and techniques, a questionnaire with open and closed questions was sent via email to professionals who are/were inserted in advisory services to those affected by the Fundão dam. The universe of analysis corresponds to a total of five social workers. From the reflections generated through this study, it is understood that the work of the social worker in affected territories is of fundamental importance within the process of repairing those affected and it is concluded that the fundamentals of the profession provide subsidies for professional performance in the face of any expression of the “social question”, as well as in these spaces that today present themselves as new fields of work – independent technical advisors. We also concluded that, as a possibility in professional performance in independent technical advisors and in the process of repairing those affected and affected, professional work can be built from three fronts that articulated with each other provide subsidies for the integral repair of those affected and affected, being them: the work in the direct attendance to the affected and affected, the articulation with the social movements and the work with the social assistance network of the municipality.

Keywords: Social service. Professional Work. Advice. Mining. Dams.

LISTA DE FIGURAS

Organograma 1: Questões do trabalho vinculadas a dimensão teórico-metodológica.....	82
Organograma 2: Questões do trabalho vinculadas a dimensão ético-política.....	83
Organograma 3: Questões do trabalho vinculadas a dimensão técnico-operativa.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Artigos das revistas A1 e A2 do Serviço Social, que perpassam pela abordagem do nosso tema.....	20
Quadro 2: Organização da Matriz de Danos.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
ANM - Agência Nacional de Mineração
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CAPSij - Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS - Centros de Referência em Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados em Assistência Social
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
EAD- Ensino a Distância
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
IEM - Indústria Extrativa Mineral
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
ONG - Organização não Governamental
PAEBM - Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE
TTAC - Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - CAPITALISMO, CRISES E MINERAÇÃO: ELEMENTOS FUNDANTES PARA A COMPREENSÃO DOS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS.....	24
1.1 O capitalismo monopolista e a potência de concentração econômica das Indústrias Extrativas Minerais.....	24
1.2 Impactos da Mineração e do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-Mg.....	27
CAPÍTULO II – O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE.....	40
2.1 O Serviço Social e a contradição capital x trabalho: desafios e possibilidades do trabalho profissional.....	40
2.2 O Assistente social e o trabalho na assessoria: notas introdutórias.....	47
CAPÍTULO III – O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO.....	53
3.1 As assistentes sociais entrevistadas: o perfil das profissionais.....	53
3.2 A formação profissional como pressuposto para o trabalho crítico: dilemas, ausências e potencialidades.....	55
3.3 O desvendar do trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes: o encontro do Serviço Social com os/as atingidos/as no miúdo do cotidiano.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERENCIAS.....	91
APÊNDICE	101

INTRODUÇÃO

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos (Eduardo Galeano – As veias abertas da América Latina).

A cidade de Mariana, primaz de Minas Gerais, originou-se no final do século XVII. Está localizada na região sudeste do Brasil, a 110km da capital Belo Horizonte. Em 2020, estimava-se que o total de habitantes era de 61.288 mil pessoas (IBGE). Uma das maiores produtoras de ouro para o império português durante o período colonial, Mariana¹ ainda hoje mantém sua economia dependente principalmente da extração de minérios e do turismo.

Segundo Bertollo (2017, p. 142), “o estado de Minas Gerais, que como o próprio nome já deixa entendido, é um território com uma imensa riqueza natural subterrânea”, seja por seu aquífero ou pelo vasto número de jazidas de minério. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2014, n.p), Minas Gerais é o estado minerador *mais importante no país*, visto que é dele que sai aproximadamente *53% do minério exportado*.

No Brasil, em junho de 2020 a exportação de minério de ferro chegou a 30,05 milhões de toneladas, um aumento de 1,3% em relação ao mesmo período do ano de 2019 (ARAUJO, 2020, n.p). Em setembro de 2020², os números da exportação subiram para 18,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior (SAMORA, 2020, n.p). Concomitante a isso, as inseguranças trazidas pelas barragens de rejeitos da exploração mineral continuam a assombrar principalmente as comunidades próximas a elas. Segundo Milanez e Wanderley (2020, p. 1), “o número de barragens de mineração sem atestado de estabilidade praticamente dobrou no último ano, passando de 5% para 9% do total monitorado”.

Mesmo com todas as problemáticas geradas a partir de dois crimes listados dentre os piores “desastres” socioambientais registrados no Brasil e no mundo - o rompimento da

¹ O município é composto pelos distritos de Bandeirante, Cachoeira do Brumado, Camargos, Cláudio Manoel, Furquim, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Passagem de Mariana, Santa Rita Durão e Águas Claras; e subdistritos como Bento Rodrigues, Santo Antônio da Barroca, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Borba, Campinas etc.

² Cabe ressaltar que o aumento da lucratividade das empresas do setor minerário cresceu exponencialmente, mesmo em meio a uma pandemia global. No Brasil, o primeiro caso de Coronavírus foi confirmado no dia 26 de janeiro de 2020, no entanto, a Vale/ Samarco não paralisaram suas operações, apesar de comprovado o significativo aumento de contágio entre os trabalhadores. Tal setor apresentava um discurso embasado na suposta essencialidade das atividades de extração mineral. Discurso que foi acatado pelo Governo Federal e fortemente rebatido pelos trabalhadores e movimentos sociais, “essencial é a alimentação na mesa do povo, é a saúde, a segurança. Como [o governo] colocou [como essencial], a empresa está respaldada. Qual é a forma do trabalhador se defender? Ele não tem mecanismo jurídico para se defender”, lástima o trabalhador (GIMENES, 2020, n.p).

barragem de Fundão em Mariana, 2015; e a barragem B1 da mina Córrego do Feijão em Brumadinho, 2019 -, os avanços referentes às leis e legislações, não se apresentaram muito significativos (MILANEZ, WANDERLEY, 2020). O que acaba mantendo o modelo de desenvolvimento neoextrativista do Brasil.

Ao reconhecermos que a mineração amplia o número de pessoas contratadas sobre o regime de carteira assinada, o que consequentemente contribui com o aumento da renda dos comércios locais e um crescimento na economia da cidade de Mariana – cerca de 80% de sua renda, era advinda da mineração – contraditoriamente é preciso evidenciar que esta atividade traz, ao mesmo tempo, diversos impactos prejudiciais ao território, aos municípios, para a população, seja eles na ordem social e/ou ambiental.

Se tomarmos como referência, por exemplo, uma das determinações centrais da nossa formação social em que predomina a lógica da superexploração da força de trabalho, temos elementos para identificar as profundas contradições presentes na realidade dos territórios minerados. Em a *Dialética da Dependência* (2000) Marini apresenta-nos o contexto de dependência em que vivemos e salienta que esta nossa sujeição não é só política, mas também econômica e ideológica, alterando toda a forma de sociabilidade, a qual mantém a mercadoria como célula central.

A relação de exploração viabilizada pelo sistema produtivo capitalista legítima não apenas a degradação dos recursos naturais, mas também possibilita a ruína da qualidade de vida e da saúde daquelas e daqueles cuja força de trabalho é essencial para a produção do lucro. Os espaços de reprodução da vida são, portanto, utilizados como instrumentos de dominação do capital, que se apodera, segundo a lógica do lucro e da apropriação privada, dos recursos naturais e dos ambientes de socialização construídos pelas mãos humanas. Entre as inúmeras consequências desse processo, está o adoecimento e a morte do ser humano que trabalha em decorrência da atividade produtiva que exerce (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 198).

Portanto, um dos determinantes da nossa condição de dependência é a superexploração da força de trabalho que se desenvolve durante os avanços tecnológicos do modo de produção capitalista, dando espaço a flexibilização e a precarização do trabalho como algo estruturante da realidade brasileira. Nesse caso, as diversas frações da classe trabalhadora vendem sua força de trabalho em troca de baixos salários que não farão frente às suas necessidades básicas, particularidades identificadas no Brasil até os dias atuais.

A partir da lei geral de acumulação capitalista, partimos do pressuposto de que a “questão social” tem sua gênese explicada pelo processo de acumulação/reprodução do capital. Esse processo leva à incorporação de novas tecnologias visando o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo do trabalho socialmente necessário

na produção das mercadorias, ocasionando o aumento do capital constante e diminuição do capital variável.

Netto e Braz (2006) ressaltam que não é só a incorporação do processo técnico que gera a população trabalhadora excedente ou desempregada, seria um erro interpretar assim, visto que o processo técnico proporciona a diminuição da quantidade de horas do trabalho necessário, porém esse não é o objetivo do processo capitalista, ele não se satisfaz com o tempo de trabalho socialmente necessário, já que a valoração do capital vem da obtenção da mais valia.

O capitalista paga o valor da força de trabalho, ou seu preço, que coincide ou não com o valor, e recebe em troca o direito de dispor diretamente da força viva de trabalho. Usufriui a força de trabalho em dois períodos. Num primeiro, o trabalhador produz apenas um valor que é igual ao valor de sua força de trabalho, um equivalente, portanto. O capitalista recebe assim um produto de preço igual ao que ele pagou pela força de trabalho. É como se tivesse comprado o produto pronto no mercado. Mas, no período de trabalho excedente, a força de trabalho que o capitalista utiliza produz para ele um valor que não lhe custa nenhuma contrapartida. Explora gratuitamente a força de trabalho. Neste sentido, pode-se chamar o trabalho excedente de trabalho não-pago (MARX, 2001, p. 609).

O desenvolvimento tecnológico se torna um elemento central no aumento do desemprego devido às leis de reprodução do capitalismo, no qual não há produção em resposta às necessidades humanas e sim valoração do capital, reduzindo o número de trabalhadores e explorando mais os que permanecem a trabalhar, sem preocupações com a vida social do trabalhador e sim, com o tempo maior a se explorar sua força de trabalho. Com este processo, acabam por formar o chamado "exército industrial de reserva". Percebemos assim que, na mesma proporção em que se desenvolve esse modo de produção especificamente capitalista, avançam a pobreza, o pauperismo, as profundas desigualdades sociais a partir de novas determinações.

Adentrando as relações do sistema minerário com a reprodução da acumulação capitalista, percebemos que o período de *boom e pós-boom* das *commodities* minerais deixa em evidência a relação de troca desigual descrita por Marini (2000) em *Dialética da Dependência*. No período de *boom*³ (entre 2003 e 2013), há um aumento da logística e infraestrutura produtiva, conseqüentemente um volume elevado na extração de minérios, o que tende a aumentar o número de barragens de rejeitos e propende agravar os impactos socioambientais em áreas urbanas e rurais.

³ “Um contexto de elevação dos preços das *commodities* minerais no mercado global que influenciou diretamente a forma como tal ação se desenvolveu ao longo desde (recente e curto) período da história extrativa mineral no país” (WANDERLEY, 2017 apud BERTOLLO, 2017, p. 141).

No *pós-boom* das *commodities* minerais, as empresas do setor minerário (particularmente a Vale e a BHP Billiton que detêm, cada uma, 50% das ações da mineradora Samarco) perderam valor de mercado, e acabaram por contrair dívidas. Com efeito, a mineradora visou baixar seus custos e angariar seus lucros, conseqüentemente, os trabalhadores contratados pela ampla política de terceirização experimentaram a precarização do trabalho no seu modo mais cruel. Em suma, as ações adotadas pela mineradora só aumentavam as possibilidades de crimes ambientais e a superexploração do trabalhador.

No dia 05 novembro de 2015, aproximadamente às 16:20h, a barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Mariana chamado Bento Rodrigues, e pertencente a empresa Samarco S.A. (atualmente controlada por uma joint-venture entre as empresas Vale S.A e BHP Billiton) rompeu-se, atingindo a barragem de Santarém que posteriormente acabou por transbordar, alcançando assim os subdistritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Borba, Campinas e o distrito de Camargos, o que causou a destruição de mais de 300 edificações e deixou, dentre os feridos, *19 mortos*.

Devido ao crime⁴ socioambiental, além de todas as perdas, adoecimentos, e outras determinações que impactaram as vidas dos atingidos e atingidas⁵, as vítimas sofreram deslocamento físico forçado e tiveram que passar a residir na cidade de Mariana até que maiores providências viessem a ser tomadas. As/os atingidas/os demandavam de vários serviços/políticas que por vezes a eles foram negados ou tiveram dificuldades para o acesso. Frente a isso, no dia 23 de dezembro de 2015, no Fórum Dr. Armando Pinto Monteiro na cidade de Mariana, foi ajuizada a Ação Civil Pública de N° 0400 15 004335-6. Esta respaldaria os atingidos e atingidas quanto ao acesso aos seus direitos básicos como moradia, indenizações etc.

Para dar suporte ao processo de reparação dos atingidos e atingidas e defender os interesses da mineradora Samarco, foi constituída a Fundação Renova, uma instituição

⁴ É importante ressaltar, que dentro do processo de pesquisa deste trabalho, optou-se por conduzir pela denominação de *crime*, o ocorrido em 05 de novembro de 2015. Visto que, segundo o dicionário online de português, desastre, na “etimologia” (origem da palavra *desastre*), deriva do italiano “disastro”, pelo francês “*désastre*”, com o mesmo sentido de *acidente* gravíssimo” (DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUES, 2021, grifo nosso). No entanto, a partir de todo acúmulo e do entendimento das próprias atingidas/os e debate feito ao longo deste processo de escrita, chegamos à conclusão, de que o crime ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, não foi casual, como sugere um dos conceitos da palavra “acidente”.

⁵ Importa sinalizar o papel importante e central que as mulheres ocupam na luta pela reparação, nos diversos movimentos sociais, em particular no MAM e MAB. Mulheres de luta, que a partir do crime sofrem com o agravamento do preconceito, mas que se unem contra toda e qualquer forma de opressão/exploração, e fazem do luto, a luta. “Só eu e minhas companheiras aqui atingidas pela mineração é que sabemos. Nós enterramos os nossos mortos, para nós só sobra o luto, mas não temos tempo de chorar pelos nossos mortos, porque temos que fazer do luto, a luta! Que nenhuma mulher se cale diante de nenhum opressor!” grita Simone (BARROS, 2019, n.p).

autônoma, acordada por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em Brasília no dia 02 de março de 2016 pelas empresas desta *joint-venture*, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Governo Federal, e algumas autarquias/institutos como Ibama, Instituto Chico Mendes, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria do Meio Ambiente e etc. (vide TTAC⁶).

Por sua vez, os atingidos e atingidas passaram a se organizar através da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o qual ganhou força maior quando em 14 de setembro de 2016 através de uma audiência pública, os/as atingidos/as conseguiram efetivar o direito de ter uma assessoria técnica independente que pudesse representá-los perante a sua luta por uma reparação justa dos danos morais, materiais e imateriais, além do reassentamento. Desta forma, as famílias impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, através de uma votação, optaram em ter a assessoria técnica independente da Cáritas.

A Cáritas, cujo nome em latim significa “caridade”, é uma *entidade filantrópica* que desenvolve ações coletivas e individuais voltadas à construção de um mundo melhor para os pobres e oprimidos, sejam ações em territórios nacionais ou internacionais. Reconhecida e legitimada no território de Mariana como assessoria dos atingidos/as pelo rompimento da barragem de Fundão, tal entidade passou a ter como principal compromisso “garantir a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas” (BARROS, 2019, n.p). Para tanto, nela há variadas equipes atuantes, tais como: de assessoria técnica territorial, psicossocial, jurídica e de processo de cadastramento.

Dentre as equipes que trabalham com os/as atingidos/as também estão presentes profissionais do Serviço Social. No processo de reparação dos atingidos e atingidas pelo rompimento, a/o assistente social cumpre papel importante no atendimento das demandas, uma vez que trata-se de uma profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho, entendido a partir de configurações expressas pela relação de classes estabelecida pelo capitalismo, na sua fase monopolista. Assim, a/o assistente social é reconhecida/o como o profissional que responde pelas mais diversas expressões da “questão social”. Aqui, particularizadas na luta pela *reparação*.

⁶ Para maiores informações consultar documento completo disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>>.

Partindo da compreensão que o *objeto* de trabalho dos/as assistentes sociais são as expressões da “questão social”, a/o profissional tem como *objetivo* contribuir para a viabilização do acesso a direitos sociais, seja atuando diretamente no atendimento ao usuário nos serviços, seja fortalecendo a participação popular, as lutas e resistências por direitos. Na direção do art. 8º do código de ética profissional, alíneas C e D, o profissional deve “contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária” e “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais” (CFESS, 2011, p.31).

Na contemporaneidade, para lidar com as demandas surgidas a partir do antagonismo das classes sociais a/o assistente social deve articular cotidianamente seu aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, visando construir respostas qualificadas, comprometido com o Projeto Ético-político. Apesar de sermos uma profissão liberal, a particularidade de nossa inserção na divisão social e técnica do trabalho bem como o papel que cumprimos na reprodução das relações sociais capitalista, as/os profissionais possuem uma autonomia relativa, o que implica em reconhecermos a capacidade que temos como sujeitos profissionais de imprimirmos um norte ao trabalho – ancorado no Projeto Ético-Político – como estratégias de alargamento da nossa autonomia. Ao mesmo tempo deve-se reconhecer que as determinações do assalariamento e dos diversos vínculos de trabalho impõem condicionantes socialmente objetivas em relação a autonomia profissional na condução do trabalho e à integral efetivação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2010).

Os fundamentos do trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade se assentam em perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas que apontam para a superação da sociedade capitalista, em prol de uma emancipação humana. Tal direção exige mediações no cotidiano que visam fortalecer as classes subalternas, ao mesmo tempo em que lida com a circunstância de não ter sido contratado para trabalhar diretamente pelas frações com quem se compromete, mas sim, na maioria das vezes, pelo próprio capital (e instituições que o representam), tendo por vezes como exigência contribuir para processos de subalternização e apassivamento dos sujeitos.

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, nesse sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2011, p. 69).

Sendo assim, a intervenção profissional não se resume apenas a uma ação pontual, com o foco nas expressões da “questão social” mediante a políticas públicas, mas a um processo realizado através da capacidade teleológica que a/o assistente social possui, ou seja, habilidades de fazer escolhas entre alternativas. Como destaca Iamamoto (2000, p. 20): “é uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição e seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais [...]”. É notória a escolha hegemônica e coletiva que a categoria tem pela luta da classe trabalhadora, por meio de uma maior interação e compreensão das desigualdades sociais, entendendo o porquê da existência da “questão social”, conhecendo as “mazelas sociais”, entre outros aspectos. E, aqui, destacamos então o nítido compromisso que assistentes sociais precisam estabelecer com as pautas e lutas das/os atingidas/os.

O interesse pelo tema deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu em 2018, quando passei a trabalhar na equipe de cadastramento da Cáritas. Em 2019, tornei-me estagiária de Serviço Social, passando assim, a vivenciar as demandas do setor psicossocial⁷. No período de estágio, várias inquietações surgiram ao longo deste caminho, diante da necessidade de compreender qual o papel desenvolvido pelos assistentes sociais frente a este crime socioambiental. Como garantir a ética e o sigilo profissional? Como construir estratégias em equipes multidisciplinares? Como pensar, diante de dúvidas e demandas inéditas que se apresentavam, as novas expressões da “questão social” que surgem nesse espaço sócio-ocupacional sem precedentes?

As perguntas que me atordoavam fizeram-se presentes durante todo meu processo de vida por ser moradora da cidade de Mariana. Sempre tive questionamentos internos e não sabia as respostas ou caminhos para buscá-las. A realidade na qual estava inserida não me permitia tais reflexões. Foi somente a partir do meu processo de formação acadêmica, das reflexões geradas em sala de aula, das disciplinas que contemplavam o meu tema de pesquisa que pude encontrar caminhos na busca das possíveis respostas para os meus questionamentos.

Outro espaço importante para isso foi a participação em um projeto de extensão intitulado “O trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração”, no qual tive a oportunidade de ser bolsista, que reforçou o meu interesse neste tema. A cada encontro ocorrido no âmbito do projeto, conseguíamos adentrar um pouco mais na discussão e avançar

⁷ Conforme alertou Vasconcelos (2018), integrar setores ou equipes psicossociais não significa tomar a dimensão psicossocial como *função*, mas apenas como campo e/ou área de atuação. Portanto, dentro desse campo ou área de atuação as/os assistentes sociais permanecem tendo como objeto de atenção às diferentes expressões da “questão social”. E não realizando atividades com foco no “tratamento social” de indivíduos e famílias e/ou tratamento de doenças (físicas ou mentais) que podem resultar na psicologização das expressões da “questão social”.

nas respostas nas quais eu procurava. No entanto, algumas questões ainda estão a ser respondidas. Por fim, vale destacar que o presente TCC se vincula à linha de pesquisa intitulada: “O Trabalho de Assistentes Sociais em Territórios Atingidos pela Mineração/Barragens”, conduzida pelo professor Claudio Horst, do departamento de Serviço Social da UFOP.

Assim, após a problematização inicial do nosso objeto de pesquisa apresentamos a *relevância* do estudo.

No que tange a **relevância Social**, compreendendo que falamos de um crime sem precedente até o ano de 2015, e que ainda hoje, poucos estudos sobre a temática foram realizados, entendemos que falar sobre este processo tende a contribuir com o entendimento e possíveis respostas a questionamentos coletivos – tanto por parte de moradores das cidades mineradas quanto da sociedade em geral, bem como propiciar à comunidade acadêmica e profissionais da área reflexões para o debate acerca do nosso objeto de pesquisa. Ademais, entendemos que este processo de pesquisa contribui com a luta dos atingidos e atingidas. Ao abordamos um assunto tão significativo na vida destes, contribuimos para o debate e para que não seja esquecido o crime pelo conjunto da sociedade.

No que tange a **relevância científica**, como já mencionado, durante o processo de pesquisa poucos estudos foram encontrados referente a temática. Tratamos aqui de um tema que contempla vários aspectos vivenciados por anos no Brasil e que se intensificou a partir do ano de 2015. Em buscas realizadas na Biblioteca Digital de TCCs da UFOP, observamos que do ano de 2015 até a presente data (2021), não houve nenhum estudo realizado que relacione a dinâmica da mineração, o rompimento de barragens e o trabalho profissional de assistentes sociais⁸.

Realizamos também, até o primeiro trimestre de 2021, buscas na *Revista Katálysis*, *Revista Serviço Social e Sociedade*; *Revista Argumentum*, *Revista Em Pauta*, *Revista Políticas Públicas do Maranhão*, *Revista Ser Social* e *Revista Textos e Contextos*. Digitamos as palavras chaves: *mineração*, *barragem*, *questão ambiental*, *meio ambiente*, *desastre*, *assessoria*. Dentro deste recorte de palavras-chaves, catalogamos os artigos encontrados nas revistas A1 e A2 do Serviço Social, que perpassam pela abordagem do nosso tema, organizados na tabela abaixo.

⁸ Vale ressaltar que nossos levantamentos foram realizados até o semestre 2020/1. Cabe destacar, por exemplo, que outro TCC, vinculado a mesma linha de pesquisa que a nossa, foi defendido no semestre 2020/2, intitulado: O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social da discente Marcilene Silvia do Carmo. Também orientado pelo Prof. Claudio Horst.

No entanto, não foi identificado nenhum artigo científico que contemplasse diretamente nossa temática – trabalho de assistentes sociais junto aos territórios atingidos pela mineração -, o que demonstra nossa relevância científica e a urgência do Serviço Social brasileiro em construir estudos, debates, e socializar os resultados dos estudos realizados.

Quadro 1 – Artigos das revistas A1 e A2 do Serviço Social, que perpassam pela abordagem do nosso tema.

Autor/a	Título do Artigo	Ano da publicação	Palavras-Chave	Resumo
Lúcia Maria de Barros Freire, Soraya Gama de Ataíde Prescholdt	Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora.	2015	Trabalho. Saúde do trabalhador. Meio ambiente. Desenvolvimento insustentável.	Este artigo estuda a relação entre a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento permitido pelo Brasil a uma empresa de mineração multinacional, associado à ideologia neoliberal, que resulta na agressão aos direitos sociais e ambientais, verificados com 70,54% de seus trabalhadores locais, com impactos na própria saúde, na da população à qual pertencem e do meio ambiente. Essa realidade é ocultada pela submissão de uma gestão ambiental pública alienada.
Celia Regina Congilio, Edma do Socorro Silva Moreira	A resistência aos grandes projetos de mineração do ferro no sudeste paraense.	2016	Extratativismo mineral, lutas, resistências.	O texto discute a exploração extrativista do ferro no sudeste paraense que se constitui importante aporte na expansão capitalista e na composição das exportações brasileiras. Ao mesmo tempo reconhece que tal expansão se reverte em processo nocivo para as florestas amazônicas, onde áreas imensas ficam sujeitas à destruição, inclusive dos meios de vida da população expropriada, constituída de trabalhadores urbanos, camponeses, indígenas e ribeirinhos. Conclui que, embora desse movimento restem pobreza e a ruína ambiental, formas de resistências são articuladas na busca de forças para que se estabeleçam condições mais favoráveis aos trabalhadores no constante motor da história da humanidade, a luta de classes.
Maria Roseli Rossi Ávila, Marcos Antônio Mattedi, Maria Salete da Silva	Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional.	2017	Serviço Social. Desastres. Vulnerabilidade. Gestão. Agenda social.	O artigo aborda o tema dos desastres e Serviço Social. Visa contribuir para a inclusão da temática na agenda de pesquisa e intervenção da profissão. Argumenta que o Serviço Social tem uma postura central na gestão das vulnerabilidades a desastres, mas discute pouco a questão. Para isso, apresenta resultados de pesquisa sobre o debate teórico e a produção recente do Serviço Social na área dos desastres no Brasil.
Nailsa Maria Souza Araújo, Érica da Silva Mendonça, Jane Mara de Araújo Costa, Jociane Pinheiro da Silva.	Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro: tema de interesse para o Serviço Social	2019	Questão ambiental, Conflitos socioambientais, Nordeste, Serviço Social	O objetivo do texto é apresentar parte dos dados encontrados na pesquisa que versou sobre a caracterização do quadro atual dos conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro como parte das expressões da questão ambiental e seu enfrentamento na contemporaneidade. Esses conflitos são apontados como novos desafios à área de conhecimento do Serviço Social. Tratou-se de pesquisa bibliográfica e documental, de tipo exploratória. Mostramos o crescimento significativo dos conflitos na região estudada; a terra como um dos principais recursos ambientais em disputa; e quem são os principais sujeitos políticos envolvidos nesses conflitos, tanto representantes do capital quanto do trabalho. Concluímos que o modelo de desenvolvimento econômico vigente é constitutivo e constituinte do quadro preocupante identificado, pois se sustenta na reprimarização da economia nacional, na recolocação do País no circuito de produção das commodities, aprofundando o lugar associado, dependente e desigual que historicamente lhe foi designado no bojo do mercado mundial capitalista.
Silvana Crisostomo da Silva	Desenvolvimento sustentável e os conflitos socioambientais	2020	Desenvolvimento Sustentável. Conflitos socioambientais.	Este artigo tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais provocados pela mineração relacionando-os ao Desenvolvimento Sustentável. Metodologicamente, baseia-se em análise

	provocados pela mineração sob a insígnia do capitalismo dependente.		Expropriação. Capitalismo dependente. Mineração.	bibliográfica, documental e cartográfica. O desenvolvimento sustentável, propagado como estratégia de mediação de conflitos socioambientais, reforça uma abstrata solução para uma questão estrutural, que é alicerçada na organização do modo de produção capitalista e possui determinantes sócio históricos, com destaque para os países de capitalismo dependente. Nesse processo, o golpe de Estado intensifica a desregulamentação da mineração brasileira, o que por sua vez, reforça a insustentabilidade socioambiental. Assim, o artigo conclui que o desenvolvimento sustentável escamoteia questões estruturais e que os conflitos socioambientais se dão pela expropriação dos recursos naturais, velados pela relação de classe.
Adriana Soares Dutra	Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres	2020	Serviço Social. Exercício profissional. Gestão de desastres	O presente artigo propõe uma reflexão crítica no que tange ao chamamento do Serviço Social para intervenção em desastres, considerando que, majoritariamente, o exercício profissional de assistentes sociais neste campo encontra-se voltado para o atendimento da população após a ocorrência de impactos, o que contribui para o reforço de características presentes na profissão desde a sua gênese, como o caráter subalterno e a ênfase na dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões profissionais. Com base em situações recentes e no levantamento de pesquisas e estudos sobre o tema, são realizados apontamentos que buscam a alteração desta realidade, a partir de um maior alinhamento entre as ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.

A partir do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, possui a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas, frente às demandas impostas pelas contradições do capital, acrescida de um crime socioambiental?

Nosso questionamento advém da nova conjuntura que se constitui e da busca por construir respostas às “novas” demandas mediadas por um Projeto Ético-Político em direção à uma reparação justa dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. A partir disso, delimitamos nossos objetivos.

Objetivo Geral: Analisar o trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes em territórios atingidos pela barragem de Fundão a fim de identificar limites e possibilidades do trabalho mediado pelo Projeto Ético-Político.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre o sistema do capital e a lógica da minério-dependência em Minas Gerais a fim de desvendar os rompimentos de barragens;
- Analisar o trabalho profissional de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão a fim de apontar seus limites e possibilidades;

- Contribuir para a construção de respostas profissionais mediadas pelo Projeto Ético-Político junto aos atingidos e atingidas por barragens.

METODOLOGIA

Para responder a estes objetivos, construímos nossos procedimentos metodológicos para leitura da realidade e construção científica. O **método** que nos guiará no presente estudo é o materialista histórico dialético. Nessa perspectiva:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

Inicialmente realizamos a **revisão bibliográfica**, de livros, artigos, jornais, revistas e legislações, permitindo-nos “adensar reflexões sobre o tema, problematizá-lo de forma mais consistente, identificar os aspectos que o permeiam [...]” (PRATES, 2016, p. 110), em que foi possível identificar inclusive a escassez de estudos realizados dentro desta temática.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem **qualitativa** que, segundo Prates (2016, p. 127), “busca conhecer trajetórias de vida, as experiências sociais dos sujeitos [...]”. Portanto, nossa pesquisa é de caráter qualitativo nos possibilitando extrair dados objetivos/subjetivos do cotidiano do trabalho das assistentes sociais através da coleta de dados.

Trata-se de **pesquisa de campo** com profissionais inseridas nos espaços das assessorias em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Nesse sentido, devido a pandemia da Covid-19, usamos o *e-mail* como nosso canal de comunicação tanto para contato com as profissionais quanto para o envio do questionário àquelas que colaboraram com nossa pesquisa. Portanto, no que tange aos procedimentos e técnicas de coleta de dados foi enviado via e-mail um **questionário** com questões abertas e fechadas.

O nosso **universo de análise** corresponde ao total de *cinco* profissionais que estão/estiveram inseridas em assessorias aos atingidos pela barragem de Fundão e que contribuíram para as reflexões sobre os desafios e possibilidades no processo de reparação justa das/os atingidas/os. Nossa *amostra* de pesquisa diz respeito ao total de cinco assistentes sociais. Adotamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a todas as participantes desta pesquisa confidencialidade e privacidade, bem como, segurança no armazenamento dos dados.

A partir do nosso questionário debruçamo-nos sobre os dados colhidos, a partir de categorias teóricas e empíricas, a fim de conceber uma organização para a análise de como se desenvolve o trabalho das assistentes sociais nas assessorias em territórios atingidos pelo rompimento de barragens de rejeitos da mineração (especialmente no município de Mariana⁹). Como técnica de análise utilizamos a **análise de conteúdo**, do tipo análise temática (BARDIN, 1977).

Conforme a resolução de N° 510, de 07 de abril de 2016, “considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes”, este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP¹⁰, e garante a proteção de todos os direitos dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

A presente pesquisa também se orienta pelos princípios éticos do Código de Ética da/o assistente social. Nessa direção, também nos comprometemos com a socialização e publicação dos resultados em revistas, congressos, formações com as profissionais e etc.

Por fim, o trabalho está organizado em *três* capítulos. O capítulo I versa sobre a mineração no capitalismo, cuja busca desenfreada pelo lucro ocasiona danos à classe trabalhadora e a seus territórios. O capítulo II diz respeito aos os fundamentos do trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade e a dinâmica desse trabalho nas assessorias técnicas independentes em territórios atingidos por barragem de rejeitos da mineração. O capítulo III traz algumas reflexões sobre os dados coletados em campo, bem como os desafios, limites e possibilidades de atuação profissional do/a assistente social na assessoria técnica independente. Por fim, as considerações finais apresentam os principais pontos e sínteses do trabalho.

⁹ Ao longo da pesquisa tomamos o cuidado de manter o sigilo e confidencialidade dos dados das profissionais entrevistadas, no entanto, apesar de as entrevistas terem ocorrido com profissionais de outros territórios, traremos o município/assessoria técnica independente de Mariana como referência, devido ao fato da experiência de estágio ter ocorrido neste território, no Plantão Cáritas, o que facilitou a compreensão e aprofundamento de alguns debates.

¹⁰ CAAE: 48806321.5.0000.5150 – Parecer: 4.976.037.

CAPÍTULO I - CAPITALISMO, CRISES E MINERAÇÃO: ELEMENTOS FUNDANTES PARA A COMPREENSÃO DOS ROMPIMENTOS DE BARRAGENS

I. O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse Mais leve a carga. II. Entre estatais. E multinacionais, Quantos ais! III A dívida interna. A dívida externa A dívida eterna. IV. Quantas toneladas exportamos De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro? (Lira Itabirana - Carlos Drummond de Andrade).

O objetivo do presente capítulo é refletir acerca do sistema capitalista, suas múltiplas facetas e os impactos que o sistema minerário traz em consonância com esta ordem societária, abordando as particularidades da formação social brasileira e os impactos da mineração no território de Mariana/MG. O capítulo está organizado em dois tópicos: 1.1 intitulado: O capitalismo monopolista e a potência de concentração econômica das Indústrias Extrativas Minerais; E o 1.2, intitulado: Impactos da Mineração e do rompimento da barragem de Fundão em Mariana- MG.

1.1 O capitalismo monopolista e a potência de concentração econômica das Indústrias Extrativas Minerais

Compreendemos que a crise estrutural do capital, que desde a década de 1970, atinge a sociedade em uma escala global faz com que o sistema incorpore novas formas de acumulação, um processo que se materializa no aumento das contradições entre capital x trabalho, e no antagonismo entre as classes (MÉSZÁROS, 2009). O que torna este, um sistema estruturalmente em crise.

O que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização - inerente a crise estrutural global do capitalismo - mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da *sociedade de mercado* (MÉSZÁROS, 2009, p.48).

Conforme destaca Iamamoto, “o capital, em luta contra sua crise, torna-se um “espectro de si mesmo”. [...] oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz” (IAMAMOTO, 2010, p. 21). Desde o processo de expansão do capitalismo monopolista, o capital agrícola, comercial e bancário sofre mutações e torna-se capital industrial; o poder econômico da burguesia, torna-se poder político, e temos neste momento a conversão do Estado patrimonial em Estado burguês (FILHO, 2013). A gestão nacional capitalista seguiu privilegiando apenas uma classe social, a burguesa, utilizando-se dos recursos públicos, mantendo assim um modelo de Estado intervencionista e corporativista.

A partir das consideráveis mudanças tecnológicas, industriais e sociais, e um forte incentivo a expansão dos negócios das grandes indústrias foi possível o aumento da

produção. “O que importa observar e destacar com máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu a urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2009, p. 20). Assim, os novos ditames do capitalismo monopolista vão internacionalizando o capital, banalizando as relações sociais, potencializando as trocas desiguais e as contradições entre as classes, produzindo e reproduzindo a “questão social” e suas múltiplas expressões. E aqui se destaca o imperialismo como determinação que vai avançando sobre os territórios, particularmente sobre os países de capitalismo dependente.

Assim, o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira e especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações. É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e da periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. Potencializa as mistificações – o mundo dos seus fetichismos –, tornando opacas as relações de exploração e subordinação política que mantém com os trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e sua desagregação (IAMAMOTO, 2010, p. 53).

Bertollo (2017, p. 82) afirma que “o imperialismo se caracteriza como uma fase particular do capitalismo em que as contradições deste modo de produção atingem um novo patamar de complexidade”. Para a autora, tal afirmação se justifica, devido a “conformação dos monopólios, pelo avanço além-mar destas grandes corporações capitalistas e pela busca desenfreada por superlucros” (BERTOLLO, 2017, p. 82). É importante ressaltar que a relação de subordinação do país vem desde o Brasil colônia, mas é no capitalismo dependente que novas determinações vão se instaurar com as trocas desiguais e a superexploração da força de trabalho.

Nesses termos, como destacou Netto, “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estado (NETTO, 2009, p. 24). A passagem descrita por Netto (2009) vem ao encontro da realidade e propósito da indústria extrativa mineral, que contribui fortemente com a manutenção e reprodução da internacionalização do capital já que “os territórios produtores de commodities estão diretamente ligados às demandas internacionais, contribuindo com a internacionalização da economia” (LAMOSO, 2017, p. 719)¹¹.

¹¹ Em Minas Gerais, os territórios mais atingidos pela lavra de minério de ferro são Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Itatiaiuçu, Mariana, Mateus Leme, Nova Lima, Ouro Preto, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo. Dado curioso é o fato de “71% do

Tal dinâmica ficará mais perceptível no país após a instauração do neoliberalismo, a partir dos anos de 1990, quando novas estratégias foram utilizadas pela burguesia como meio para sair da crise econômica, entre elas estava a privatização de algumas estatais¹². E, assim, o Estado transferia sua responsabilidade e autonomia para o setor privado. Dentre as estatais do bolo de privatização, estava a Vale, objeto fundamental no decorrer de nossas análises.

A demanda aquecida no setor mineral ocorreu concomitantemente à fase de implantação das políticas neoliberais no Brasil, quando a saída para a crise econômica foi realizada pela via das privatizações. [...] Esse processo de transferência de empresas estatais para a iniciativa privada foi apoiado pelos detentores da dívida pública que estavam interessados nos lucrativos ativos representados pelo patrimônio estatal, em substituição aos bônus públicos desvalorizados que inundavam o mercado (Mamigonian, 1996). Foi o indício de que o “surgimento”, ou melhor, o fortalecimento de um novo tipo de poder financeiro era possibilitado por mudanças macroeconômicas e institucionais (Sauviat, 2002/2003), como pode ser exemplificado com as privatizações. A privatização tornou-se um mecanismo de transferência de patrimônio, dissociada de uma proposta político-econômica de crescimento de longo prazo que se revelou imediatista, na medida em que seu principal objetivo foi o de estabilizar o crescimento da dívida líquida do setor público. Este objetivo ficou explícito quando fora alcançada a redução da dívida imobiliária federal (entre abril e maio de 1997), a partir da aplicação de metade dos recursos da privatização da CVRD (atual Vale) (LAMOSO, 2017, p. 727).

Esse processo de privatização foi determinante para a empresa Vale, uma vez que conseguiu aumentar seus lucros a partir da implementação de novas tecnologias que substituíram o trabalho humano, logo, com um valor menor nas folhas de pagamento, seus gastos diminuíram e seus lucros expandiram. Para além da precarização do trabalho, os impactos causados pela mineração vão além da superexploração do trabalhador, quando uma empresa do ramo da extração mineral entende que um território é rentável para ela, as pessoas que ali vivem passam a sobreviver sobre a constante ameaça de “despejo”, falamos de comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos tradicionais do campo¹³, e até mesmo a população inserida na cidade, que terá que passar pelo processo de reestruturação em prol do funcionamento destas empresas e indústrias. Afinal, como nos alerta Mascarenhas (2021):

[...] o monstro cumpre a função social de organizar o território obtendo legitimidade via ampliação da produtividade da atividade minerária. Pontos que são forjados desde suas protoformas, em que transmuta a posse da terra, de coletiva para privada,

total comercializado está concentrado em 4 empresas: Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Samarco, MBR e Usiminas” (BRASIL, 2017a apud LAMOSO, 2017, p. 720). Deixando fortemente explícito a dinâmica dos monopólios.

¹² Ver: **Filme:** Privatizações: a distopia do Capital - Roteiro e Direção: Silvio Tendler. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>.

¹³ Em alguns de seus estudos, Luiz Jardim Wanderley apresenta a discussão sobre as características das comunidades atingidas por rompimento de barragem a partir da raça, demonstrando que majoritariamente é a população preta atingida pela lama. Trata-se do debate sobre racismo ambiental, extremamente necessário de ser pautado e aprofundado. Indicamos o autor e sua vasta bibliografia já que infelizmente o presente estudo não aprofunda o debate.

e o trabalho de minerar, de ação ontológica para produção de commodities (MASCARENHAS, 2021, p. 10).

Eis que o monstro viabiliza que o capital torne a ação de minerar de meio de vida à meio de morte, culminando na desefetivação do ser (MASCARENHAS, 2021, p. 16).

Segundo crítica feita por Mascarenhas (2021), no capítulo *Duas faces do mesmo monstro*, a autora enfatiza que o “monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito minerário e, sim, o próprio padrão de minerar” (MASCARENHAS, 2021, p. 8). Mascarenhas (2021) vai além, quando explicita o caráter dominante do capital sobre a vida humana, e como a reprodução, acumulação e centralização do capital estão fortemente ligadas à gênese da “questão social” e questão ambiental. Ao observarmos o código de mineração (Decreto-Lei nº 227/67), percebemos que a cada novo processo de atualização, este tem contribuído cada vez mais com novos conflitos entre a população e as Indústrias Extrativas Minerárias. Como afirma Milanez (2012):

O Código é baseado no mito de que a mineração teria prioridade sobre outras atividades econômicas. Dessa forma, com base em um pretensão "interesse nacional" há o deslocamento e desestruturação social de assentamentos rurais, comunidades quilombolas, de outros grupos tradicionais bem como a destruição de importantes ecossistemas, contribuindo para a redução da diversidade cultural e ecológica do país. [...] O novo marco regulatório propõe-se a intensificar a produção mineral no país e a aumentar a participação do Estado nos resultados financeiros gerados pelas atividades minerárias. As mudanças propostas giram em torno da redução da burocracia envolvida no processo de concessão de lavra, no estímulo à atividade mineral e no aumento dos royalties pagos pelas empresas (INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS, 2012, n.p).

Os crimes ocorridos em Mariana e Brumadinho não só trouxeram à tona a face cruel da IEM, como também nos propiciaram colocar em foco um debate tão latente no Brasil. Com a crise do capital, em busca de restabelecer altas taxas de lucros e acumulação financeira, instalou-se um colapso global na segurança da população, “as crises deste sistema produtivo são estruturais, imanentes e sucessivas. Em suma, ao passo que o sistema se potencializa nos processos e ciclos produtivos, também produz as condições para o seu declínio” (BERTOLLO, 2017, p. 99).

1.2 Impactos da Mineração e do rompimento da barragem de Fundão em Mariana- Mg

O período de *pós-boom* das *commodities* foi fortemente marcado pela baixa do preço do minério, “saindo de um patamar de US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou ao um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53” (out./2015) (WORLD BANK, 2015 apud MILANEZ et al., 2016, p. 19).

Como já mencionado, é no período dos ciclos econômicos da mineração que podemos observar maior probabilidade de rompimento de barragens de rejeitos. Segundo Davies e Martin (2009) apud Milanez et al.:

Há um aumento da ocorrência dos rompimentos de barragens de rejeitos durante o processo recessivo dos ciclos de preços dos minérios. Segundo os autores, as causas para esse comportamento são várias, entre elas: • pressão para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos; • pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos; • movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando contratação de serviços de engenharia a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas), dependência de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras); • intensificação da produção ou pressão por redução nos custos a partir do momento em que os preços voltam aos patamares usuais (MILANEZ et al., 2016, p. 20).

Aprofundaremos um pouco mais sobre os pontos elencados pelos autores ao longo de nossas discussões, tendo em vista que o crime ocorrido em Mariana perpassa por todos estes tópicos de maneira exacerbada. A primeira capital de Minas Gerais, a única dentre as cidades coloniais mineiras a ser planejada, projetada, é marcada fortemente por seu acervo arquitetônico, seus casarios coloniais que nos reportam a era do ouro, suas igrejas, seus traços típicos da beleza barroca. Mariana sempre esteve no foco da atividade extrativista, sendo uma das mais importantes cidades dentro do Circuito do Ouro.

Em 16 de julho de 1696, bandeirantes paulistas liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. Às suas margens nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que logo assumiria uma função estratégica no jogo de poder determinado pelo ouro. O local se transformou em um dos principais fornecedores deste minério para Portugal e, pouco tempo depois, tornou-se a primeira vila criada na então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Lá foi estabelecida também a primeira capital (PREFEITURA DE MARIANA, 2021, n.p).

A mineração aparece como algo intrínseco nas relações da cidade e na subjetividade dos sujeitos, desenvolvendo assim o que poderíamos chamar de um “mito fundacional”. Ou seja, “Minas teria surgido da busca colonial por ouro e ferro, as cidades se estabeleceram com vocação à mineração, outras se diferenciaram economicamente com o fim da mineração, mas todas seriam mineiras por vocação natural das riquezas da terra” (FERREIRA, 2015, p.37 apud SILVA, 2020, p. 31). Como contraponto a esta ideia, o “uso da palavra “vocação” assume um *sentido político*, vinculando-se a uma ideia de destino, de algo irrevogável, quando, na verdade, refere-se a um processo construído historicamente. Afinal, “nenhuma atividade ou processo histórico são permanentes, são frutos, sim, de interesses que se sobrepõem em cada época” (CAPANEMA, 2021, n.p).

Nessa direção, compreendemos que “o incentivo à exploração de minérios em Minas Gerais é uma escolha política” (CAPANEMA, 2021, n.p), visto que contrário ao que é dito sobre os impactos causados pela paralisação das atividades da lavra de minério, sobre a economia do estado de Minas Gerais, em 2018, “a participação da indústria no PIB de Minas era de apenas 25,8%, enquanto o setor de serviços contribuiu com 68,8%” (CAPANEMA, 2021, n.p), e tais dados não diferem de demais anos anteriores. É pertinente que façamos tais reflexões, questionando: “estamos indo em direção ao progresso ou à autodestruição? Ou seriam esses dois lados da mesma moeda?” (CAPANEMA, 2021, n.p).

Acredita-se que foi por volta de 1970 que a denominada Companhia Vale do Rio Doce se instalou em Mariana (atualmente Vale). Naquele período, a mineradora ainda era uma estatal brasileira, sendo vendida¹⁴ em 1997 pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Contudo, a cidade de Mariana, desde seus primórdios foi regida pela extração mineral:

O ano era 1696. O mês, julho. No décimo sexto dia, os bandeirantes paulistas comandados por Salvador Fernandes encontraram ouro no curso d’água e se estabeleceram nas margens do Ribeirão do Carmo. Assim nasceu Mariana. Ainda sem esse nome, que lhe foi dado depois como homenagem à rainha Maria Ana D’Áustria. Nas páginas amareladas dos livros que narram as aventuras dos bandeirantes, fica claro que a história de Mariana é também uma história de busca por ouro e de exploração dos recursos naturais. A Mariana que conhecemos hoje não nasce sem a mineração. Em meados dos anos 1970, essa exploração ganhou novos ares: se tornou mais moderna. Agora, com o minério de ferro. É nessa época que as mineradoras chegaram por aqui e, como conta o historiador Paulo Gracino Junior, trouxeram uma sensação de progresso para os moradores. A cidade cresceu, graças à população que veio em busca dos empregos oferecidos pelas empresas. Mariana se viu aprendendo a dividir o espaço e a lidar com o outro, com o estrangeiro (SOUZA, 2017, p. 29).

Como nos alerta Galeano (2010, n.p.) “a febre do ouro, que continua impondo a morte ou a escravidão aos indígenas da Amazônia, não é nova no Brasil; tampouco seus estragos”. Em 1500, a chegada dos portugueses em solo brasileiro marca o início da exploração e escravização de um povo sobre o outro diante da colonização, a princípio a exploração teve como foco o pau-brasil: “a exploração da madeira, o pau-brasil, ocupou o primeiro período da colonização do litoral, e logo apareceram grandes plantações de cana-de-açúcar no nordeste” (GALEANO, 2010, n.p.).

O escambo com os indígenas não era suficiente e nem favorável para os portugueses na extração do ouro, visto que os nativos não tinham nenhum conhecimento sobre os metais que

¹⁴ Cabe ressaltar que a estatal foi vendida por um preço muito abaixo do mercado e do seu real valor de venda, “a Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale) foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época” (CARRANO, 2017, n.p).

existiam no subsolo brasileiro, e, portanto, não seriam mais “úteis” como eram na extração do pau-brasil, matéria prima na qual tinham total domínio, “os aborígenes desconheciam os metais; foram os portugueses que, por sua conta, tiveram de descobrir os locais em que se depositavam os aluviões de ouro no vasto território que se abria, através da derrota e do extermínio dos indígenas, à sua faina de conquistadores” (GALEANO, 2010, n.p.). Marcamos neste momento o início das atividades de extração mineral e do extermínio¹⁵ dos povos indígenas.

Os bandeirantes da região de São Paulo tinham atravessado a vasta zona entre a Serra da Mantiqueira e a cabeceira do rio São Francisco e notaram que os leitos e bancos de areia de vários rios e riachos que por ali corriam continham traços de ouro aluvial em pequenas quantidades visíveis. A ação milenar das chuvas tinha roído os filões de ouro das rochas e os depositara nos rios, no fundo dos vales e nas depressões das montanhas. Sob as camadas de areia, terra ou argila, o pedregoso subsolo oferecia pepitas de ouro de fácil extração do cascalho de quartzo; os métodos de extração se tornaram mais complexos na medida em que se esgotavam os depósitos mais superficiais. Assim entrou na história, impetuosamente, a região de Minas Gerais: a maior quantidade de ouro até então descoberta no mundo foi extraída no menor espaço de tempo (GALEANO, 2010, n.p).

Portanto, a partir do resgate da nossa formação sócio-histórica, é possível também identificar elementos que se reatualizam sob novas faces no que tange à dinâmica de exploração do território e dos sujeitos, bem como de opressão, os quais podem também ser identificados nos crimes ‘contemporâneos’.

Partindo para análise do crime ocorrido em consequência da atividade pioneira da cidade de Mariana, segundo dados do Ministério Público Federal, a barragem de Fundão entrou em operação em dezembro de 2008. No entanto, em abril de 2009, devido a problemas técnicos, o descarte de rejeitos neste local teve que ser interrompido. Não obstante, em 2010 a barragem passou por uma paralisação devido a novos problemas técnicos, e, portanto, seriam necessários mais alguns ajustes. Percebemos assim que, durante todo o processo de existência e operação, a barragem de Fundão sempre estava a precisar de ajustes na sua estrutura. Dentre as intervenções “constatou-se a construção de um recuo, não previsto no projeto original e não licenciado pelo Poder Público” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, s.d, n.p).

¹⁵ Galeano (2010) nos rememora conflitos iniciados no final do século XVII com o ciclo do ouro, no entanto, cabe-nos ressaltar, que neste momento, em pleno século XXI, intensificaram-se os conflitos entre garimpeiros ilegais e os povos indígenas Yanomami. Os indígenas Yanomami são alvos de garimpo ilegal desde a década de 1980, mas nos últimos anos os conflitos e a crescente invasão destas terras indígenas estão levando a morte os indígenas Yanomami, para além da degradação de suas terras. O descaso e a ausência do Estado perante as mazelas sofridas pelos Yanomami estão presentes no Projeto de Lei 191/2020 encaminhado para o congresso pelo então presidente, Jair Bolsonaro.

Devemos aqui questionar o papel do Estado frente a fiscalização de barragens. Segundo Milanez et al., o monitoramento e o controle da segurança de barragens são de responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM). Em 2014, segundo relatório publicado pela FEAM, a barragem de Fundão, uma das três barragens da mineradora Classe III¹⁶, encontrava-se dentre as barragens consideradas estável.

[...] na lista de 2014 (FEAM, 2014b), as três barragens da Samarco em Mariana (Fundão, Germano e Santarém), todas Classe III, tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor. E ainda, quase quatro meses antes do rompimento, a própria barragem do Fundão teve sua estabilidade garantida pelo engenheiro da empresa VogBR em auditoria realizada no dia 2 de julho de 2015 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b apud MILANEZ et al., 2016, p. 96).

A partir das análises técnicas pós rompimento da barragem, foi constatado que o EIA/RIMA¹⁷ da Samarco não possuía exatidão em sua análise, ressaltando a deficiência no sistema de monitoramento das barragens de rejeito.

[...] a catástrofe socioambiental sofrida pela bacia do rio Doce explicita também a ineficácia dos estudos/relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMAs) e dos processos de licenciamento ambiental em prognosticar efeitos de grande magnitude ou cenários extremos. Análises deficientes e superficiais desenvolvidas na elaboração dos estudos e/ou práticas profissionais antiéticas têm provocado a subestimação dos impactos negativos e a superestimação dos efeitos positivos de grandes empreendimentos sobre as sociedades e o meio ambiente. O processo de licenciamento ambiental referente à barragem de Fundão se iniciou em 2005, sendo a primeira Licença de Operação do empreendimento concedida em 2008 – licença que se encontrava em processo de renovação no dia do rompimento. O EIA-RIMA da barragem possui sérios problemas técnicos, o que impossibilitou a previsão dos efeitos do rompimento da barragem e agravou os impactos sobre as comunidades vizinhas, majoritariamente negras (MILANEZ et al., 2016, p. 31).

A precariedade na elaboração de documentos essenciais para mensurar tamanho impacto sofrido pela população em decorrência do efeito dominó que o rompimento de uma barragem pode causar nos traz um alerta para além da destruição imediata, falamos de resquícios que continuarão a serem sentidos e sofridos em longo prazo por todos aqueles que de alguma forma foram impactados pelo rompimento da barragem.

¹⁶ “Classe III: de alto potencial de dano ambiental, devem ser auditadas anualmente” (MILANEZ et al., 2016, p. 96).

¹⁷ “O EIA/RIMA é uma sigla para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, respectivamente. Ambos são documentos direcionados à sustentabilidade, visando avaliar e precisar a intensidade e dimensão do impacto no meio ambiente. Esses dois documentos são distintos, porém possuem o mesmo grau de importância, e são fundamentais no processo de licenciamento ambiental. A ideia inicial da implementação da lei que obriga esses documentos era de controlar e medir o impacto ambiental. Porém, com o passar dos anos, a premissa principal se tornou minimizar ao máximo esse impacto. O EIA/RIMA pode ser traduzido como documento que viabiliza ou não a implantação de um empreendimento próximo de áreas naturais com paisagens ainda conservadas como rios, lagos, mar e unidades de conservação” (GENOMA FLORESTAL, 2019, n.p).

Nesse processo, também chama atenção a precarização e superexploração do trabalho diante de um baixo número de trabalhadores nos diversos setores: “segundo o Ministério de Minas e Energia, nos últimos quatro anos, cada barragem passível de fiscalização no Brasil recebeu, em média, uma visita de agentes do governo federal. Para cada fiscal federal, existem 124 empreendimentos” (PEREZ, 2015, n.p). No entanto, é preciso ressaltar que tal sobrecarga destes trabalhadores tende a acarretar crimes históricos como o ocorrido em 05 de novembro de 2015. O que mais uma vez põe em xeque o *descaso do Estado* com a população. “Sem funcionários suficientes para dar conta do volume de trabalho, o órgão chega a abrir mão da fiscalização in loco. “Como não temos recursos nem gente, nós aceitamos e acreditamos nos relatórios enviados pelas empresas [...]” (GONÇALVES, 2015, n.p).

Decerto, não devemos jamais minimizar a farta parcela de culpa da mineradora Samarco, que ao perceber a baixa de seus lucros, buscou a qualquer custo intensificar sua produção e diminuir seus gastos, mesmo assumindo o risco de que tais ações poderiam levar ao crime.

[...] a possibilidade de ruptura estava prevista desde outubro de 2013. Segundo documento realizado pelo Instituto Prístino, formado por professores da UFMG, diversos aspectos técnicos da barragem foram colocados sob alerta. Ainda assim, a empresa continuou a explorar minério de ferro na região. O documento condenou, por exemplo, a existência de uma pilha estéril, espécie de acumulado de restos de rocha, muito próxima da barragem. A pilha poderia desabar e gerar um grande impacto sobre o complexo. O laudo técnico, porém, foi ignorado. O Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam) licenciou a obra transformando os riscos em condicionantes a serem cumpridas (PEREZ, 2015, n.p).

O que se vê é uma forte influência das mineradoras sobre os órgãos públicos, isto devido ao fato de que as empresas do ramo da mineração estão entre as que mais contribuem com o financiamento de campanha eleitoral de governadores e deputados. Afinal, “na lista dos cinco maiores setores que contribuíram para a eleição de deputados, elas ocupam o quarto lugar, perdendo apenas para alimentação, bancos e construção” (MELLO, 2015). Assim, conseguem indicar seus “representantes” para cargos dentro dos órgãos públicos, para que consigam ter participação nas tomadas de decisões destas autarquias, conselhos etc.

Hoje, a mineração é considerada uma espécie de “caixa preta” no estado. [...]. Em 2014, apenas 34% das 735 barragens mineiras foram fiscalizadas. “A mineração é a principal atividade econômica do estado, exatamente por isso é preciso tornar o sistema mais transparente”, diz Motta, da UFMG. “As companhias fazem muito lobby e algumas prefeituras são cooptadas, é uma relação muito desigual”. O promotor Ellovitch também afirma que um dos gargalos da atividade é a falta de fiscalização. “O poder executivo municipal e até o estadual priorizam esforços para viabilizar a mineração a qualquer custo, as equipes sofrem pressões para liberar as atividades”, diz. A punição às empresas também é um problema. “O poder público

não é eficiente na execução das multas. O Brasil tem um passivo bilionário de multas ambientais não executadas” (PEREZ, 2015, n.p).

O sucateamento e desmonte dos órgãos públicos sempre estiveram presentes no cotidiano da população brasileira. Esta sempre foi uma arma do Estado usada como ponto de partida para a privatização. Ao privatizar, o Estado contribui com a centralização das riquezas nas mãos de um pequeno grupo, haja vista que os lucros tendem a crescer e ser distribuídos somente entre este pequeno grupo de empresários e investidores, quando poderiam estar gerando emprego e renda a toda população. Com a privatização, há também um aumento na instabilidade do trabalhador, na terceirização do trabalho e, conseqüentemente, na precarização das relações trabalhistas. Tomemos como exemplo a privatização da Vale.

Os movimentos sociais gritaram e, uma vez mais, denunciaram um modelo exportador adotado pela transnacional, que não gerava trabalho, beneficiamento e industrialização [...]. Na realidade, controlada pelo capital financeiro e internacional, a opção feita pela empresa tem sido pelo atropelo da legislação trabalhista e aumento das práticas antissindicaís; exportação com alto consumo de energia e nenhum beneficiamento dos produtos; e a intensificação da produção voltada para fora causa rápido esgotamento das reservas minerais, ao lado de impactos no meio ambiente – o caso da lama da Samarco dispensa apresentações (CARRANO, 2017, n.p).

Ademais, sempre que necessário, o grande capital procura o Estado para socorrê-lo em período de crise. Portanto, temos mais uma vez o dinheiro público sendo escoado pelo ralo para satisfazer as demandas do capital, sacrificando os mais pobres e poupando os mais ricos. Entendemos aqui como o Estado acaba sendo funcional ao capital, os grandes cortes orçamentários nas áreas da saúde, educação, assistência, previdência contribuem com a política de privatização e degrada os poucos que tentam resistir o que demarca o papel histórico do Estado como instituição burguesa, expresso através das relações sociais vigentes.

Segundo Gonçalves (2015), os cortes realizados pelo Governo Federal em 2015 causaram grandes impactos a um dos órgãos responsáveis pelo monitoramento de barragens, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM):

A situação ficou ainda mais complicada este ano, quando os cortes do governo federal atingiram em cheio o órgão. Segundo levantamento da Ong Contas Abertas, até outubro deste ano, a autarquia recebeu do Planalto 1,3 milhão de reais, o que corresponde a apenas 13,2% do previsto na Lei Orçamentária de 2015. Para efeito de comparação, no mesmo período de 2014, os repasses foram mais do que o dobro: 3,6 milhões de reais. Após o incidente de Mariana, o governo se apressou a liberar 9 milhões de reais ao DNPM para a “adoção de medidas emergenciais”. Entre elas, a contratação de geólogos e de uma auditoria independente com expertise para avaliar as barragens em operação (GONÇALVES, 2015, n.p).

Ao falarmos de repasses e valores financeiros, coloquemos em foco a conjuntura da cidade de Mariana. Segundo Silva, Silva e Oliveira (2019), foi a partir dos anos 2000 que

Mariana ficou conhecida no cenário econômico nacional como um dos maiores municípios produtores de minério de ferro. E, portanto, as receitas do município passaram a ser de robusto valor em 2009, devido ao recolhimento dos tributos sobre a extração mineral, o que propiciou ao município estar no ranking nacional como *uma das maiores rendas per capita do país*.

Com a chegada dos avanços na extração minerária no território, Mariana passou por um crescimento populacional acelerado. Isto, devido ao grande número de trabalhadores que chegaram à cidade para vender sua força de trabalho: “é importante evidenciar acerca do crescimento populacional do município na década de 2000 a 2010, que este ocorreu a uma taxa de 1,50% ao ano, passando de 46.719 habitantes em 2000 para, como já mencionado, 54.219 habitantes” (BERTOLLO, 2017, p. 154).

Para abarcar todos os habitantes da cidade, seria necessário fazer a reestruturação da mesma, bem como repensar o acesso aos serviços básicos e políticas públicas. Porém, o que se viu foi um forte avanço da condição de pobreza dos moradores do meio urbano e rural, “a população vivencia condições extremas de sobrevivência, uma vez que cerca de “4,6% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (12,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,5% na área urbana)” (BERTOLLO, 2017, p. 155-156).

Mariana é uma cidade socioeconomicamente contrastante: se por um lado obtém alta taxa de repasse dos impostos da extração mineral, por outro, a população vivencia condições socioeconômicas e de qualidade de vida que não iam de encontro ao valor da receita do município:

Assim, apesar de Mariana ser o primeiro município em repasses da CFEM em 2015, o município convive com indicadores sociais bastante insatisfatórios, em particular no que se refere à desigualdade de renda e à pobreza da área rural. Dentre 853 municípios, Mariana detém a 275ª menor renda per capita domiciliar rural de Minas Gerais e, medindo a desigualdade de rendimentos por meio do Gini, é o 226º município mais desigual de Minas Gerais (DATASUS, 2015 apud MILANEZ et al., 2016, p. 192).

Em 2013, as receitas do município já não alcançaram tamanho valor satisfatório, iniciava aí o declínio do período de alta das *commodities*, o que diminuiu o valor do repasse da CFEM¹⁸ para o município. Devido ao caráter de dependência da cidade de Mariana pelas

¹⁸ “Estabelecida pela Constituição de 1988, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM é a contrapartida financeira paga pelas empresas mineradoras à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS E DO BRASIL, 2021, n.p).

empresas do ramo da mineração, a CFEM acaba sendo uma das maiores fontes dos recursos captados pelo município.

[...] **a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência da IEM se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambas.** De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados (MILANEZ et al., 2016, p. 27, grifos nossos).

Segundo Milanez et al. (2016), “a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e social” (MILANEZ et al., 2016, p. 27). As atividades da cidade giram em torno de sustentar este sistema. Para Coelho (2017):

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (COELHO, 2017, p. 2).

Por ter a mineração como principal fonte de renda da cidade e meio de emprego para a população, o que se percebe é que os movimentos e resistências no município caminham a passos lentos, falta participação popular nas tomadas de decisões e interesse do poder público em dar um novo rumo à economia da cidade. O que tentamos com esta reflexão não é fazer apenas uma crítica simples e pura ao setor minerário, e sim, aos meios que este setor utiliza para chegar ao seu fim, para sermos mais exatos, ao lucro. Um sistema regido pela baixa de salários, terceirização, jornadas de trabalho com troca de turnos exaustivos e de alta periculosidade. E na outra ponta dessa relação existe um histórico de precários serviços públicos, de uma rede socioassistencial defasada que resulta numa negação de direitos e violação dos direitos humanos.

A dependência econômica do setor minerário foi um forte agravante nas condições econômicas da cidade de Mariana após o rompimento da barragem de Fundão.

A principal fonte de recursos para o município de Mariana (MG), por exemplo, é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM). De acordo com o prefeito em exercício de Mariana, Duarte Júnior, a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal (DUARTE, 2015). Em 2015, Mariana foi o município que mais recebeu repasses da CFEM em Minas Gerais, R\$ 106 milhões (DNPM, 2015), correspondentes à arrecadação proveniente de todas as empresas mineradoras com atividades de extração no município. O valor representou, no entanto, 3,7% do lucro líquido da Samarco em 2014, de R\$ 2,8 bilhões, totalmente repassados aos seus acionistas (Vale e BHP Billiton). A Samarco é responsável ainda por 26% do Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à prefeitura de Mariana (KLEIN; SOUZA; FAÉ, 2014 apud WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 42).

Com o rompimento da barragem, os moradores das diversas comunidades afetadas pela lama passaram a residir no meio urbano da cidade e demandar diversos serviços (saúde, educação, lazer etc.) que anteriormente conseguiam dentro de suas comunidades, mas que não era mais possível acessá-los nestes espaços, uma vez que restou ali somente o rastro da destruição causado pela lama.

A cidade vivenciou uma alta brusca do desemprego, mais que o triplo da taxa considerado normal no município, “em dados atuais, o desemprego de Mariana está em 22,7%, segundo o Sine (Sistema Nacional de Emprego). Antes de novembro de 2015, o número não passava de 6%. A situação se repete em outros municípios e distritos que também dependiam da receita gerada pela mineradora” (SKODOWSKI, 2019).

Ainda segundo Skodowski, antes do rompimento da barragem de Fundão, a mineradora Samarco dispunha de 6 mil funcionários, incluindo os terceirizados, porém após o crime o número caiu para 1.060. Cabe ressaltar que durante o período do processo de licenciamento para retomar as atividades, a mineradora concedeu férias coletivas e licença remunerada para seus funcionários, além de *layoff*,¹⁹ para cerca de 800 deles.

Concluimos que o impacto do crime na economia do município e na relação de trabalho das pessoas continuou a perdurar por um longo período (e ainda hoje existe). Essa realidade não foi só experienciada pelos trabalhadores do setor minério e/ou comércio, as/os assistentes sociais inseridos em campos de trabalho no município, também sofreram fortemente com a precarização do trabalho, “as/os assistentes sociais, como trabalhadora/es assalariados, dependem da venda da sua força de trabalho para garantirem sua sobrevivência e, por muitas vezes, encontram-se com excesso de funções e sobrecarga de trabalho, o que torna o ambiente de atuação mais complexo” (CARRARA et al., 2020, p. 8). Em análises feitas por Coelho (2018), o autor evidencia a alta queda das admissões e avanço do desemprego durante os primeiros dois anos após o crime.

A respeito dos postos de trabalho, de novembro de 2015 a dezembro de 2016, foram 518 demissões sem justa causa no setor extrativo mineral, sendo um total de 652 desligamentos e 71 admissões (MTE, 2018). Essa trajetória continuou durante 2017, com 515 desligamentos, sendo 430 sem justa causa, e apenas 110 admissões. Nesse período, as funções que mais desligaram postos de trabalho foram as de mineiro (-

¹⁹ “No *layoff*, o empregador deve fornecer aos funcionários afastados treinamentos de requalificação. O contrato de trabalho é suspenso, assim como o pagamento do salário. Por outro lado, os empregados têm direito a receber uma bolsa de qualificação paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para que não haja prejuízos aos trabalhadores, a Samarco propôs oferecer uma ajuda de custo complementar até atingir o valor do salário líquido de cada um” (RODRIGUES, 2017, n.p).

148) e a de operador de Máquinas de Construção Civil e Mineração (-147) (COELHO, 2018, p. 263).

As problemáticas evidenciadas ao longo do texto em decorrência do rompimento da barragem de Fundão trouxeram um agravamento da qualidade de vida de toda população marianense, alastrando-se às demais localidades ao longo do Rio Doce.

A alteração forçada do modo de vida, portanto, circunscreve toda a população que habita os territórios onde impera o monstro. Pois, a essa é imposto a cisão do metabolismo entre humanidade e natureza – sem o qual o ser social não pode se efetivar. Ou seja, o sociometabolismo do capital, através do atual modelo de mineração, se constitui em uma ameaça a existência da humanidade, que se concretiza como desefetivação do ser social, seja de forma imediata, como pode ser observada na chacina de 290 pessoas em Mariana e Brumadinho, ou de forma mediata, como consequência da alteração forçada do modo de vida. Ou seja, a desefetivação é o processo no qual o trabalho é tornado meio de desumanização do ser, levando-o a condição de miséria material e cultural, pois “o trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, [1844] 2010, p. 83) (MASCARENHAS, 2021, p. 14).

A alteração do meio de vida da população atingida, não se apresenta somente pelo deslocamento físico forçado, mas também pela ausência de bem-estar físico, mental e a sensação de não pertencimento ao novo território inserido. Trazendo com estes elementos a intensificação da “questão social” e suas múltiplas expressões, que, “além de ser acrescida, é retinta de lama e de sangue” (MASCARENHAS, 2021, p. 18).

[...] o monstro particulariza as expressões da “questão social”, pois, quando falta renda, moradia, emprego, e/ou aumenta a violência e a água e o ar estão impróprios ao consumo, ela, a lama, está lá. Não bastasse a lama, o sangue dos assassinados por ela estão tingindo a ausência da saúde física, mental e social, pois, há a falta dos 290 mortos, do “lá fora”, das crianças correrem no terreiro, da prosa com o vizinho sentado na calçada, de pescar, de plantar, de colher, de ofertar queijos e quitutes. A lama, o sangue, estão lá, nas mentes, nos corações e nos sonhos! Ela está em tudo, porque não some quando seca, ou assenta no leito do rio, ou é transportada de um lugar (MASCARENHAS, 2021, p. 18).

Ponto importante de se observar com base nas análises feitas por Milanez e Wanderley (2020), é que a população mais atingida pelo rompimento de barragens, em sua maioria, é a população preta e pobre, reforçando as estatísticas de que estes sujeitos são os que mais sofrem com os mandos e desmandos do capital, e com o crescente número de desigualdade social.

A desigualdade se expressa no perfil populacional dos atingidos, predominantemente de negros e pobres, como se viu em Mariana (Wanderley, Mansur, e Giffoni Pinto, 2016) e Brumadinho (Milanez et al., 2019). Em Minas Gerais, segundo dados de sobreposição dos setores censitários do IBGE de 2010 com os mapas de inundação de 59 barragens da Vale S.A., em caso de rompimento, a maioria da população ali residente, e passível de sofrer de forma imediata os impactos de um desastre, é composta predominantemente por negros (68,7%) de um total de mais de 105 mil pessoas ameaçadas. O percentual de negros ameaçados pode superar ainda 91% em Santa Maria do Itabira ou 80% em Barão de Cocais. Segundo Rossi e Nicolau (2020), “[...] são mais de 1,5 mil edificações, distribuídas

em 16 municípios, que poderiam ser gravemente atingidas pelos rejeitos, em caso de rompimento das barragens” (MILANEZ; WANDERLEY, 2020, p. 3).

Quando analisamos as políticas sociais da seguridade social e as formas de materialização [ou não] do sistema de proteção social no Brasil, percebemos que estes não asseguram condições mínimas de vida para as classes trabalhadoras do país. E

apesar de reconhecer as conquistas da Constituição no campo da seguridade social, é impossível deixar de sinalizar seus limites estruturais na ordem capitalista. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas” (BOSCHETTI, s.d, p. 11).

O sistema de proteção social no Brasil, deu-se início no período pós guerra, ganhando ênfase a partir do período militar de 1964, no entanto, as políticas sociais no país sempre estiveram ligadas a estratégias de desenvolvimento, principalmente durante o regime militar.

O Estado adota um sistema de políticas sociais a partir de seus interesses, com o histórico de negação da participação dos sujeitos que irão fazer uso das políticas sociais na elaboração das mesmas, e isto acaba por ser outro fator a contribuir com a falta de efetividade da seguridade social. Mesmo estando na Constituição Federal de 1988 o direito à saúde, previdência e assistência social, essa não é uma realidade vivenciada por muitos - citamos apenas algumas das políticas sociais necessárias a sobrevivência.

Não bastante, o fundo público²⁰ advindo dos impostos cobrados pelo Estado à classe trabalhadora tem uma grande parcela apropriada pelo Estado que, em sua maioria, é destinada a arcar com os "prejuízos" causados pela crise do capital, além da amortização da dívida pública. Evidenciando, assim, que o orçamento público é financiado pelos mais pobres e trabalhadores, porém, apropriado pelos mais ricos.

O fundo público acaba por contribuir com a reprodução do capital, fundo este que é relevante para a articulação das políticas sociais. E impacta não somente as/os assistentes sociais inseridas diretamente nas políticas sociais, mas todo o conjunto de espaços sócio-ocupacionais donde estamos inseridos, e que possuem, no acesso e na construção das redes de proteção – direta ou indiretamente –, impactos importantes na vida dos usuários.

É neste contexto que se insere o trabalho do/a assistente social, de um lado enquanto assessoria aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, e de outro, enquanto funcionário terceirizado da Fundação Renova e da própria rede de serviços do município, tendo que construir respostas frente ao colapso de um sistema que sofre com o reflexo do crime socioambiental no município, diante de um processo histórico de

²⁰ Para melhor compreensão sobre o fundo público, ver debate feito por autores como: Elaine Rossetti Behring; Ivanete Boschetti; Evilasio da Silva Salvador e Francisco Oliveira.

expropriação de riquezas que não permanecem no município, que resultam na superexploração do trabalho, na dependência à mineração, e no frágil acesso as políticas públicas e sociais por parte da classe trabalhadora.

CAPÍTULO II – O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que “tudo que é sólido, se desmancha no ar”. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais (Marilda Yamamoto – O Serviço Social na Contemporaneidade).

O objetivo do presente capítulo é apresentar alguns elementos fundantes da concepção do Serviço Social, bem como das contradições vivenciadas no trabalho profissional na busca pela construção de estratégias e fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora. Também trataremos neste capítulo reflexões sobre a inserção de assistentes sociais no campo da assessoria técnica. Ele está organizado em dois tópicos: 2.1: O Serviço Social e a contradição capital x trabalho: desafios e possibilidades do trabalho profissional; 2.2: O assistente social e o trabalho na assessoria: notas introdutórias.

2.1 O Serviço Social e a contradição capital x trabalho: desafios e possibilidades do trabalho profissional

O serviço social enquanto profissão e área de conhecimento vivência na década de 1980 uma transformação na interpretação teórica da profissão e da relação desta com a sociedade. Foi a partir desta década que o Serviço Social começou a construir uma autoimagem progressista ao tencionar a hegemonia conservadora e buscar o rompimento com o Serviço Social tradicional.

A década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho (BOURGUIGNON, 2007, p. 47).

A vertente de ruptura que acompanha a profissão, dando a mesma uma nova legitimidade junto às classes subalternizadas, encampou um momento de ampliação do recurso à teoria social marxiana possibilitando ao profissional de Serviço Social um novo perfil, mais crítico e reflexivo.

Para situarmos o processo histórico da profissão, buscando compreender sua concepção e papel nas relações sociais é preciso tecer alguns comentários acerca de sua origem. O Serviço Social emerge em meados dos anos de 1930, a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista e devido ao agravamento das expressões da “questão social”;

durante o processo de urbanização e industrialização no país, procurando responder a demandas concretas colocadas tanto pelo Estado, quanto pela classe trabalhadora. Por isso, “não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX” (NETTO, 1996, p. 13).

Em 1930, com o Estado Novo instituído, havia duas demandas emergentes: absorver e controlar os setores urbanos emergentes, e buscar nestes mesmos setores legitimação política. Para isso, adotou-se uma política de massa, incorporando parte das reivindicações da população, porém, controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente; absorvendo-os na estrutura corporativista do Estado. Tais conjunturas e determinações impactam na profissão contribuindo para adesão a perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas conservadoras.

[...] na década de 1940 - 1950 o Serviço Social está marcado pelo tecnicismo, psicanálise e pelo funcionalismo. A ênfase do Serviço Social estava no ajustamento e de ajuda psicossocial, conseqüentemente as pessoas que não se “adequavam” ao modelo desenvolvimentista da época eram “ajustados” para o modelo desenvolvimentista implantado. Havia uma enorme fragmentação na categoria profissional por diversas correntes, entre esses existiam os conservadores e revolucionário, um buscava uma modernização conservadora e o outro uma ruptura com o conservadorismo (SANT'ANNA, 2018, p. 68).

Portanto, entre as décadas de 1930 a 1960, o Serviço Social tinha uma perspectiva tradicional e a “questão social” era tratada como caso de polícia e/ou problema moral. A partir da década de 1970, diante das movimentações colocadas na conjuntura brasileira e latino-americana, tem-se o início do rompimento com o Serviço Social tradicional. Surgem, pois, as bases da laicização da profissão, bem como o memorável III CBAS, as lutas políticas na América Latina, da luta contra a ditadura. “Mas animam essa renovação do Serviço Social na América Latina movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantis, de mulheres, negros e moradores das periferias urbanas” (IAMAMOTO, 2020, p. 8).

A vertente marxista remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classe e que no Brasil vai configurar-se em um primeiro momento com uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. Até a primeira metade da década de 1980, o Serviço Social negava a perspectiva teórica e permanecia com a hegemonia de um projeto profissional conservador. A partir da segunda metade da década de 1980, fundamentaram-se os pressupostos que norteiam o atual Projeto Ético-Político. Segundo Teixeira (2019):

Os anos de 1970 e 1980 na profissão expressaram um movimento de tentativa de superação do conservadorismo. Seus debates, sínteses e documentos permitiram conhecer um caminho na busca pelos fundamentos do Serviço Social. A superação do —marxismo sem Marx vai expressar-se nos debates para a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A superação de um marxismo epistemológico para o avanço da dimensão ontológica da obra de Marx é difundida amplamente no Serviço Social em meio ao debate e construção das Diretrizes Curriculares (1996) e do Código de Ética (1993). Os debates das Diretrizes Curriculares, sua elaboração e implantação, incorporam e amadurecem a apreensão do marxismo no Serviço Social. A exemplo, verificou o avanço e difusão no Serviço Social da análise da teoria do valor trabalho, das bases ontológicas da ética, da análise da questão social e da lógica que sustenta as Diretrizes Curriculares (TEIXEIRA, 2019, p. 85).

A partir da teoria marxista, os escritos de Iamamoto e Carvalho (1982) nos ofertam uma análise inicial do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais nos moldes capitalistas, detalhando a sua inclusão na divisão sociotécnica do trabalho, o que faz com que a/o assistente social se identifique enquanto classe trabalhadora devido a sua condição de assalariamento, em que o mesmo vende a sua força de trabalho, sendo a força de trabalho uma mercadoria.

Como já mencionado, por ser uma profissão que se insere na *divisão sociotécnica do trabalho*, entendida a partir de configurações expressas pela relação de classes estabelecida pelo capitalismo, o exercício profissional de assistentes sociais é atravessado pelas contradições resultantes da luta de classes entre o Estado, burguesia e a classe trabalhadora.

O Serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 2006, p. 77).

Compreendemos que a partir do desenvolvimento do capitalismo é produzida a “questão social”²¹, e seus diferentes estágios produzem diferentes manifestações de tal questão²². O exercício profissional tem como horizonte a viabilização do acesso às políticas públicas/sociais destinadas ao enfrentamento das expressões da “questão social”.

²¹ “Cumpre salientar que a utilização da expressão “questão social” entre aspas significa dizer que partimos do princípio de que a mesma não deve ser tratada como uma categoria, mas sim como um conceito. Isto representa dizer, a partir do método histórico e dialético, de que ela não existe na realidade como possibilidade e forma de ser, como uma determinação da existência, sendo passível de representação no pensamento. Antes de qualquer coisa, trata-se de um conceito que deve ser tratado de maneira reflexiva e intelectual” (SANTOS, 2012 apud PAIVA, 2018, p. 2).

²² Portanto, para extingui-la, será necessário a superação do sistema capitalista. Marx (2001), ressalta a importância de destacar que não está designando como “questão social” a desigualdade e a pobreza indistintamente, e sim, aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista, já que a pobreza existe antes mesmo do capitalismo, determinada pela divisão de classes.

A escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a “questão social”, outra característica estaria relacionada aos desdobramentos sociopolíticos, podendo ser sobrepujada caso sejam superadas as formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido. A pobreza e a tensão exercidas pelo exército industrial de reserva faz com que os trabalhadores empregados, além de aceitar condições precárias e retirada de seus direitos trabalhistas (pauperização absoluta), criem uma competitividade entre si²³.

Importa salientar que no emergir do Serviço social, as suas protoformas eram atreladas à caridade, ao assistencialismo, e era fortemente influenciado pela Igreja Católica. Com o passar do tempo e a mudança no cenário sócio-histórico, político, econômico e cultural, a profissão acabou por passar por profundas transformações. Cabe ainda ressaltar que, segundo Netto (1996), “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 1996, p. 14).

O Estado passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadora desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social, consolidadas em medidas de política social. O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais - os trabalhadores- mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominantes (IAMAMOTO, 2006, p. 83).

Tal condição de trabalhador assalariado faz com que a/o assistente social historicamente não se afirme como um trabalhador autônomo. Embora o Assistente Social tenha sido regulamentado como uma profissão liberal, os profissionais não têm se configurado como trabalhadores autônomos no exercício de suas atividades, o que não significa que a profissão não disponha de uma *relativa autonomia* presente nas profissões liberais, como a singularidade de estabelecer relações com os usuários, a presença de um Código de Ética orientando sua prática profissional e a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos.

No entanto, a condição de assalariamento é uma determinação central para compreendermos as *contradições* vivenciadas no cotidiano do trabalho. Nesse sentido, podemos considerar que além dessa determinação “a estabilidade do vínculo... por si só não

²³ “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas” (MARX, 2001, p. 740).

assegura uma maior autonomia, já que a falta de condições de trabalho, a falta de infraestrutura, a falta de reconhecimento profissional, aliadas à precariedade e focalização das políticas sociais, são questões que perpassam o seu cotidiano profissional” (RODRIGUES et al., 2014, p. 82).

As reflexões apresentadas até o momento nos despertam para um olhar atento sobre a importância de que a categoria se reconheça enquanto classe trabalhadora que tem limitações impostas pela sua condição de assalariamento, e, ao mesmo tempo, possibilidades advindas da contraditória realidade que possibilita a construção de respostas alternativas às exigidas nas instituições. Portanto, é necessário que a categoria se pautem na luta coletiva conforme preconiza o Projeto Ético-Político da mesma, pois, para além da condição de assalariamento, o trabalho profissional muitas vezes encontra embates nas instituições em que o profissional atua, interferindo no dever/fazer do/a assistente social, o que mais uma vez reforça a necessidade de que os objetivos da categoria estejam nítidos e alinhados. Trata-se assim, em resumo, nas palavras de Iamamoto (2010) da principal contradição do trabalho profissional.

Verificasse uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais socialmente forjadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2010, p. 416).

Nesse sentido, não podemos desassociar esta contradição como própria dos processos de trabalho alienantes no capitalismo que instauram profundas contradições diante da conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, colocando entraves ao trabalhador. Afinal, conforme sabemos, quando colocada à venda, a força de trabalho passa a ser alienada, o trabalhador perde o domínio total sobre seu processo de trabalho²⁴.

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 416)

Além dos desafios de estarmos inseridos em uma sociedade de capitalismo predatório, a complexidade do exercício profissional traz para o cotidiano da/o profissional uma luta constante no enfrentamento de novos desafios, exigindo que em sua atuação a/o profissional rompa com visões ora fatalistas ora messiânicas. Ora, “é necessário romper com uma visão

²⁴ “Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária; [...] o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio” (IAMAMOTO, 2010, p.420).

endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (IAMAMOTO, 2000, p. 20), para que assim, as análises sejam livres de julgamentos prévios que possam comprometer a análise da problemática posta. Outro desafio imputado a esta categoria profissional é o de fazer o debate sobre o trabalho cotidiano da/o assistente social, sobre a sua historicidade e a relação entre teoria e prática, pensando a profissão e as formas de intervenção social. Afinal, diante da própria dinâmica da cotidianidade, a vida tende a ser passível de alienação. A compreensão dialética da realidade é subsumida no campo das dinâmicas rotineiras, despidas de determinações históricas.

Apesar da intervenção da/o assistente social dar-se dentro do cotidiano, é preciso que se tenha clareza que as dimensões do mesmo, como a imediaticidade e espontaneidade, não permitem reflexões no âmbito das relações sociais, já que são ações “rápidas”, características do dia-a-dia, assim como o pragmatismo que também se expressa, fazendo com que os sujeitos sejam engolidos pelo cotidiano e levados a situações alienantes.

Para desmistificar isso, é necessário que se compreenda a realidade, bem como apreender o método de Marx, desvencilhando-se da burocracia que está dentro da lógica capitalista e que leva à racionalização do trabalho, “[...] o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliada à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente a *questão social*.” (IAMAMOTO, 2010, p. 431), por isso, ressaltamos aqui a importância de uma formação continuada. A cotidianidade será sempre um desafio a categoria profissional e nos trará provocações necessárias de respostas, como a materialização do Projeto Ético-Político perante a fetichização do capital.

Ao refletirmos acerca do ensino superior, especificamente do Serviço Social, o ensino à distância abre um leque de possibilidades para formações precarizadas, além disso as próprias dinâmicas de precarização que as Unidades de Formação Acadêmica públicas e privadas vêm enfrentando impedem a vivência de uma formação profissional enriquecida pelo tripé da universidade e ancorada no projeto de formação da ABEPSS. Ademais, nesse processo os impactos na produção de conhecimento que tomem o cotidiano como objeto de atenção podem ficar comprometidos, uma vez que se baseiam em análises que não superam o estágio embrionário da profissão, não compondo a instrumentalidade que incide na imagem profissional²⁵ na contemporaneidade.

²⁵ A crítica não é a classe trabalhadora que por diversos fatores têm apenas o EAD como meio de acesso à educação superior. Nesse sentido, a crítica se dá ao caráter mercantilizador do sistema capitalista que vê a

Portanto, em busca de uma prática profissional crítica, faz-se extremamente necessário alinhar o conhecimento produzido durante a historicidade da profissão à dimensão técnico-operativa; podemos dizer que essa dimensão é composta por um conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social visando uma finalidade ao seu objeto de intervenção, com intuito de atingir o objetivo proposto, algo que acaba se constituindo em um outro desafio para a categoria, como nos afirma Iamamoto (2000):

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2000, p. 52).

Na direção de romper com visões focalistas e enfrentar os desafios postos pelo cotidiano, as três dimensões constitutivas do trabalho da/o assistente social, *teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa*, dão-nos aporte e nos auxiliam na superação destes desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade, já que “as dimensões do trabalho profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, expressam elementos de uma totalidade na análise da profissão e seu exercício” (TEIXEIRA, 2019, p.89).

Tais dimensões são uma articulação entre a teoria e a prática, portanto, indissociáveis entre si, uma vez que separadas possibilitam que o profissional cometa erros e/ou equívocos em sua atuação profissional, como os historicamente identificados na trajetória do Serviço Social. Estas dimensões se constituem em diferentes níveis de apreensão da realidade e permitem discutir estratégias e técnicas para a intervenção profissional a partir de algumas questões fundamentais como: “*o que fazer, como fazer, porque fazer e para que fazer*”.

O exercício profissional deve ser permeado de consciência possibilitando ao assistente social reafirmar o seu compromisso com o Projeto Ético-Político, fortalecendo a classe trabalhadora dando assim materialidade - a esse caráter subjetivo e comportamental - ao transformar a sua realidade social.

Ao atuar na prestação dos serviços sociais, vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros) [...] (TRINDADE, 2001, p. 1).

educação meramente como mais uma mercadoria. E a fragilidade teórico-metodológico e ético-político que essa forma de ensino oferece.

Como mencionado, a dimensão técnico-operativa traz consigo a instrumentalidade e as ações empregadas pelo assistente social para desenvolver estratégias utilizando da melhor forma os instrumentos de trabalho para corporificar os objetivos da/o profissional, o que proporciona, assim, conhecimento e aprofundamento da realidade social. A intervenção profissional da/o assistente social ao longo dos anos se constituiu com um conjunto de instrumentos e técnicas variados e de grande importância em que a competência técnico-operativa (alinhada com as outras dimensões, teórica-metodológica e ético política) permite definir quais instrumentos serão utilizados no decorrer do fazer profissional, e quais são importantes para o desenvolvimento dos processos investigativos. Isso é importante para que a/o profissional possa assim operacionalizar de modo a rever seus limites e desafios a fim de atingir a resolução da demanda imposta.

A sistematização sobre a realidade social alicerça-se na esfera da produção de conhecimentos e se manifesta de forma concreta, materializando-se na realização da ação, como em elaborações de pareceres, registros de fichas, prontuários, relatórios e atendimentos (entrevista, visita domiciliar, grupos de reunião e etc.) de forma qualificada, indo além de uma mera burocratização. Ao utilizar-se de tais instrumentos durante o fazer profissional é possível que a/o assistente social perceba como o cotidiano é mutável, ou seja, não existe uma receita pronta a ser executada.

É preciso investigar, pesquisar, analisar criticamente. Fazer uma boa escolha do instrumental, e pensar sobre a instrumentalidade tende a contribuir substancialmente com o caráter investigativo da profissão; possibilitar estudos, planejamentos, reflexões sobre a atuação profissional, dar encaminhamentos, articular-se com as instituições e redes socioassistenciais; para que assim, seja garantida a efetivação do direito dos/as usuários/as perante a demanda apresentada pelos mesmos.

Ressaltamos que os elementos apresentados até aqui são compreendidos como a base para atuação em qualquer espaço sócio ocupacional, entendidos como os fundamentos da profissão. Ainda que alguns campos possuam suas particularidades, é necessário que saibamos que não estamos partindo do “zero” em novos espaços de trabalho e/ou demandas, mas da construção histórica da trajetória da profissão que informa fundamentos para o trabalho profissional.

2.2 O Assistente social e o trabalho na assessoria: notas introdutórias

Conforme consta no dicionário de português, assessoria “é a ação realizada por um indivíduo ou um grupo, que consiste em *dar ou receber aconselhamento e auxílio* sobre um

determinado ramo ou assunto” (SIGNIFICADOS, 2021, n.p, grifos nossos). Segundo Matos (2010, p. 32), assessorar é um ato “identificado como uma ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora”.

Na busca por produções do Serviço Social sobre assessoria, bem como nas produções sobre a nossa temática de pesquisa, percebemos que a bibliografia, além de pouca, é marcada por estudos recentes, bem como por “diferentes concepções teóricas e políticas” (MATOS, 2010, p. 32). Ainda segundo o autor, tal escassez se justifica devido a dois pontos cruciais:

O *primeiro* se dá pelo caráter relativamente recente da maioridade intelectual da profissão, que data dos anos 1980 (Netto, 1996a), pois é somente no bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro — por meio da tendência intenção de ruptura— é que a profissão identifica a sua função social na divisão social e técnica do trabalho e também transita de um papel de executor terminal das políticas sociais (Netto, 1992) para uma posição de análise e intervenção no processo de totalidade da formulação das políticas sociais (MATOS, 2010, p. 35).

O *segundo* argumento, sobre a recente inclusão da categoria assessoria no Serviço Social, se dá pela imprecisão da forma como este termo tem sido usado no meio profissional. Tal imprecisão se expressa de duas formas: a primeira se dá na identificação de trabalhos que se apresentam sobre assessoria, mas que são registros de supervisão profissional ou realização de cursos; e a segunda imprecisão pode ser identificada no trabalho realizado pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais, pois, se atentarmos para o passado recente — notadamente os anos 1980 — observaremos experiências de assessoria, mas misturadas com ação política dos assistentes sociais, junto aos movimentos sociais (MATOS, 2010, p. 36).

É no marco da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, conforme já demonstramos, que a profissão começa a vivenciar experiências com os movimentos sociais, esta nova perspectiva tendia a formar um profissional mais crítico que se opunha ao tradicionalismo da profissão e a sua histórica vinculação com os interesses da burguesia, buscava-se assim, um profissional mais comprometido com a classe trabalhadora, “essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional” (VIANA et al, 2015, n.p).

Para tanto, entendeu-se que naquele momento era necessário inserir os sujeitos em formação em campos de estágios alternativos aos que a categoria já trabalhava, dando início a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais. Sendo assim,

na análise da época, para se efetivar esse projeto de formação profissional era necessário possibilitar ao aluno a vivência de um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, e tal vivência só poderia ocorrer em campos alternativos aos que os assistentes sociais trabalhavam (MATOS, 2010, p. 40).

De acordo com Matos (2010), é no fim dos anos 1970 e durante os 1980 que o Serviço Social descobre os movimentos sociais como espaço de atuação, e, segundo o mesmo, foi a aproximação com este campo de trabalho que possibilitou o ponta pé inicial para o que hoje entendemos como *assessoria*:

Acreditamos que foram as experiências de campos próprios de estágio em movimentos sociais os precursores dos trabalhos de assessoria do Serviço Social a outros segmentos que não sejam os da mesma profissão. Mesmo que poucos dos seus sujeitos profissionais (as equipes de Serviço Social) trabalhassem com a categoria “assessoria” e, na maioria das vezes, se referissem à categoria “investigação-ação”. E, mesmo que não houvesse na época uma clara distinção entre o trabalho e a militância política, foram essas experiências que deram bases para o trabalho que atualmente os profissionais de assessoria fazem junto aos diferentes segmentos comprometidos com a construção de políticas sociais públicas (MATOS, 2010, p. 42).

Tomando como base as reflexões de Matos (2010), concluímos que o trabalho do assistente social na assessoria não difere do trabalho destes mesmos profissionais em outros campos de trabalho – considerando o objeto de trabalho, o objetivo profissional e os fundamentos da profissão –, visto que, em qualquer espaço que esta categoria esteja inserida, deve-se pautar o compromisso profissional com os usuários expresso em seu Código de Ética – espera-se que o profissional atue de maneira crítica, criativa e esteja comprometido com os princípios da profissão. Um profissional que em sua atuação estimule a organização popular entre os sujeitos, bem como os auxilie em seu processo de reconhecimento enquanto classe trabalhadora. Nestes termos:

Entendemos que esta assessoria deve privilegiar o trabalho com os usuários dos serviços das instituições, visando o fortalecimento daqueles, ou seja, é um desdobramento daquilo que supostamente já fazemos: buscar a viabilização dos direitos dos usuários e intermediar o seu acesso aos serviços e/ou políticas sociais (CFESS, 1997). Para tanto, é necessário construir, dentro da rotina de trabalho dos assistentes sociais nos serviços, uma ação profissional que estimule entre os usuários a sua organização política (MATOS, 2010, p. 48).

A compreensão de como deve ser a atuação do assessor da área de Serviço Social e o entendimento sobre a função que deve ser exercida não são homogêneos entre os profissionais/pesquisadores. Mas, é notório que todas as análises perpassam pela clareza da necessidade de que este seja um profissional capacitado e da necessidade de que tenha uma *formação continuada*, para que não fique apenas na condição de observador de “tarefas”, e sim, de um profissional capaz de propor e intervir diante do que está posto, “garantindo uma ação na direção dos interesses históricos dos trabalhadores, diante de uma realidade tão complexa” (VASCONCELOS, 2006, p. 11).

Silva (2001) analisa a atividade de assessoria no interior de um projeto de extensão como atribuição dos estagiários. Chamamos a atuação do Ecuss de assessoria

porque os estagiários e supervisor levam aos campos de estágio uma determinada leitura sobre a realidade e formas de atuar sobre ela, o que não ocorre nos convênios de estágio comuns. (Silva, 2001, p. 12). Vasconcelos (1998) mostra outra particularidade da assessoria como prerrogativa profissional em que (...) as assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e a preparação de uma equipe para construção do seu projeto de prática por meio de um expert que venha assisti-la teórica e tecnicamente. (Vasconcelos, 1998, p. 129). Carvalho (1984) analisa segundo o contexto da assessoria na área de supervisão onde “o trabalho de supervisão torna-se um trabalho de reflexão permanente, bem como a prática profissional — ação e reflexão — momentos inseparáveis” (Carvalho, 1984, p. 42). Silva (1997) reflete sobre a profissão de assistente social no atual século e conclui que no serviço público o Assistente social insere-se na categoria dos técnicos. Nesse caso, são dirigentes, assessores, supervisores, diretores, gerentes, coordenadores, prestadores diretos de assistência social, ou seja, gestores e/ou prestadores de serviços sociais. (Silva, 1997, p. 80). Abreu (1999) apresenta uma realidade de trabalho em que os assistentes sociais intervêm na dinâmica dos Conselhos de direitos mediante atuação como conselheiros, representando tanto o poder público como segmentos da sociedade civil, como militantes e assessores, interferindo nos processos de articulação, mobilização, fortalecimento e capacitação da sociedade civil para participação nos referidos espaços, e ainda, na capacitação dos conselheiros de modo geral. Inserem-se, também, como agentes governamentais na gestão dos mecanismos de controle estatal sobre a sociedade civil, donde se destaca, na atualidade, o trabalho de institucionalização do chamado “terceiro setor”, o qual tem implicação direta na questão da autonomia da sociedade civil (FONSECA, 2010, p. 72).

Quando Abreu (1999) nos fala sobre a inserção do assessor da área de Serviço Social nas instituições de terceiro setor, nos aproximamos mais do trabalho de assistentes sociais em assessorias técnicas independentes aos atingidos e atingidas pelo rompimento de barragem de rejeitos da mineração. Em Minas Gerais, após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana e da mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, três instituições do terceiro setor tiveram grande relevância no papel de assessoramento aos atingidos e atingidas, bem como de abertura de campo de trabalho de assessor técnico de Serviço Social, sendo elas: a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS, e o Núcleo de Assessoria às Comunidade Atingidas por Barragens – NACAB.

Ao analisar a concepção de Bravo e Matos (2010) sobre o sujeito que presta assessoria, acredito que esta definição se coaduna inteiramente com o nosso entendimento a respeito da/o profissional que trabalha frente aos territórios atingidos por barragens de rejeito: um profissional que em sua ação fortaleça as lutas dos/as atingidos/as e que não fique no mero papel de executor de ações, mas que faça deste espaço um momento de “formação” para os/as usuários/as, baseando-se na função pedagógica que a categoria tem, fortalecendo a organização e mobilização social.

O assessor tem, como uma de suas características, a capacidade de apresentar estratégias a serem empreendidas por uma equipe ou a um sujeito que assessora, para tanto, deve ser alguém com capacidade de, a partir da análise da realidade,

apresentar estratégias factíveis de serem implementadas. Assim, não há dúvidas de que o assessor exerce um papel de intelectual, que pode estar ideologicamente vinculado a uma proposta de assessoria que vise a emancipação das classes trabalhadoras ou dominação destas classes por meio da busca de uma assessoria que vise a maximização dos lucros e/ou a redução da esfera estatal (BRAVO; MATOS, 2010, p.20).

Na contemporaneidade, a partir dos desdobramentos do mercado de trabalho e seus novos ditames, foi possível aos assistentes sociais vislumbrarem a assessoria como um campo de trabalho, bem como ocupar estes espaços para pensar estratégias a partir das realidades que se apresentavam no cotidiano, refletindo sobre sua atuação profissional e reforçando o compromisso dos/as assistentes sociais com os setores populares. Cabe ressaltar que, apesar da discussão sobre este espaço sócio-ocupacional ser pouco expressiva, prestar assessoria na área de Serviço Social além de competência é uma atribuição privativa do profissional, como explicita a Lei nº 8.662/93.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: VIII - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social (CFESS, 2010, p. 45)

Os campos de atuação da/o assistente social nem sempre se darão por meio da assistência, saúde, sociojurídico, educação, habitação. Como mencionado, o mercado de trabalho sofre constantes alterações, assim como novas expressões da “questão social” surgem com o avançar do desenvolvimento capitalista, o que faz com que novos campos de trabalho se manifestem perante aos rearranjos do capitalismo. Para Iamamoto (2000), “[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p. 21).

Tomemos como exemplo o crime ocorrido em 05 de novembro de 2015. Após o rompimento da barragem de Fundão com o caos que se instaurou na vida dos atingidos e atingidas, o Serviço Social foi chamado a intervir junto a demais profissionais de outras áreas na garantia e participação dos/as atingidos/as nos espaços decisórios, bem como na efetivação dos direitos dos mesmos. Os/As atingidos/as demandavam respostas a expressões da “questão social” já identificadas em outros campos de trabalho, como a falta de moradia, alimentação, desemprego etc., mas que neste momento se somavam ao agravante de ser um espaço de

trabalho advindo de um *crime* que não havia precedente, acrescido da perda de todos os bens materiais e imateriais dos/as atingidos/as, do desgaste mental por todo sofrimento exposto e pela insegurança de dias melhores. Ou seja, trata-se não apenas das demandas históricas por direitos diante de uma vida atravessada pelas diversas expressões da “questão social”, mas de uma realidade cujo crime que a ocasionou *alterou profundamente* os modos de vida.

É sabido que nos atendimentos aos usuários, normalmente nos são apresentadas algumas demandas explícitas, mas, a partir de uma atuação profissional crítica é possível identificar também as implícitas. Mas no caso do assessor em Serviço Social na assessoria aos atingidos e atingidas, acreditamos que os conflitos e seus determinantes centrais – em sua grande maioria - estavam postos, sejam eles através das demandas dos/as usuários/as, ou de sua investigação para responder às demandas apresentadas por este novo campo de trabalho. Ainda que necessitavam – como necessitam – de maiores desvendamentos a fim de identificar os fundamentos das demandas, as contradições nesses espaços de trabalho e as possibilidades do Projeto Ético-Político profissional.

Diante o exposto, condensamos no capítulo III algumas reflexões do cotidiano da/o assistente social inserido na assessoria técnica independente aos atingidos e atingidas pelo rompimento de barragem de rejeito da mineração, para que, assim, pudéssemos dialogar acerca da prática profissional, das possibilidades de trabalho neste campo, bem como dos desafios da materialização do Projeto Ético-Político, em um espaço sócio-ocupacional que lida, ao mesmo tempo, com diversas expressões da “questão social” acrescidas de um crime ambiental, exigindo deste profissional um fazer crítico, uma prática planejada, mediada pelo Projeto Ético-Político da profissão.

CAPÍTULO III – O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO

“Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível” (Carlos Drummond de Andrade).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar mais diretamente os resultados da pesquisa, sintetizados a partir de algumas reflexões centrais acerca do trabalho desenvolvido por assistentes sociais na assessoria técnica independente nos territórios atingidos pela barragem de Fundão.

Para realizar a coleta de dados desta investigação foi enviado um questionário com perguntas abertas e fechadas, por e-mail, a *sete* assistentes sociais que atuam ou atuaram com os atingidos e atingidas pela barragem do Fundão, em Mariana-MG, e obtivemos resposta de *cinco* deles. A partir da análise temática, organizamos – a fim de facilitar nossa exposição –, o presente capítulo em três tópicos gerais: 3.1: As assistentes sociais entrevistadas: o perfil das profissionais; 3.2: A formação profissional como pressuposto para o trabalho crítico: dilemas, ausências e potencialidades; 3.3: O desvendar do trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes: o encontro do Serviço Social com os/as atingidos/as no miúdo do cotidiano.

3.1 As assistentes sociais entrevistadas: o perfil das profissionais

A pesquisa foi realizada com cinco profissionais do sexo *feminino*, majoritariamente *negras* e que estão ou estiveram inseridas nas *assessorias técnicas independentes* a territórios atingidos pela barragem de Fundão. Para resguardar o sigilo e confidencialidade dos dados colhidos durante este processo de pesquisa, não iremos revelar os nomes das instituições nas quais as profissionais atuam/atuaram e trataremos cada participante por um codinome²⁶. Assessoria Técnica Independente, Auxílio Financeiro, Auxílio Moradia, Matriz de Danos e Reassentamento.

A respeito das entrevistas, tratam-se de profissionais graduadas entre os anos de 2005 a 2020, momento em que os cursos de Serviço Social no Brasil já estavam estruturados a partir das novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, aprovadas em 08 de novembro

²⁶ Os codinomes são uma menção aos direitos adquiridos pelos atingidos e atingidas ao longo do processo de reparação. Contudo, cabe ressaltar, que apesar de alguns destes direitos estarem previstos em documentos como o TTAC, a efetivação dos mesmos em sua maioria foi advinda de muita luta e resistência dos atingidos e atingidas, visto que a todo tempo as empresas descumpriam os acordos feitos.

de 1996. Portanto, na perspectiva de um perfil profissional defendido pelo Projeto Ético-Político:

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02) (ABEPSS, 2021, n.p).

A maioria das profissionais se formaram em universidades *particulares* (três), e a menor parte em universidades *federais* (duas) e a formação profissional de todas ocorreu na *modalidade presencial*.

No período de atuação dentro das assessorias aos territórios atingidos, as assistentes sociais que estão ou estiveram inseridas neste espaço sócio ocupacional possuem/possuíam *um* vínculo empregatício, sendo este sob o regime de CLT, com carga horária de trabalho entre 40 a 44 horas semanais. Quanto à função exercida neste espaço de trabalho, majoritariamente a descrição é de *assessora técnica*, bem como assessora técnica de nível superior plena, pesquisadora, cadastradora. Em nenhum momento foi identificado o nome de *assessora técnica em Serviço Social*. Este “detalhe” nos chama atenção quando lembramos que diversas instituições optam em contratar a/o assistente social, mas colocar cargo genérico na função exercida, para assim tentar se desvencilhar da lei 12.317 sancionada no dia 26 de agosto de 2010, que prevê uma jornada de trabalho de 30 horas semanais para a/o assistente social sem redução salarial. Bem como das atribuições e competências previstas na Lei que Regulamente a Profissão. No entanto, conforme destaca o CFESS:

A Lei 12.317/2010 abrange todas/os as/os assistentes sociais, independentemente da nomenclatura do cargo, desde que exerçam as atividades compatíveis com os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993). Nesses casos, a/o profissional está obrigado a inscrever-se ou manter a sua inscrição junto ao CRESS de sua jurisdição, conforme estabelece a Resolução CFESS 572/2010 (CFESS, 2011, n.p).

Apesar de respaldados pelo Conselho Federal de Serviço Social, boa parte das/os profissionais graduadas/os em Serviço Social não vivem a efetivação deste direito, inclusive as que são participantes dessa pesquisa. E, apesar de saber das possíveis consequências que poderão ser sofridas pelas instituições pelo não cumprimento desta lei, a maioria das/os profissionais no país – conforme indica o conjunto CFESS-CRESS-, optam a não procurar os setores jurídicos ou de recursos humanos das instituições em busca da efetivação deste

direito, devido a diversas determinações, como por exemplo, o vínculo empregatício, a condição de *assalariamento*.

Conforme já mencionado no capítulo II, a instabilidade do vínculo, a falta de reconhecimento profissional, aliados a outros fatores, são desafios que perpassam o cotidiano profissional, colocando em xeque a possibilidade de um trabalho na perspectiva do projeto profissional, já que as 30 horas também podem contribuir nas condições de vida das profissionais, possibilitando outra qualidade para os atendimentos. Portanto, é extremamente necessário que a categoria pautar uma luta coletiva reforçando a bandeira das trinta horas com vistas a construir estratégias para materialização desse direito.

Antes de avançarmos para as outras ênfases observadas na análise dos dados, cabe então uma pequena síntese deste tópico. Afinal, quem são as assistentes sociais que estamos dialogando na presente pesquisa? São profissionais que estão ou já estiveram nas assessorias aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão; mulheres negras, formadas por universidades públicas e particulares com ensino presencial; que possuem ou possuíam um vínculo empregatício com carga horária semanal entre 40 e 44 horas - o regime de contratação majoritário é pela CLT-, e são contratadas pelo cargo genérico de assessor/a técnico/a. Não possuíam experiência em assessorias e se defrontaram com o “fenômeno” rompimento de barragens pela primeira vez na experiência profissional ao se inserirem nesse espaço de trabalho.

3.2 A formação profissional como pressuposto para o trabalho crítico: dilemas, ausências e potencialidades

Um dado importante que nos chamou atenção foi o fato de majoritariamente as assistentes sociais terem marcado a opção *não* (60%) para a pergunta: *na sua opinião, o conhecimento adquirido durante a graduação deu conta de responder as demandas do Serviço Social neste campo de trabalho?* E aqui é possível nos aproximarmos de algumas mediações que, a nosso ver, contribuem para pensar tais respostas, ainda que 40% das profissionais tenham sinalizado que a formação profissional contribuiu para compreender as demandas desses espaços de trabalho. Afinal, conforme temos acompanhado esse é um ‘reclame’ presente entre as assistentes sociais que trabalham nos territórios pós-rompimento.

Quando analisamos o currículo das universidades de formação destas profissionais, observamos que em sua maioria o debate acerca da temática mineração *não* aparece explicitamente nas matrizes curriculares. Para além da discussão da mineração em si, se considerarmos que há um vínculo mais direto com o núcleo dois das diretrizes curriculares da

ABEPSS – Núcleo de Fundamentação da Formação Social Brasileira –, também não se observa o aprofundamento da formação social brasileira, em particular da formação social mineira que, em tese, deveria perpassar pela mineração, uma vez que essa atividade atravessa a história do nosso território, conforme demonstramos no primeiro capítulo.

Compreendemos que, além de necessários e urgentes, os debates sobre o sistema minerário e suas implicações na sociedade tendem a qualificar a formação profissional, bem como dar suporte aos profissionais do Serviço Social no exercício de suas atribuições e competências cotidianamente.

Ressaltamos que a análise acima foi feita com base na matriz curricular disponibilizada pelas universidades em sua página nas redes sociais e que, portanto, não podemos afirmar que em nenhum momento as profissionais não tiveram aproximação com a temática mineração, bem como o trabalho de assistentes sociais nesses territórios. Importa dizer isto compreendendo que, apesar de a Universidade Federal de Ouro Preto não conter em sua matriz curricular nenhuma disciplina que verse diretamente sobre a formação social brasileira, a formação social mineira e a mineração em si, dentro da instituição e do curso de Serviço Social há discussões sobre o tema, bem como projetos de extensão e afins que agucem o pensar sobre esta problemática: como, por exemplo, o projeto de extensão mencionado na introdução desta pesquisa, “O trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração”, assim como o “Mineração do Outro” - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão.

Portanto, a exemplo da UFOP, compreendemos que é problemática a ausência de disciplinas nos cursos de Serviço Social, particularmente de Minas Gerais, que não tratem em suas disciplinas da formação sócio histórica brasileira, das particularidades regionais e locais da “questão social” e nesse sentido o debate sobre mineração²⁷. Acreditamos que essa ausência – conforme sinalizou as profissionais – compromete o trabalho profissional na direção do Projeto Ético-Político. Na verdade, compromete o perfil profissional defendido pela profissão na contemporaneidade.

Como bem destacou Teixeira (2019, p. 83), a respeito dos três núcleos das diretrizes curriculares da ABEPSS, “a unidade articulada dos núcleos se caracteriza como uma forma

²⁷ Cabe destacar que no momento atual (2021/2) o curso finalizou a revisão do seu projeto pedagógico onde foi inserida uma disciplina sobre a Formação Social Brasileira, e outra disciplina intitulada: Questão Regional, Mineração e Serviço Social, que estará localizada no sétimo período, com a seguinte ementa: A dialética “questão social” e questão regional. A particularidade da formação social de Minas Gerais. A centralidade da mineração para a economia mineira e a região dos inconfidentes. A mineração em Minas: história e tendências contemporâneas. As lutas populares por reparação e justiça dos povos atingidos pela mineração. A formação e o exercício profissional de assistentes sociais em territórios minerados.

metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social”. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional (TEIXEIRA, 2019). Ademais, “os Núcleos de Fundamentação apresentam-se como essenciais para a análise da profissão e são estratégias metodológicas de construir a formação profissional e o seu exercício teórico-prático cotidiano, tomando o Serviço Social como totalidade (TEIXEIRA, 2019, p. 83)

Portanto, a partir disso é preciso retomarmos algumas reflexões: a) ainda que não tenha discutido a mineração em si, o pressuposto é que esses fundamentos da formação preparem o/a profissional para atuar em qualquer espaço de trabalho – nos preparamos para atuarmos profissionalmente como assistentes sociais em qualquer lugar, compreendendo que algumas temáticas do trabalho deverão fazer parte de uma agenda de formação continuada no período pós formação inicial; b) a educação permanente, a formação continuada tem a tarefa de responder a essas novas demandas. Portanto, quais estratégias os/as profissionais têm acionado? Essas reflexões nos permitem compreender que o perfil de formação que defendemos é generalista, e não de especialistas. E para tal, podemos citar algumas estratégias que contribuem com o perfil profissional que almejamos: a exigência de capacitação por parte dos empregadores; a construção do grupo de estudos como parte da dinâmica do trabalho; a supervisão de estágio que qualifica o trabalho; as diversas modalidades de pós-graduação; o diálogo com as comissões do CRESS para tratar da temática e/ou com os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS); as parcerias com os grupos de estudos, pesquisas e extensão das universidades.

Aqui, cabe um destaque que estabeleça uma mediação entre o perfil profissional – e particularmente das profissionais entrevistadas – com o debate da educação permanente. Portanto, quando falamos de perfil, é necessário construirmos também algumas reflexões acerca do gênero majoritário no Serviço Social que, conforme demonstram as pesquisas trata-se de uma “profissão eminentemente feminina”. Sendo assim, quando falamos da mulher, é fundamental entendermos o papel que esta ocupa em uma sociedade marcada pelo patriarcado e extremamente machista. Importa fazer estas ponderações, pois, ao pensarmos em formação continuada dentro da categoria, estamos falando majoritariamente sobre mulheres que deverão continuar seus estudos e que, em sua maioria, devido às condições sociais em que vivemos, lidam com duplas, triplas jornadas de trabalho, ou mais, exercendo seu papel de profissional, mãe, mulher; dentre outros tantos “deveres” que são imputados às mulheres nesta sociedade. E, por isso, consideramos um desafio, afinal: como exigir e/ou

garantir que estas em seu cotidiano tenham assiduamente o compromisso com a educação permanente²⁸?

Portanto, a condição da mulher, tratada e/ou colocada por esta sociedade em situação de sobrecarga e subalternidade, traz algumas implicações a sua condição profissional e até mesmo a categoria profissional que passa a ser vista a partir das concepções patriarcais, como uma profissão *subalterna*. Conforme demonstra Netto (1992) apud Montañó (2009), “o fato de a mulher ser “executiva do assistencialismo”, e este ligado a “um estatuto subalterno de mulher, a um estatuto verdadeiramente de dominação” desta sociedade, já que “na nossa cultura, o assistencialismo é predominantemente feminino”, esta dinâmica vincula e reproduz no Serviço Social o “substrato assistencialismo da profissão”” (MONTAÑO, 2009, p. 99). Entretanto, paralelamente a isso,

deve-se enfatizar, nesta análise o papel dos movimentos feministas e as lutas das mulheres por melhores condições de inserção na vida laborativa, democrática, na vida profissional, além de condições de igualdade no seio do lar. Efetivamente, não pode se pensar o desenvolvimento de uma profissão eminentemente feminina se não se relevar a inserção da mulher no mercado de trabalho, e esta inserção não pode ser explicada se não a partir de uma tensa e contraditória luta feminista por ampliar seus espaços na sociedade. Tensa e contraditória porque, se esta luta conduziu a verdadeiras conquistas das mulheres na vida social, paralelamente significou para o capital contar com mão de obra mais barata. O papel das lutas feministas, ampliando os direitos e inserção das mulheres na sociedade ocidental, torna-se peça fundamental para compreender o surgimento de uma profissão como o Serviço Social (MONTAÑO, 2009, p. 99).

Apesar dos avanços e das lutas travadas pelos movimentos feministas, a condição da mulher nesta sociedade não é suficiente para colocá-la em situação de igualdade, nem de gênero ou na vida profissional, e se o “Serviço Social se constituiu num espaço de inserção social e ocupacional para mulheres (tal como outras profissões), ele não foi suficiente para colocar a mulher numa posição de igualdade (social, ocupacional, política). E, ademais, a profissão de assistente social não pôde romper com sua condição subalterna na relação com as “profissões masculinas” (MONTAÑO, 2009, p. 100). Assim, o “Serviço Social é estigmatizado como uma profissão auxiliar, de assistência” (MONTAÑO, 2009, p. 101), seja assistência à população carente seja a assistência que remete a um profissional subalterno, aquele que apenas auxilia outros profissionais de áreas diversas. Isso faz com que a profissão não seja reconhecida como,

Uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho, com autonomia pra definir os recursos a empregar, os beneficiários de

²⁸ Sobre o debate da educação permanente no trabalho profissional conferir a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>.

sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos assistentes sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem as mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”), que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste as populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.) (MONTAÑO, 2009, p. 101).

Reforçamos que o “problema” não é ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres, ou ser uma mulher que escolhe esta profissão, a contradição está em uma sociedade que ainda é extremamente patriarcal e machista, e que vê a mulher como mais uma peça de manutenção da ordem do capital.

Portanto, como exercício de síntese desse tópico estamos considerando que, apesar da reclamação de que a formação profissional (inicial) não contribuiu para o desvendamento das contradições vivenciadas no trabalho – principalmente quando se trata dos rompimentos de barragens –, precisamos compreender tal questão a partir de uma leitura *dialética* da realidade. Sendo assim, é preciso inicialmente identificar os problemas²⁹ que a formação profissional em Serviço Social vem apresentando no que tange à capacidade de contribuir para a construção de um perfil que compreenda os fundamentos da profissão, e que nos prepare para o exercício profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional. E aqui reforçamos que os currículos não podem se eximir do debate sobre a formação social brasileira e a respeito das particulares formações regionais e locais, onde deve constar a discussão acerca da mineração - particularidade da formação profissional em nossa região. Sendo assim, é preciso garantir na formação do assistente social a compreensão nítida dos fundamentos do Serviço Social, aqui compreendidos como a síntese da articulação dos três núcleos das diretrizes curriculares da ABEPSS³⁰:

Os Núcleos de Fundamentação por meio do conjunto dos seus elementos, matérias, conteúdos compõem a explicitação teórico-metodológica e histórica que expressa a concepção de profissão, por meio de seu significado social na sociedade capitalista. A exigência posta na realidade social de explicitar e ensinar o significado social da profissão impulsiona a categoria profissional a construir um projeto de formação que permitisse apresentar tal significado e ensiná-lo as/aos futuras/os assistentes sociais. A construção dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sua unidade articulada, vai caracterizar-se como fundamentos porque partem da realidade concreta, expressam a perspectiva teórico-metodológica e histórica de analisar a realidade social, as particularidades sócio-históricas da

²⁹ Não temos condições no presente trabalho de aprofundar os diversos dilemas que atravessam a formação profissional em Serviço Social no tempo presente. Mas cabe destacar alguns desafios que colocam em xeque a formação de um perfil profissional almejado pela ABEPSS: a lógica da política de educação superior no Brasil e seu desfinanciamento; a precarização e aligeiramento da formação; a sobrecarga de trabalho e adoecimento docente; o impacto do neoconservadorismo na formação; etc.

³⁰ Núcleos de Fundamentação: teórico-metodológico da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, do trabalho profissional;

sociedade brasileira, das classes sociais, em âmbito nacional, internacional, regional e local, e do fazer teórico-prático no trabalho profissional (TEIXEIRA, 2019, p.82).

Portanto, conforma destaca o autor:

Na formação profissional, tal lógica de unidade deve estar presente na elaboração dos PPC's, na direção social da formação, nos conteúdos dos componentes curriculares e nas atividades integradoras do currículo, que são os estágios supervisionados e os trabalhos de conclusão de curso. No trabalho profissional, tal unidade dos conhecimentos desses núcleos deve estar presente na construção da análise de realidade, na apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, nas respostas profissionais para a intervenção prática junto as/aos usuárias/os, nos planos de trabalho e nos projetos de intervenção. Portanto, *a unidade articulada dos núcleos se caracteriza como uma forma metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional* (TEIXEIRA, 2019, p.83).

Ao mesmo tempo, na contraface dessa exigência colocada no tocante à formação, é preciso que as/os profissionais tenham a clareza de que se trata de um percurso inicial, exigindo, portanto, a construção de estratégias que possam capacitar para o exercício qualificado e comprometido com a qualidade dos serviços prestados, a partir das particulares expressões da questão social e dos objetos de trabalho em cada espaço sócio-ocupacional. Ou seja, é necessário que se reconheçam os limites da formação inicial para, assim, buscar-se capacitação para o aprofundamento a partir dos fundamentos da profissão, dos objetos de trabalho específicos, em sua maioria não amadurecidos em sua totalidade durante a formação. Não desconsiderando aqui, conforme apresentado, os desafios da educação permanente para uma profissão eminentemente feminina, diante do peso do patriarcado e das duplas e triplas jornadas de trabalho.

3.3 O desvendar do trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes: o encontro do Serviço Social com os/as atingidos/as no miúdo do cotidiano.

Para iniciarmos o diálogo do presente tópico, partiremos das condições concretas donde o trabalho de realiza, a começar pela caracterização do campo de trabalho ao qual a assessoria se vincula. Afinal, conforme afirma Iamamoto (2010), algumas mediações são imprescindíveis para uma leitura crítica do trabalho profissional, entre elas as condições do trabalho a partir do vínculo e dos espaços sócio-ocupacionais, com vistas a não incorrerem em leituras moralistas do trabalho profissional.

As profissionais inseridas nas assessorias prestam serviços para instituições denominadas de Organização não Governamental. Segundo Montañó e Duriguetto (2011), as ONG's fazem parte de um processo, de um *movimento* dos movimentos sociais e vêm das

organizações do chamado terceiro setor que “com sua promoção e expansão a partir da década de 1990, tem se apresentado como “porta voz” da “sociedade civil organizada” (MONTANO, DURIGUETTO, 2011, p. 339). Criado em um momento de suposta escassez de recursos, em que o Estado usa este pretexto para retirar de si às responsabilidades sociais, “assim, o terceiro setor surgiu como uma nova configuração de relutância, às consequências da questão social, trazendo consigo a preconização de práticas voltadas ao voluntariado, à filantropia e principalmente a responsabilidade social (RODRIGUES, 1998 apud MOTA, FERNANDES, s.d, p.3).

Tratam-se de organizações da sociedade civil e de caráter privado, portanto, entendemos que, na maior parte destas instituições, é o próprio trabalhador encarregado de responder às suas demandas e necessidades. As ONG’s são entidades que desenvolvem ações e trabalhos sem fins lucrativos, no entanto, boa parte destas instituições recebem transferência de verbas do Estado advindas de fundos públicos para assim mantê-las em funcionamento. Assim, o Estado se ausenta de suas responsabilidades, mas de certa forma financia o custo das despesas destas entidades, o que tende a tornar este ato uma espécie de “privatização das políticas e serviços sociais”, para além disto, há um discurso de que esta ação é uma boa parceria entre o Estado, sociedade civil e o setor privado.

Essas organizações do terceiro setor são financiadas pelo próprio Estado, o que se configura como a chamada “parceira” entre setores - legitimando o esvaziamento dos direitos sociais bem como o recorte das políticas sociais. De acordo com Montano o “Estado fornece a essas organizações crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais, destina recursos financeiros, materiais e humanos”(2007, p. 225), porém a grande crítica que se faz aqui se fundamenta na lógica de que o Estado deixa de investir nas políticas sociais públicas – o que faz com que elas sejam ofertadas à população, tanto em instância governamental como não-governamental, de forma seletiva e focalizada –, o que leva ao desenvolvimento de políticas precarizadas na área da saúde, assistência, educação entre outras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011, p. 5).

Entretanto, no caso particular do financiamento das ações das ONG’s responsáveis pelas assessorias aos atingidos e atingidas por barragem de rejeitos da mineração, os recursos advêm das empresas responsáveis pelos crimes.

Logo após o desastre, o MPMG ajuizou Ação Cautelar para bloquear bens da Samarco, no valor de R\$ 300 milhões, com a finalidade de assegurar recursos para indenizações e reconstrução das comunidades destruídas. Ainda em 2015, foi proposta Ação Civil Pública, com o objetivo de assegurar reparação integral às vítimas de Mariana: ações emergenciais, contemplando auxílios financeiros imediatos e moradia para as vítimas; indenizações definitivas, por todos os danos causados (materiais e imateriais); reassentamento e reconstrução das comunidades atingidas (Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Borba, Camargos, Campinas, Paracatu de Cima, Pedras e Ponte do Gama) (MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020, n.p).

Apesar de ajuizada a obrigatoriedade dos recursos, o trabalho da assessoria em alguns momentos contou com incertezas quanto à sua continuidade devido ao atraso na liberação das verbas. Tal atraso, não só contribui com o retardo da reparação dos atingidos e atingidas, como também com a sobrecarga de trabalho das profissionais inseridas nestes espaços.

O atraso na renovação dos projetos do Cadastro e Assessoria Jurídica, expirados desde março de 2020, fez com que a Cáritas operasse com equipes de assessores reduzidas e com dificuldades nas manutenções de equipamentos (computadores, internet e dispositivos móveis), condições que muitas vezes dificultam a comunicação com as famílias atingidas e impedem, por exemplo, a conclusão de etapas do processo de cadastramento (BARROS, 2021, n.p).

A liberação dos recursos possibilita a ampliação da equipe bem como melhorias na infraestrutura de trabalho e atividades mais céleres. Ao analisarmos as condições de trabalho das assistentes sociais inseridas nas assessorias, percebemos que, em sua maioria, as equipes de trabalho são compostas por mais de uma assistente social. Conforme acreditamos, equipes de trabalho compostas por mais de um profissional não só potencializa o trabalho em equipe, como fortalece o Projeto Ético-Político ao possibilitar aos profissionais diálogos e trocas sobre determinados assuntos que competem somente ao Serviço Social. Em alguns casos, como o Plantão Cáritas – local onde estagiei – em um dado momento havia mais de um profissional inserido na equipe, no entanto, cada profissional respondia por demandas distintas, mas complementares. Um/a, fazia o acolhimento de todas as demandas como uma espécie de “filtro”, e o outro/a, atendia uma demanda específica/pontual do processo de reparação.

Como mencionado no tópico 2.2, o trabalho na assessoria a territórios atingidos tem se constituído como um novo campo de trabalho desde o crime ocorrido em 05 de novembro de 2015, portanto, é necessário buscar uma maior compreensão a respeito da inserção e condições de trabalho destas profissionais neste espaço de trabalho, e como foram suas primeiras percepções quanto ao caminho que começaria ali a ser percorrido.

Perguntamos a elas: *sabemos que a inserção em um novo campo de trabalho sempre nos traz desafios, portanto, fale-nos um pouco sobre quando foi e como foi o seu primeiro contato com o território atingido.* As respostas a esta pergunta não só trouxeram à tona a fragilidade³¹ das/os atingidas/os perante as empresas dentro do processo de reparação,

³¹ “Diante do cenário inicial de incerteza, o Ministério Público ingressou em juízo com medida cautelar de indisponibilidade de bens da ré Samarco, visando assegurar recursos mínimos para reparação das vítimas. Em caráter liminar, o douto Julgador deferiu a medida nos autos do processo n.º 0400.15.003989-1 (em epígrafe), bloqueando, em dinheiro, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Porém, conforme consta do mencionado processo, que deverá seguir apenso a esta demanda, havia somente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) nas contas da Samarco e, após sucessivas ordens de bloqueio, foram indisponibilizados R\$

construção e efetivação de seus direitos, como também nos apresentou o papel desafiador que as profissionais enfrentaram a partir daquele momento. Conforme relata uma das profissionais:

Meu primeiro contato com o trabalho com atingidos por mineração foi no ano de 2011, com os atingidos pela mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro, em que fomos indicados pelo Ministério Público para contribuir no acompanhamento das famílias atingidas pela mineradora. A impressão que tive do trabalho era de grandes desafios pois havia cooptação da empresa aos atingidos no sentido de fornecer para os mesmos "direitos" diferentes de outros atingidos, o que causava muitas situações de conflitos familiares. Esse problema em conjunto com outros fatores, dificultava o nosso trabalho em campo pois muitos associavam o nosso trabalho ao trabalho da empresa ou que poderíamos ajuda-los a conseguir tais benefícios. Dessa forma, o desafio do serviço social era trabalhar o sujeito frente a essas diferenças de direito com grande fragilidade da rede de assistência do município pois havia muito envolvimento da empresa neste campo. A segunda experiência neste campo foi a não reparação dos danos causados aos atingidos pela barragem de fundão ..., causando inúmeras consequências graves aos atingidos tais como perda de direitos, adoecimento físico e mental e outros agravamentos que o serviço social desafia no cotidiano do trabalho. E mais uma vez as empresas lucram com essas situações pois a vida das famílias valem menos que o lucro das empresas (MATRIZ DE DANOS).

Com o rompimento da barragem de Fundão, os/as atingidos/os deixaram de vivenciar uma vida mais tranquila e pacata do campo, foram morar em outros lugares com dinâmicas de vida distintas e, “obrigatoriamente”, parte dessa população passou a construir as lutas sociais e militância em torno de suas causas. Como já sinalizado, a partir da negativa de seus direitos, os/as atingidos e atingidas passam a se organizar através do Movimento dos atingidos por Barragem – MAB, uma organização que surgiu na década de 1980 a partir das “experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM, s.d, n.p).

Entretanto, mesmo com todo este processo de luta e articulação dos/as atingidos e atingidas “muitos dos processos de indenização ainda tramitam na Justiça e aqueles que já foram julgados não foram eficazes em reduzir os estragos. Centenas de famílias ainda vivem sem suas casas e a renda do trabalho também foi deteriorada” (REDE JUBILEU SUL BRASIL, 2020, n.p). Desde o dia 05 de novembro de 2015, todos os/as atingidos/as pelo rompimento da barragem de Fundão sofrem com o desgaste diário de recorrer pelos seus direitos, são invisibilizados e até mesmo culpabilizados³² por um crime no qual são vítimas,

8.000.000,00 (oito milhões), ou seja, tão somente 2,67% do valor decretado judicialmente” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015, n.p).

³² “Além de toda desgraça vivenciado pelas pessoas atingidas, eles agora estão passando por um processo de “culpabilização” em Mariana. As “vítimas” do desastre estão sendo tratadas como “culpadas” pelo fechamento

“para se ter uma ideia, dos 95 mil cadastros e solicitações realizados, apenas 19 mil pessoas recebem o auxílio financeiro emergencial” (REDE JUBILEU SUL BRASIL, 2020, n.p). E esse cenário impacta no trabalho como destacado por Auxílio Moradia:

Foi em 2020. Foi um aprendizado muito enriquecedor, apesar dos desafios. Éramos bem recebidos em todos os territórios, mas sempre precisávamos lidar com as limitações da atuação, como por exemplo, sanar dúvidas e questões referentes à reparação imediata dos danos causados à eles, tanto individual quando coletivamente. Havia muitos problemas referente à morosidade do processo de cadastramento e de reparação integral.

Muitos dos/as atingidos/as foram tomados por um sentimento de luta/militância como consequência de um crime, não estamos falando de um povo que luta pela melhoria de seus direitos básicos que já acessam de forma precária, mas sim de um povo que teve suas vidas e sonhos ceifados por um crime e que lutam pela reparação, construção e efetivação de seus direitos básicos, acesso a moradia e qualidade de vida. Segundo Reassentamento:

Naquele contexto, uma das exigências para contratação era a formação em Serviço Social, apesar de não realizar atendimentos psicossociais o que se buscava neste profissional era a escuta técnica e a acolhida humanizada daquelas famílias que estavam extremamente fragilizadas e o cadastro apesar, de ser uma das ferramentas para garantia de uma reparação justa era também um gatilho para rememorar em detalhes todo o sofrimento vivenciado. Os cadastros eram aplicados nas residências das famílias, então tínhamos a oportunidade de uma aproximação maior, o desafio imposto era ouvir diversas violações de direito humanos e naquele momento simplesmente registrar, não nos era permitido qualquer tipo de intervenção.

E aqui cabem algumas mediações em torno da reflexão da profissional, principalmente se destacamos o trecho: “*naquele momento simplesmente registrar, não nos era permitido qualquer tipo de intervenção*”. Ou seja, ali como um novo campo, sem respostas concretas por parte dos responsáveis – empresas, prefeitura e sistema de justiça – que possibilitariam a construção de respostas profissionais com clareza das alternativas, foi necessária, digamos que quase obrigatória, uma dinâmica de trabalho mais pontual, voltada a imediaticidade. Sabemos que essa não deve ser a lógica do trabalho profissional diante das contradições que vivenciamos e atendemos, já que um trabalho nesse formato fragiliza ainda mais uma perspectiva compromissada com os usuários, atingidos/as.

A superficialidade extensiva da vida cotidiana, a forma fragmentada como o pensamento hegemônico da sociedade capitalista apreende a realidade e sua tendência à naturalização dos fenômenos sociais, conduzem ao obscurecimento da essência, ao considerar o aparente como a substância. Em contraposição a essa perspectiva teórica e ideo-política, o conhecimento da realidade implica o desvelamento da aparência, e a consciência assume papel fundamental nesse processo. Para apreender a essência, a consciência movimenta-se dialeticamente, a

da empresa, das demissões, da crise fiscal da prefeitura. Nas ruas, quando os atingidos são identificados como tais, no comércio, as pessoas lhes chamam de “vagabundos”, referem que “a Samarco devia botar vocês pra trabalhar”” (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, 2017, p. 19).

fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social, e supera no plano do pensamento, a imediaticidade (COELHO, 2013, p. 6).

Os relatos de Reassentamento permitem-nos refletir sobre a importância de uma formação continuada que nos possibilite trabalhar frente a pluralidade das demandas que se apresentam no cotidiano, para além da relativa autonomia que o profissional possui em sua atuação. Entretanto, é comum em muitos espaços de trabalho que as demandas apresentadas pelos usuários sejam setorizadas, o que para a categoria profissional acaba impactando no processo de trabalho em sua totalidade. Falamos de uma categoria que lida com o sujeito vivo, não materializado em “produtos”, em bens materiais, falamos de profissionais que lidam com as/os sujeitos atravessados pela barbárie burguesa, que possuem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”. Tal tarefa se concretiza em um árduo trabalho, aos termos que limitar a atuação profissional a uma fração da expressão da “questão social” apresentada pelo usuário, mesmo sabendo que o seu fazer profissional poderia contribuir para além do que está posto.

A possibilidade de realizar a leitura da realidade e da demanda que chega a nós pela perspectiva da totalidade diz respeito aos fundamentos teóricos-metodológicos e ético-políticos que o/a profissional aciona e defende. Diz respeito à autonomia profissional. No entanto, compreender pela ótica da totalidade social não necessariamente vai permitir que nossa resposta seja “completa” ou “satisfatória”, porque isso depende de muitas mediações, como por exemplo: a equipe que não temos, a rede de serviços com limites, os recursos que não são definidos por nós, o objetivo da instituição no qual atua o/a profissional *versus* os objetivos da profissão, dentre outros aspectos.

Ao mesmo tempo, nenhuma resposta frente a uma expressão da “questão social” pode ser dada apenas por *uma* profissão. São as diversas frentes e profissões que conjuntamente conseguem de maneira mais qualificada responder a uma demanda. Mas, de fato, o formato como as políticas sociais, serviços sociais e as instituições se organizam é voltado para segmentar, fracionar cada vez mais o trabalho, para que não possamos entender que as expressões da “questão social” possuem determinantes comuns e tem suas origens localizadas no modo de organização capitalista. O/A assistente social é chamado para isso: responder de forma fragmentada e aparente, setorializada.

As limitações impostas e a morosidade do processo aparecem como angústia das profissionais, entretanto, são necessárias algumas reflexões para que estes fatos não se tornem mais um fardo pesado no cotidiano profissional. Compreendemos que falamos de um crime

sem precedentes no qual, diante o ineditismo da situação, as respostas tendem a ser mais demoradas, os caminhos precisam ser traçados com mais cautela, principalmente visando a não reincidência de violação dos direitos dos/as atingidos e atingidas.

Ademais, a *garantia de direitos e a efetivação destes* são de inteira responsabilidade das empresas ré e da justiça brasileira. Portanto, tanto naquele momento inicial de organização dos serviços, como também no tempo presente, compreendemos que a clareza sobre os limites do trabalho profissional exige uma leitura crítica da conjuntura, uma elucidação dos limites do nosso trabalho – não temos o poder de garantir a efetivação dos direitos. Nesse motim, podemos evitar adoecimentos como culpa moral e, ao mesmo tempo, não fortalecer um perfil *messiânico*.

A possibilidade de reconhecimento dos limites institucionais deve nos impulsionar para o fortalecimento das lutas, participação popular, etc. É necessário que se tenha clareza que os interesses das empresas e das instituições que trabalhamos, na maioria das vezes, divergem totalmente dos interesses dos/as atingidos e atingidas, mais ainda dos interesses que a categoria profissional tem em sua atuação frente à violação de direitos.

Cabe ressaltar que, apesar do ineditismo do crime, o objeto de trabalho das/os profissionais inseridas/os nestes territórios não difere do objeto de trabalho de profissionais que não estejam inseridas/os nestes espaços, ou seja, ambas/os têm como objeto de trabalho as expressões da “questão social”. O que podemos denominar como inédito nesta situação é o fato de que estas expressões são *agravadas* por um crime de *rompimento de barragem de rejeitos da mineração* e que, dentro deste processo, surge uma nova forma de responder a tais expressões, compreendendo que até mesmo essa “nova” expressão – a luta pela reparação – envolve direitos como: acesso a moradia, retomada de atividades que eram corriqueira na vida dos/as atingidos e atingidas, retomada de suas atividades produtivas (renda), bens e serviços que existiam nas comunidades atingidas; para além do convívio social no qual forçadamente foram obrigados a romper.

Importa salientar ainda que não falamos totalmente de novas expressões vindas de um crime, pois anteriormente ao crime, os territórios já vivenciavam as expressões da “questão social”, tais como: falta de moradia, emprego, pobreza, violações, violências e etc. Com o rompimento da barragem, todos os territórios passaram a vivenciar essas demandas de forma vultosa e exacerbada. Para além dos habitantes da sede, a partir do rompimento da barragem os municípios começavam a abrigar todos aqueles que sofreram deslocamento físico forçado e, por isso não ter sido feito de forma planejada, os efeitos contribuíram (e contribuem) fortemente com o agravamento das expressões da “questão social”. É necessário que se tenha

clareza que os fundamentos da profissão devem nos propiciar uma formação crítica que nos dê subsídios para atuar frente a qualquer expressão da “questão social”, sejam estas “velhas” conhecidas ou advindas de situações novas, como as surgidas a partir de um crime.

A entrevistada “Reassentamento”, além de ter trabalhado em territórios atingidos pela lama, também tem a vivência em territórios que não foram atingidos, mas que devido ao risco eminente de rompimento da barragem acionaram o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM). Ela nos traz também a experiência vinda de um campo de trabalho que se denomina enquanto assessoria técnica independente, o qual possui particularidades distintas, mas não obstante:

Trata-se de um território onde não houve o rompimento da barragem, ... foi acionado o PAEBM da Mina ... da empresa ..., presenciamos os efeitos da "lama invisível" com abrangência em 03 comunidades, as principais demandas identificadas é o adoecimento mental e o acesso as medidas mitigatórias em decorrência da perda ou diminuição drástica da renda. ... nossa principal atribuição é o acolhimento das demandas, elaboração de pareceres técnicos para a empresa e/ou MP e MPF para acesso aos direitos pactuados no Termo de Acordo Preliminar - TAP, elaboração de notas técnicas a partir de demandas coletivas para embasar novos direitos, articulação com a rede local de saúde e assistência social afim de realizar os encaminhamentos. É importante salientar que o trabalho executado pela Assessoria técnica não é de substituição e/ou complementação dos serviços públicos, nosso trabalho é sempre na perspectiva do fortalecimento das políticas públicas entendendo que o também atingindo nestes processos. Bem como, contribuir na construção e elaboração junto aos atingidos e atingidas das medidas de reparação integral (REASSENTAMENTO).

A lama invisível não é um assunto que trataremos com afincio durante este processo de pesquisa, mas é necessário que saibamos que ela existe e os impactos que ela tende a causar requer uma pesquisa ampla, visto que, alguns municípios conseguiram garantir o direito a assessoria técnica independente frente ao PAEBM. No entanto, segundo dados do Estado de Minas (2020, n.p), “a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão que fiscaliza o setor no país, divulgou nessa quinta-feira (1º) a lista das barragens que não tiveram sua declaração de estabilidade atestada e que, por isso, estão interditadas. Ao todo, 45 estruturas estão impedidas de operar, sendo 42 delas localizadas em Minas Gerais”. Minas Gerais é o estado com maior número de barragens, não só em funcionamento, mas também em condições impróprias para continuar a operar, trazendo total insegurança a população que mora nos seus arredores, “a mineradora com o maior número de estruturas interditadas é a Vale. São 31 ao todo, todas em Minas Gerais” (ESTADO DE MINAS, 2020, n.p).

Falamos de um estado que possui a maior parte de rejeitos do sistema minerário e de um país (desgoverno) que contribui maciçamente para a manutenção deste sistema, “no Brasil, existem mais de 400 barragens de rejeitos. Cerca de 220 delas estão em Minas Gerais” (ANGLOAMERICAN, 2021, n.p). A lama invisível, assim como a lama que vem a partir do

rompimento de uma barragem, causa deslocamento físico forçado, danos à saúde psíquica e mental, insegurança, e tantas outras problemáticas que esta pesquisa não terá condições de abarcar, para além da retirada de direitos dos pertencentes ao território. Em Barão de Cocais, por exemplo, moradores vivem a insegurança do alto risco de rompimento da barragem sul superior da mina de Gongo Soco, medo que se agravou desde o ano de 2019:

[...] desde que o primeiro alarme de emergência tocou alguns dos moradores realizam vigília em uma das pontes do rio São João, dormem durante o dia e viram noite a dentro em vigília com receio de serem surpreendidos por uma avalanche de lama. Pois não tem confiança no sistema de alarme da mineradora, como relatado por alguns entrevistados. “*A gente fica revezando nossos grupos aqui na ponte a noite toda, porque se romper a barragem lá em cima e a sirene de emergência falhar, o volume da água aqui nesse ponto aumenta e dá tempo de chamar nossos familiares, amigos, idosos, crianças e correr daqui. Eu não acredito nessa Vale de forma nenhuma*” (GUIVANT, CAMPUS, SANTANA, 2019, p. 3)

Com base na pesquisa feita por Guivant et al. (2019), percebemos que o sentimento de retirada de direitos sentido pelos atingidos/as pela lama invisível é muito próximo ao sentido pelos afetados pelo rompimento de barragens, “mininu, ocê não faz ideia da tristeza e amargura que é a gente ser tirada de casa sem tempo de nada, nem poder voltar para casa. As vezes sonho que minhas panelas estão no fogo” (GUIVANT et al, 2019, p. 3). Tal cenário reforça os apontamentos feitos por Mascarenhas (2021) de que o problema não é apenas referente aos rompimentos, mas do *padrão de minerar no capitalismo*, conforme alertamos no capítulo I ao destacarmos que “o monstro não é novo” (MASCARENHAS, 2021, p. 8).

A “lama invisível” faz com que toda população dos territórios vivencie, antes mesmo do risco de um rompimento, a alteração nos seus modos de vida. Não é necessário que haja o rompimento de barragem para que a população que mora aos arredores sofra os impactos da mineração, o simples fato da chegada de uma mineradora a um território já faz com que os moradores do local tenham que, forçadamente, reorganizar suas rotinas, seja no aumento do tempo que gastará dentro dos meios de transportes devido ao aumento da frota de veículos, seja no aumento da especulação imobiliária, ou ainda na desvalorização desses imóveis por estarem na “mira” da lama, e até mesmo na poluição sonora e poluição atmosférica causada pelo número vultoso de veículos, dentre outras problemáticas.

A alteração forçada do modo de vida, portanto, circunscreve toda a população que habita os territórios onde impera o monstro. Pois, a essas é imposto a cisão do metabolismo entre humanidade e natureza – sem o qual o ser social não pode se efetivar. Ou seja, o sociometabolismo do capital, através do atual modelo de mineração, se constitui em uma ameaça a existência da humanidade, que se concretiza como *desefetivação do ser social*, seja de forma *imediate*, como pode ser observada na chacina de 290 pessoas em Mariana e Brumadinho, ou de forma *mediata*, como consequência da *alteração forçada do modo de vida* (MASCARENHAS, 2021, p. 15).

Portanto, acreditamos que tais fundamentos – ancorados no conceito de alteração forçada do modo de vida – são pressupostos teórico-metodológicos centrais para o trabalho de assistentes sociais nesses territórios atingidos pela mineração e/ou barragens.

No que tange a dimensão da cotidianidade e da clareza em relação as dimensões que compõem o trabalho profissional, a instrumentalidade, acionada para responder às demandas em busca da reparação dos/as atingidos/as, os instrumentos e ações mais utilizados e mencionados pelas assistentes sociais foram: coleta de termo, acolhimento social, reuniões em grupo e parecer social.

O acolhimento é realizado individualmente ou com a família no processo de reparação de danos. Os instrumentos utilizados normalmente são as coletas de termos, relatórios para o ministério público e muitas vezes trabalhos multiprofissionais onde se descreve o trabalho social. O trabalho de base é outra atividade comumente realizada pelo profissional assistente social no processo de acolhimento e escuta das demandas trazidas pelos atingidos (MATRIZ DE DANOS).

Percebemos que, assim como em outros espaços de atuação do assistente social, o mesmo está inserido em equipes multidisciplinar, para assim conseguir dar vazão às demandas dos atingidos e atingidas, “o trabalho não pode ser isolado de outras profissões pois há neste contexto inúmeras situações que perpassam a vida das famílias tais como moradia, saneamento básico, historicidade, direitos violados, ou seja, uma gama de violações que deve ser pensado em conjunto” (Matriz de Danos).

Cabe-nos aqui fazer uma reflexão acerca dos impactos da pandemia no processo de reparação dos/as atingidos e atingidas, tomemos como exemplo o espaço sócio-ocupacional do Plantão Cáritas, local onde realizei o meu estágio. Desde o início do isolamento social, todas as demandas passaram a ser respondidas de forma remota. Isso trouxe novos desafios ao cotidiano da assistente social inserida neste espaço sócio-ocupacional. Assim como todos os profissionais inseridos no mercado de trabalho, foi necessária a reestruturação da metodologia de trabalho para que a assistente social pudesse dar resposta às mais variadas demandas das/os usuárias/os.

O período remoto acabou por alongar o caminho percorrido em direção à reparação dos/as atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Com o período de isolamento social e lockdown, o pouco contato realizado entre os usuários e o Plantão Cáritas é feito por telefone, levando em consideração que nem todos os usuários possuem destreza com as tecnologias e meios digitais. Entendemos que o período remoto trouxe um *retardo* ao processo de reparação.

Em sua atuação profissional, a assistente social inserida na assessoria técnica independente buscou avançar em direção ao Projeto Ético-Político, fazendo as mediações necessárias para melhor leitura da totalidade, entendendo as limitações impostas pela nova metodologia de trabalho e desenvolvendo todas as ações de forma crítica. O problema é que após o encaminhamento das demandas, as mesmas passam por um processo de retardo em outras instâncias, como o Ministério Público e Defensoria Pública. Os/As profissionais atuantes na assessoria, em sua maioria, necessitam de contato físico/atendimento presencial, de modo que é possível destacar a prejudicialidade do período remoto ao processo de reparação.

No Plantão Cáritas conseguimos, em um dado momento, vislumbrar a retomada de uma das atividades que de certa forma é essencial durante o processo de reparação: o atendimento presencial. Com o avançar da vacinação e cenários um pouco melhores do que a meses presenciávamos por causa da Pandemia de *Covid-19*, foi possível retomar alguns atendimentos presenciais, buscando atender preferencialmente os atingidos e atingidas que apresentavam dificuldades de conseguir participar do atendimento online³³, para que, assim, conseguíssemos que todos aqueles que porventura necessitassem de atendimento não tivessem o seu pedido negado devido aos desdobramentos da conjuntura atual.

O atendimento presencial/acolhimento se torna um momento único no contato com os usuários e é a partir deste momento que conseguimos identificar no nosso objeto de trabalho quais expressões da “questão social” são mais evidentes nestes espaços para, posteriormente, haver a construção das respostas profissionais. Segundo Auxílio Financeiro: “*o empobrecimento da população atingida é a principal expressão da questão social mais evidente*”, para Auxílio Moradia, “*as expressões mais recorrentes eram os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, abuso de substâncias (remédios, drogas, álcool) e danos gravíssimos à saúde mental e física. Havia inúmeros casos de depressão, alcoolismo, abusos*”. Confirmando uma realidade que as pesquisas já vinham demonstrando:

Adensa essa análise, a pesquisa sobre a saúde mental da população atingida de Mariana e Barra Longa, realizada por Neves (et all, 2019, p. 12) em que afirma:

³³ Importa salientar que, o atendimento por meio remoto/online não é regulamentado pelo CFESS, visto que ainda são necessárias algumas reflexões acerca da qualidade do trabalho exercido desta forma. No entanto, frente à pandemia que se instaurou no mundo, esta foi uma forma de resguardar a população usuária de possíveis contaminações, bem como conseguir dar vazão às suas demandas que neste período pandêmico ficaram ainda mais afloradas. Entretanto, uma das reflexões feita pelo CFESS foi acerca do sigilo profissional, de como resguardar a privacidade e o sigilo dos atendimentos, “no âmbito do trabalho remoto, não é possível à/ao profissional saber, a priori, se estas condições estão dadas. A pessoa que está ao telefone, ou utilizando outros meios remotos, pode estar em casa, no trabalho, na rua ou outros locais. Pode ainda estar sozinha ou acompanhada. Pode estar em local que assegure sua privacidade ou não” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 9).

“[...] se rompe muito mais do que uma barragem. Os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama, que é física, mas também simbólica, atingem diferentes dimensões da vida”, sendo que “[...] Isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se renova dia após dia na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas [...]”. O estudo, que entrevistou 225 pessoas adultas, aferiu cinco tipos de transtornos mentais: depressão (28,9%) e transtorno de ansiedade generalizada (32%), com incidência cinco vezes maior e três vezes maior que a incidência nacional, respectivamente; transtorno de estresse pós-traumático (12%); risco de suicídio (16,4%) e transtorno por uso de substâncias (24,4% declararam aumento da dependência de tabaco). Em relação a população de 46 crianças e adolescente, aferiu a incidência de depressão (39,1%); ansiedade (39,1%) e transtorno de estresse pós-traumático (82,9%) – só não maior que em desastre nuclear (88%)” (MASCARENHAS, 2021, p. 16).

O acolhimento das demandas dos/as atingidos e atingidas é uma das principais atribuições da/o assistente social inserido na assessoria, assim como a sistematização de dados e elaboração de documentos que competem somente ao Serviço Social. Não devemos nos esquecer de que o momento do acolhimento deve ser também de instrução e formação dos usuários, contribuindo com o processo de informação dos mesmos nesta construção da reparação integral,

O trabalho do assistente social no âmbito de uma assessoria técnica se dá inicialmente pela escuta do sujeito que tem seus direitos violados sem muitas vezes terem sido público da assistência social. Este é um grande desafio, pois quando há uma situação adversa como um rompimento de barragem ou deslocamento de famílias para outras áreas, a fragilidade passa a ser a principal questão dessas famílias. Entender essa fragilidade e necessidade de escuta e atendimento social, é um desafio do profissional que tem que ser cotidianamente construído e capacitado com estudos e formação (MATRIZ DE DANOS).

Entender o caráter pedagógico da profissão é fundamental, mas também um desafio à categoria profissional. Assim como mencionado por Matriz de Danos, outros tantos desafios surgem no cotidiano do/a assistente social inserido na assessoria técnica independente, dentre eles o enfrentamento frente às mineradoras “*num contexto desigual e novo para os profissionais*” (Auxílio Financeiro). Estar inserido em um novo campo de trabalho lidando com uma das faces mais cruel do capitalismo é um “fardo” muito pesado, por isso urge a necessidade de uma leitura crítica da realidade para que consigamos compreender, assim como Mascarenhas (2021, p. 8) nos expôs, que “é necessário assimilar que o monstro, longe de ser novo e de padrão estadual e/ou nacional, é gestado, assim como todas as outras atividades produtivas, à garantir, no marco do território, a lei geral de acumulação capitalista, pois “[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, [1890] 2017, p. 719) (MASCARENHAS, 2021, p. 8).

Igualmente desafiador é a “*desvalorização do trabalho do profissional do serviço social, que fica muito limitado pelo contrato de trabalho, pelas atribuições*” (Auxílio Moradia). Mais uma vez é importante reafirmar a importância do alinhamento da categoria

profissional perante os objetivos da profissão e salientar a relativa autonomia que se faz presente em todos os espaços de inserção da/o assistente social, bem como da condição de instabilidade da classe trabalhadora perante a quem contrata seus serviços, como sinalizado no tópico 2.1 deste estudo.

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo para a definição de um perfil profissional da profissão: valores que orientem, competência teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias a sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado as forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2010, p. 422).

Além dos fundamentos da profissão e da clareza dos nossos princípios e objetivos, é necessário que o/a profissional esteja atento às mudanças conjunturais, *“por ser uma nova face da questão social a violação de direitos ocasionados por rompimento ou acionamento do PAEBM, penso que o principal desafio seja o embasamento teórico e metodológico algo que não é específico somente do serviço social, pois a legislação brasileira ainda está em construção”* (Reassentamento). O depoimento de Reassentamento vai ao encontro com a discussão que elaboramos no capítulo I, de como o Estado tende a corroborar com este processo de violação de direitos causados pelas IEM's, a exemplo disso, o crime ocorrido em Brumadinho mais de três anos depois do crime ocorrido em Mariana.

Para as/os profissionais que atuam/atuaram frente ao segundo crime, acreditamos que os horizontes se apresentavam um pouco mais favoráveis no campo de atuação, compreendendo que era possível fazer a troca de conhecimento com as/os profissionais que atuam/atuaram frente ao primeiro crime. Entretanto, apesar de os espaços sócio-ocupacionais possuírem a mesma base de trabalho - expressões da “questão social” -, é imprescindível que a/o profissional conheça as particularidades do espaço de atuação, bem como acompanhe as mudanças das legislações que podem implicar do desenrolar de seu trabalho, como por exemplo, para os/as profissionais inseridos/as em territórios atingidos é importante conhecer as leis que implicam nos direitos dos/as atingidos e atingidas por barragens, seja em esfera estadual³⁴, seja federal³⁵ e/ou municipal. A dimensão investigativa é fator primordial nos/nestes espaços de atuação.

³⁴ Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab), Lei 23795, promulgada em 15/01/2021. Disponível em:<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=lei&num=23795&comp=&ano=2021>>.

³⁵ Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), PL 2788/19. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2201532>>. Em buscas realizadas até a data de 23/10/2021, a PL encontrava-se “aguardando apreciação pelo Senado Federal”. “Representantes da

Para Matriz de Danos “os desafios postos ao trabalho profissional é saber lidar com o estresse, as violações e rupturas ocasionadas por situações de crime ambiental. Neste cenário é importante o cuidado e priorização do atendimento, de acordo com cada situação, a fim de se viabilizar o acompanhamento destas pessoas”. É preciso compreender a particularidade de cada sujeito para que se faça uma escuta ativa durante o atendimento.

Apesar de ser desafiadora a atuação em territórios atingidos por barragem e altamente violados, as profissionais compreendem que é a partir destes desafios que se abre as possibilidades para o novo frente a realidade que está posta:

“existe a possibilidade de transitar por novos espaços, realizar boas construções e diálogos com a comunidade, além de ampliar o campo de atuação” (AUXÍLIO MORADIA);

“penso que o trabalho nas Assessorias Técnicas surgem como um novo campo de trabalho para os(as) assistentes sociais e a possibilidade de contribuir na elaboração da construção de novos direitos” (REASSENTAMENTO);

“como possibilidade, tem-se uma escuta apropriada e capacitada com encaminhamentos e acompanhamento social, além de um trabalho conjunto para o processo de reparação” (MATRIZ DE DANOS);

“as possibilidades se dão através da análise da conjuntura local que permite que sejam propostas formas do Assistente Social realizar efetivamente um trabalho que transforme a realidade da população e deixe a eles condições de prosseguirem com seus novos modos de vida sem desconsiderar o contexto social que os abarca” (AUXÍLIO FINANCEIRO).

Aqui então, a partir dos relatos, vamos identificando o reconhecimento por parte das profissionais das potencialidades e a importância de assistentes sociais nesses espaços. O trabalho de assistentes sociais na assessoria técnica independente tem se apresentado não só como um meio de *viabilizar os direitos dos/as atingidos/as*, a partir do trabalho desenvolvido pelo profissional, mas também como uma possibilidade de imersão da categoria a um debate que se faz presente no cotidiano profissional, mas que ainda não tem se destacado de forma relevante.

A despeito disto, Netto (1996) nos aponta reflexões favoráveis sobre a importância da presença forte do assistente social no seu campo de atuação profissional e de como a falta de conhecimento sobre o campo de atuação reduz a capacidade de realizar inovações. Conforme o autor chama atenção, a lacuna entre desconhecimento e inseguranças na execução de suas

Justiça defenderam nesta quarta-feira (20) a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. A proposta (PL 2788/19) já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda votação dos senadores” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, n.p).

atribuições e competências, bem como a ausência da dimensão investigativa no trabalho, tende a não ser favorável ao trabalho e categoria profissional:

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais "seguros", mais "legitimados"), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições - por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p.111)

O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos/as possibilita o processo de formação e construção de consciência coletiva, para que estes, em sua luta, busquem por políticas que versem inteiramente sobre as suas demandas e que possam contribuir com o desfecho de suas problemáticas, para além de possibilitar um banho de realidade à categoria que nestes territórios tem como pano de fundo e objeto de intervenção, expressões da “questão social” agravadas por uma das faces mais cruel do capitalismo predatório, as indústrias extrativas minerais. Percebemos que não só as atribuições e competências do Serviço Social na assessoria técnica independente são compreendidas de maneira dúbia, mas o trabalho desenvolvido pelo assessor técnico em Serviço Social também. E isso impossibilita o avanço da categoria no debate, bem como a novas possibilidades, fortalecendo os impasses da prática profissional.

Como mencionado, para realização do trabalho as equipes são multiprofissionais, mas para além destes profissionais que também fazem assessoria na área de sua graduação, nos territórios atingidos existem as redes de proteção socioassistenciais. A rede socioassistencial “é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005, p. 94).

Fazem parte da rede socioassistencial os equipamentos como os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e demais equipamentos que propiciem o acolhimento das demandas dos/as usuários/as e a garantia da efetivação de seus direitos. O município de Mariana, por exemplo, conta com alguns outros

equipamentos como o Conviver, e os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS I, CAPSij (CRESCER) e CAPS Álcool e Drogas.

O trabalho das/os assistentes sociais inseridos na rede se dá através destes aparelhos e, especificamente no CRAS, mediante a “prevenção de riscos sociais, buscando proporcionar desenvolvimento para os usuários, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares, etc.” (ANDRADE et al, 2015, n.p.); e no CREAS, a partir da “atenção às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, responsáveis também pelas partes administrativas, burocráticas, de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, etc.” (ANDRADE et al, 2015, n.p.)

Outra potência para o fortalecimento da rede na busca pela ampliação e efetivação dos serviços são os movimentos sociais. Nesse sentido, precisamos avançar na direção de encaminhamentos que não dependam somente da rede institucional, por exemplo: o usuário apresentou uma demanda de habitação, para além de encaminhá-lo aos equipamentos já presentes na rede, ou apenas viabilizar o acesso a um serviço ou política, cabe-nos apresentá-lo o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, além de outras lutas que são também uma frente de trabalho profissional; “é a partir da compreensão de que o trabalho do/a assistente social não se limita somente à instituição ou a política pela qual foi contratado que se torna possível vislumbrar essas inúmeras outras possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais” (SILVA, 2018, p. 10). A indicação destes movimentos ao usuário contribui não só com a luta, como também com a formação política desde sujeito, princípio que defendemos em nosso Projeto Ético-Político. Portanto, no caso do espaço de trabalho aqui apresentado o diálogo e encaminhamento para o MAM e o MAB também são tarefas necessárias.

Entretanto, com base nos dados da pesquisa, parece dúbio para os/as profissionais da rede socioassistencial o entendimento sobre o trabalho desenvolvido pelas/os assistentes sociais inseridas/os na assessoria, “*acredito que a rede ainda não conhece por completo o trabalho desenvolvido pelo Assistente Social da Assessoria*” (Auxílio Financeiro); “*penso que é algo muito novo, é preciso dizer qual é nosso trabalho e delimitar muito bem a nossa atuação*” (Reassentamento). Para além da dificuldade de distinção e entendimento dos trabalhos realizados pela assessoria, as redes, em sua maioria, contam com poucos recursos destinados a assistência, e nos territórios atingidos pela barragem de Fundão, os reflexos do crime contribuem fortemente com a sobrecarga de trabalho dos/as profissionais inseridos nestes equipamentos, o que tende a corroborar com a fala de Auxílio Moradia: “*acho que a impressão é de que as demandas da assessoria sobrecarrega os serviços*”.

A nosso ver, é necessário pautar que não são as demandas dos atingidos que sobrecarregam a rede e sim a não destinação de recursos para as políticas sociais, a precariedade das condições de trabalho na rede e a falta de contratação de mais profissionais para dar suporte a todo este processo, ainda que com os acordos firmados entre empresas e prefeituras.

Conforme sabemos, a escolha de destinar valores irrisórios e/ou insuficientes para a assistência social é funcional ao capital e à própria dinâmica dos partidos e grupos políticos que revezam a gestão municipal, tomemos como exemplo o município de Mariana. Em Mariana, nos últimos dez anos a arrecadação anual do CFEM chegou a bater números como R\$ 140.013.921,7427³⁶, R\$ 65.841.958,0927³⁷ e R\$ 312.626.086,7527³⁸. O primeiro montante refere-se ao ano de 2013 - período anterior ao crime, o segundo, ao ano de 2017 - período em que as atividades das mineradoras estavam paralisadas, o terceiro e de maior valor, foi o que mais nos chamou atenção, este é referente ao ano de 2021, mas **não é o valor total anual**, é o valor **parcial** recolhido até o mês de setembro, ou seja, pós crime e diante uma pandemia, os lucros das empresas cresceram exponencialmente, como já havia sido demonstrado neste estudo, mas que apresentados sob a forma de cifras, nos traz uma enorme indignação.

Do valor deste montante, **65%** fica para o *município* onde ocorre a exploração mineral, e estes valores devem ser “aplicados em projetos que, direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação” (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, 2020, n.p). Portanto, cabe-nos refletir porque é que mesmo tendo valores substanciais nas receitas dos municípios onde ocorre a lavra de minério, a rede socioassistencial é precarizada, com programas focalizados que não contemplam toda a população que dela precisa? Em quais políticas públicas e sociais do município esses valores têm sido investidos? É preciso nos diversos espaços de trabalho politizar essa questão.

E, especialmente no município de Mariana, para além da arrecadação da CFEM, foi firmado um acordo no qual as empresas devem fortalecer a infraestrutura do município como uma das compensações pelo crime.

Para apoiar de forma suplementar o sistema de saúde e de proteção social do município de Mariana, a Fundação Renova entregou, nesta quinta-feira (30), sete veículos de apoio para as Secretarias de Desenvolvimento Social e Cidadania e de Saúde. Para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, foram entregues

³⁶ Dado colhido na Agência Nacional de Mineração.

³⁷ Dado colhido na Agência Nacional de Mineração.

³⁸ Dado colhido na Agência Nacional de Mineração.

três automóveis de passeio e dois veículos 4x4. Já a Secretaria de Saúde recebeu três automóveis de passeio, uma van e um 4x4. A ação segue o Acordo Judicial de Mariana, firmado em 25 de abril, com o Ministério Público de Minas Gerais e o município. Além de ações estruturantes, **a Fundação Renova fará um aporte financeiro para contratação de profissionais de saúde e assistência social para o município no valor de R\$ 11,3 milhões**. O repasse da verba será feito pela Fundação Renova trimestralmente. A previsão é que o primeiro aporte aconteça ainda no primeiro semestre de 2019. Com essa entrega, a Fundação Renova reforça o apoio à gestão pública dos municípios com ações que fortalecem as estruturas existentes, tanto no atendimento à saúde física e mental como na proteção social. Mariana conta com mais de 40 profissionais nos serviços de saúde e proteção social contratados pela Fundação a fim de garantir o atendimento aos atingidos. Em abril, a Renova disponibilizou o aluguel de um imóvel para a implementação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) em Mariana, além de móveis e equipamentos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Santo Antônio (SCFV), para o Acolhimento Institucional para mulheres e para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para a equipe conviver, que acompanha a saúde mental dos atingidos, a Fundação aluga um imóvel para o seu funcionamento. A Fundação Renova executou também a reforma do imóvel da Prefeitura de Mariana que hoje abriga a UBS (Unidade Básica de Saúde) destinada ao atendimento de saúde dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019, n.p, *grifo nosso*).

A precariedade da rede socioassistencial fica ainda mais contraditória quando, de um lado, temos um município recebendo altos valores para efetivação de políticas públicas/infraestrutura, e de outro, as empresas que alegam dar subsídios para a não sobrecarga destes equipamentos. Mais uma vez o capital acaba colocando impasses aos profissionais inseridos nestes espaços, isso pois os inseridos na rede socioassistencial sofrem com a sobrecarga de demandas e os atuantes na assessoria não conseguem atender a todas as demandas dos/as atingidos e atingidas. Em meio a tudo isso, temos os/as atingidos e atingidas que ficam num movimento de “ping pong”, sem saber onde e como apresentar suas demandas, ainda que grande parte dos mesmos buscam lutar através do MAB.

Portanto, é de fundamental importância demarcar que o trabalho da/o assistente social inserido na assessoria técnica independente a territórios atingidos por barragens de rejeitos da mineração fundamenta-se no processo de reparação dos/as atingidos e atingidas, e, portanto, existem várias limitantes que os impedem de fazer o acompanhamento das famílias para além do processo de reparação, como por exemplo, para a maior parte das entrevistadas a visita domiciliar – entendida como uma estratégia técnico-operativa importante para aproximação das realidades – não é um instrumento utilizado no cotidiano neste contexto de reparação, “*o Assessor técnico atua de forma macro no processo de reparação, não realizando visitas domiciliares, por exemplo*” (Auxílio Financeiro). São atribuições da/o assistente social neste espaço atender demandas advindas de problemáticas com auxílio financeiro, auxílio moradia, reassentamento, pecúnia e tantos outros assuntos que envolvam o processo de reparação. O

trabalho da/o assistente social na assessoria técnica independente finda-se com a reparação integral dos/as atingidos e atingidas.

Entretanto, o acompanhamento familiar é uma tarefa desenvolvida pelos assistentes sociais inseridos na rede socioassistencial do município. Ademais, o que queremos com estas reflexões não é culpabilizar os profissionais inseridos na rede diante o processo de reparação, mas contribuir com o debate da importância que o trabalho em rede tem na garantia da efetivação dos direitos dos usuários. Ou seja, o trabalho em rede é uma chave central para o trabalho nas assessorias. Inclusive se considerarmos, conforme nos alerta Bravo e Matos (2010), que uma das tarefas de assistentes sociais das assessorias vinculadas as ONGs é enfrentar a lógica de defesa de redução da esfera estatal. Para Auxílio Financeiro *“a relação entre a Assessoria e a rede tem se fortalecido com o tempo. Com o passar dos anos, fica cada vez mais evidente a necessidade da rede intervir e acompanhar de forma mais efetiva os desdobramentos impostos pelo crime continuado”*. Seria então o trabalho da assessoria concomitante com o trabalho da rede socioassistencial uma possível forma de assegurar uma reparação justa e integral para todos os/as atingidos e atingidas?

O questionamento se dá devido ao fato de que o/a profissional inserido na assessoria técnica independente não possui subsídios suficientes para continuar o atendimento dos/as atingidos/as após fazer os encaminhamentos dos usuários no processo de reparação, e para findar o processo de reparação não adianta apenas que as empresas paguem um valor monetário às famílias, é necessário profissionais com competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que contribuíssem no processo de escolha e tomada de decisões destes núcleos familiares, que façam acompanhamentos, visando sempre a garantia dos direitos dos mesmos, *“o trabalho entre assessoria técnica e rede socioassistencial se dá de maneira muito significativa, pois o serviço faz articulação com todos os serviços: assistência, saúde e educação. Sem essa articulação não se realiza o trabalho”* (Matriz de Danos).

Ressaltamos que, apesar de trazer este debate, compreendemos que os/as profissionais inseridos na rede, dentro de suas limitações, também avançam em direção a reparação dos/as atingidos e atingidas. Com base em nossa experiência no campo de estágio, endosso que por vezes fizemos encaminhamentos para rede socioassistencial, seja por ofício ou relatórios, e nos casos que envolviam maiores mediações diante das diversas expressões da “questão social” que atravessavam os sujeitos atendidos por nós fazíamos reuniões visando achar a melhor solução para a resolução daquela demanda.

Com o findar deste estudo, percebemos dois pontos cruciais a serem trabalhados. Para além de todos os desafios postos à categoria diante os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A nosso ver, o Serviço Social precisa: avançar na discussão acerca do sistema minerário visando dar suporte aos profissionais inseridos nestes “campos minados”. Pois, o trabalho da/o assistente social nestes espaços assume um caráter primordial durante o processo de reparação, é preciso que estes profissionais em sua atuação tenham uma leitura crítica da realidade, para que consigam fazer os encaminhamentos mediante o entendimento da totalidade dos fatos. Afinal, conforme chamou atenção Netto (1996), novas demandas e novos espaços de trabalho exigem novas competências que só podem ser respondidas a partir de competências sociopolíticas e teórico-instrumentais.

É nessa dupla dimensão que se podem promover (re) legitimações profissionais, com o alargamento do campo de intervenção (“espaço profissional”) das profissões. Ora, novas competências remetem, direta mas não exclusivamente, à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e, no caso do Serviço Social, isso quer dizer conhecimento sobre a realidade social (NETTO, 1996, p.109).

A materialização de uma reparação justa e integral para os/as atingidos/as por rompimento de barragem de rejeitos da mineração virá a partir de um conjunto de ações, tomadas de forma consciente e crítica, em que o/a profissional de Serviço Social, assim como as outras categorias profissionais, tende a contribuir qualitativamente para a efetivação deste direito, “*considera-se de fundamental importância as assessorias técnicas independentes no processo de reparação junto às famílias atingidas pelos empreendimentos minerários e como tal, para além de outras profissões o trabalho do assistente social no âmbito das violações de direitos*” (Matriz de Danos), entendendo que a/o assistente social “*é visto como um profissional de fundamental importância na articulação com a rede, os serviços, as empresas e o Ministério Público, além de estar em constante articulação junto as famílias atingidas*” (Matriz de Danos).

Neste sentido, é importante apresentar um dos documentos primordiais na luta pela reparação das/os atingidas/os por rompimento de barragem de rejeito, a *Matriz de Danos*. A Matriz de Danos é um documento que contém a relação dos valores para a indenização das perdas e danos causados pelo crime. Diante do crime de rompimento da barragem de Fundão, essa lista foi criada a partir do cadastramento das famílias atingidas.

Os dados coletados do processo de cadastramento foram analisados e tratados por especialistas e inseridos em categorias e subcategorias de perdas e danos específicos. Em seguida, foram valorados a partir do embasamento em estudos de diversas áreas de conhecimento: ciências sociais, ciências agrárias, ciências ambientais, ciências econômicas, ciências da saúde, direito, arquitetura e urbanismo, dentre outras (CÁRITAS BRASILEIRA MINAS GERAIS, 2021, p. 5).

Para a realização dos trabalhos foram contratadas algumas instituições que possuem conhecimento nestes processos, e seus trabalhos eram coordenados pela assessoria técnica independente dos/as atingidos/as, o que reforça mais uma vez a importância de que os territórios atingidos pela mineração tenham direito a assessoria técnica independente para que esta possa contribuir com a defesa dos direitos dos mesmos. Para além da indenização, devem ser asseguradas aos atingidos e atingidas outras modalidades de direitos para que se chegue à reparação integral do crime.

Cabe destacar que a INDENIZAÇÃO é uma das modalidades para a REPARAÇÃO INTEGRAL dos danos, responsabilidade da Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton, por intermédio ou não da Fundação Renova. De acordo com o conceito desenvolvido e aplicado no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para uma reparação integral todas as modalidades abaixo deverão ser garantidas pelos responsáveis: ▪ Indenização pelas perdas e danos sofridos: as empresas deverão pagar quantia que indenize o atingido pelas perdas e danos (materiais e imateriais) sofridos; ▪ Restituição: as empresas deverão devolver as condições preexistentes ao rompimento da barragem de Fundão – como a restituição da moradia através das reconstruções, reassentamentos familiares ou coletivos, preservação dos modos de vida e acesso à infraestrutura e bens coletivos (posto de saúde, igreja, escola etc.); ▪ Compensação econômica ou por outros meios: caso não seja possível a restituição do direito lesado nos termos no item anterior – como a compensação pela não restituição integral (área, testada, declividade etc.) das moradias, as empresas deverão compensar o atingido; ▪ Reabilitação (médica, econômica, social, psíquica, entre outras) dos sujeitos (individuais e coletivos) lesados: as empresas deverão se responsabilizar pela restauração das condições físicas e psicológicas dos atingidos – assim como a reabilitação das atividades econômicas; ▪ Medidas de satisfação: as empresas deverão promover medidas para preservação e/ou reabilitação da honra, cultura e memória das pessoas atingidas – como o reconhecimento e pedido público de desculpas por parte das empresas que deram causa ao crime; ▪ Não repetição: as empresas deverão garantir a não repetição do ocorrido, tomando todas as providências necessárias para total segurança – a exemplo do descomissionamento das estruturas do Complexo Germano e o não reassentamento em áreas de risco (CÁRITAS BRASILEIRA MINAS GERAIS, 2021, p. 7).

A priori, a Matriz de Danos era um documento previsto pelo TTAC e desenvolvido pela Fundação Renova:

De acordo com a Nota Técnica 08/2016/CTOS-CIF (CTOS, 2016a), a formulação da Matriz de Danos responde às cláusulas 31 a 39 do TTAC, que versam sobre a estruturação de um programa de ressarcimento e de indenização das pessoas atingidas. A Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, portanto, foi concebida como instrumento operacional do Programa de Indenização Mediada (PIM) (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2019, p. 19).

Entretanto, o documento elaborado pela Fundação Renova não contemplava a realidade dos/as atingidos/os, fazendo com que fosse necessário travar mais uma luta para garantir que este direito fosse efetivado de forma justa. Assim como nas políticas de assistência, é necessário que todo o processo de reparação dos/as atingidos e atingidas seja

pensado juntamente com os mesmos, sendo extremamente importante a participação destes sujeitos na elaboração de documentos decisórios, como previsto pelo TTAC.

Em análise preliminar sobre o processo de construção dos documentos que conformam a Matriz de Danos elaborada pela Fundação Renova, não foram identificados registros metodológicos que permitam inferir a participação real e constante dos atingidos nesse processo. As informações fornecidas pela Fundação Renova sobre o “engajamento de stakeholders” são pontuais e não parecem considerar a necessidade constante de processos de participação. Identifica-se o relato sobre a realização de “37 reuniões para levantar danos e prejuízos junto aos impactados” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017), número aparentemente insuficiente perante o alcance geográfico do rompimento, e a informação não oficial sobre aproximadamente 200 reuniões supostamente realizadas no momento inicial de construção da Matriz de Danos (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2019, p. 34).

Insatisfeitos com a atuação da Fundação Renova no processo de reparação, os atingidos e atingidas juntamente com as assessorias técnicas independentes, passaram a se organizar para a elaboração de uma Matriz de Danos que fosse coerente com as suas perdas e danos sofridos, “os atingidos já vinham identificando limitações nos produtos da Fundação Renova desde o início de sua atuação, sobretudo no que se refere à identificação e dimensionamento de danos (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2019, p. 42).

As empresas ofereceram uma matriz de danos que não tinha nenhum diálogo com a realidade dos atingidos. Os atingidos não participaram da construção dela. Surge daí a demanda clara dos atingidos para a construção de uma matriz que fosse independente e de confiança, pensada a partir desse diálogo com a AT. Uma matriz que representasse a realidade dos atingidos e que trouxesse a valoração das perdas e danos que eles sofreram (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2019, p. 42).

Se analisarmos o processo de reparação dos/as atingidos e atingidas conseguimos ver a importância da assessoria técnica independente nesses territórios, exemplos básicos nos apontam isso, como: a diferença nos números de famílias cadastradas pela Fundação Renova e pelas assessorias técnicas independentes, a dificuldade no acesso à informação, a fala não acessível da Fundação Renova; dentre outras problemáticas que a assessoria técnica independente juntamente com a população atingida conseguiu contornar.

Como mencionado, a Matriz de Danos “é um documento que visa estabelecer valores para todos os danos sofridos pelas pessoas atingidas. Ela é uma planilha, em que é adicionado o nome do dano e o valor justo respectivo a ele” (GUAICUY, 2021). A Matriz de Danos dos atingidos e atingidas de Mariana, por exemplo, após levantamento dos danos nos eixos 1, 2, 3 e 4 do cadastro, está dividida em dois grandes eixos: Eixo 1 - danos materiais, e Eixo 2 - danos imateriais. Como demonstra tabela abaixo:

Quadro 2 – Organização da Matriz de Danos

	EIXOS DO CADASTRO	O QUÊ?
MATERIAL	Eixo 1: Perdas e danos materiais individuais ou	Bens materiais como terrenos, casas, benfeitorias, outras construções, bens domésticos específicos,

	familiares	produção agrícola ou animal, entre outros.
	Eixo 2: Perdas e danos referentes às atividades econômicas	Comércio e serviços, indústria e artesanato, trabalho, atividades agrossilvipastoris, dentre outras.
IMATERIAL	Eixo 3: Perdas e danos materiais e morais referentes a bens coletivos	Perda de acesso a bens de uso coletivo como escolas, templos, correios, cemitérios, sistemas de abastecimento de água, redes de energia elétrica, transporte, entre outros.
	Eixo 4: Perdas e danos extrapatrimoniais	Danos morais, estéticos e existenciais, como perdas humanas e desaparecimentos, perdas e danos relativos à saúde, alterações no modo de vida e relações comunitárias, à biodiversidade local e animais domésticos, danos ao uso do tempo, entre outros.

Fonte: Cáritas, 2020

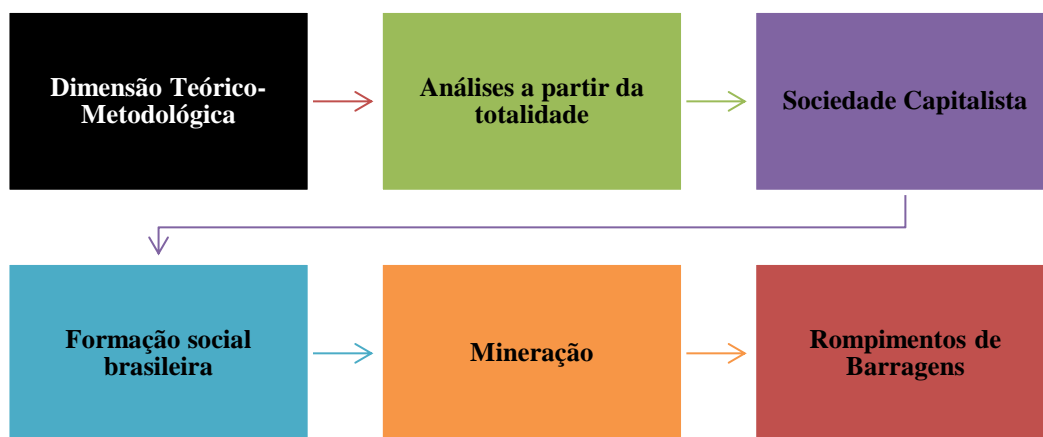
Percebemos que este documento busca contemplar todos os aspectos necessários à reparação dos atingidos e atingidas, e, portanto, acaba sendo para os/as assistentes sociais mais um importante instrumento no trabalho na assessoria técnica independente. A nosso ver tal documento contribui para o fortalecimento do trabalho profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político. A materialização do mesmo se apresenta como um ponto fundamental a todo e qualquer trabalho desenvolvido pelo assistente social, os processos de mobilização social, de lutas, do trabalho de base.

A Matriz de Danos só foi possível através da mobilização dos atingidos e atingidas, da escuta dos mesmos, dos levantamentos de dados e etc., o que faz dela um instrumento crucial para a reparação, não só por conter valores justos de indenização, mas por ser fruto de um trabalho coletivo realizado a partir da perspectiva de dano daqueles que os sofreram, “trata-se de uma conquista histórica, resultado de um longo e árduo processo de construção coletiva, disputa e reivindicação da população atingida do município (BARROS, 2020, n.p).

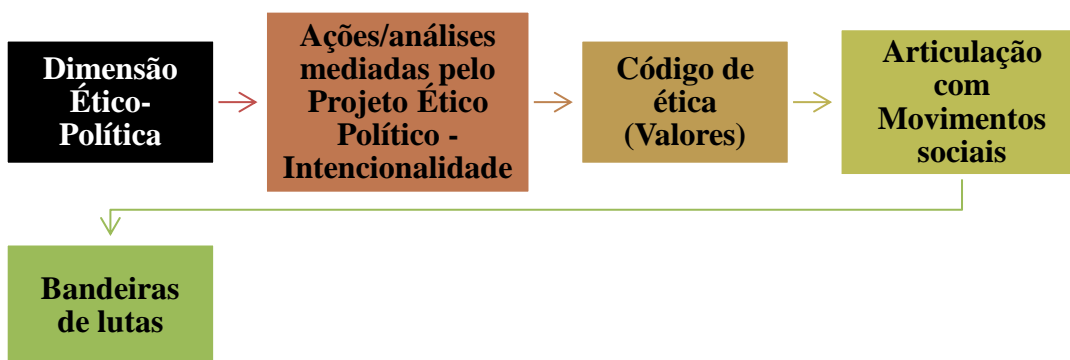
No bojo da assessoria e reparação está o/a profissional de Serviço Social cumprindo sua função enquanto trabalhador assalariado, visando a viabilização dos direitos dos/as atingidos e atingidas de forma a materializar um trabalho na direção do Projeto Ético-Político. No desenrolar do trabalho profissional, é necessário que o/a assistente social tenha clareza que todo a sua atuação nesse espaço deve ser mediada pelas três dimensões do exercício de sua profissão.

Para melhor visualização e possibilidade de sínteses conclusivas do que construímos ao longo do presente trabalho, construímos organogramas com algumas das principais atribuições e competências do/a assistente social nestes espaços, e as alocamos dentro de cada dimensão do trabalho profissional.

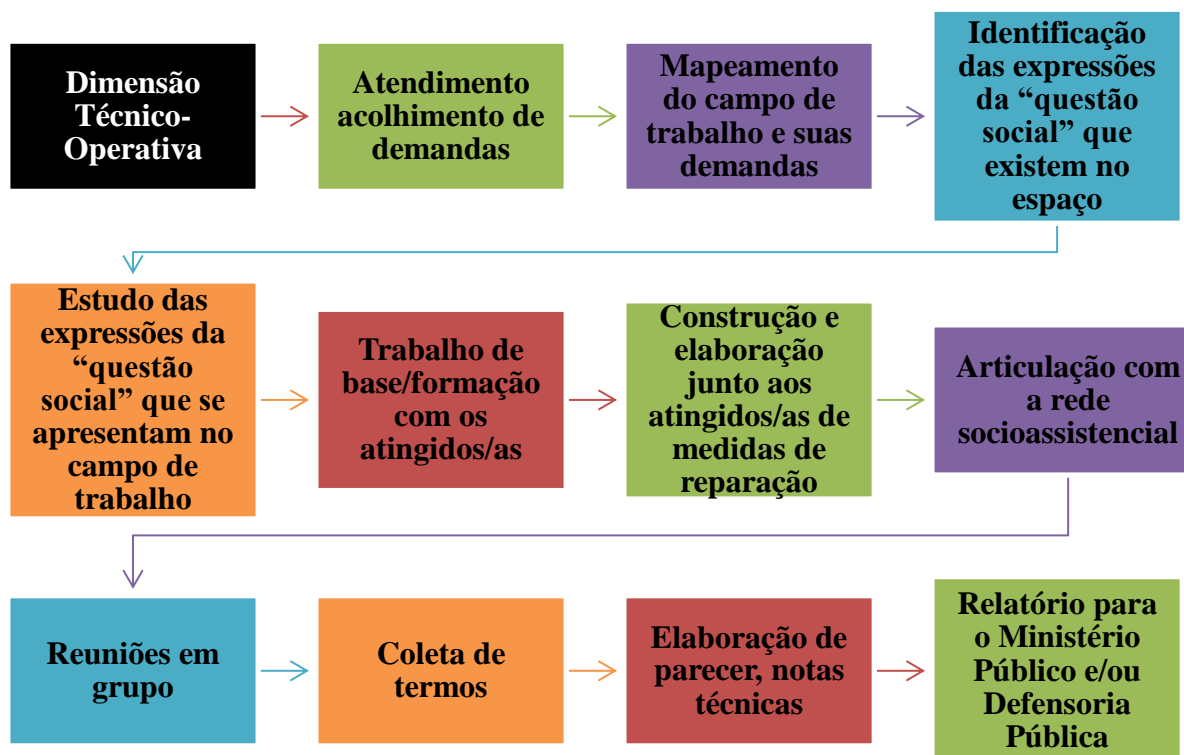
Organograma 1: Questões do trabalho vinculadas a dimensão teórico-metodológica.



Organograma 2: Questões do trabalho vinculadas a dimensão ético-política.



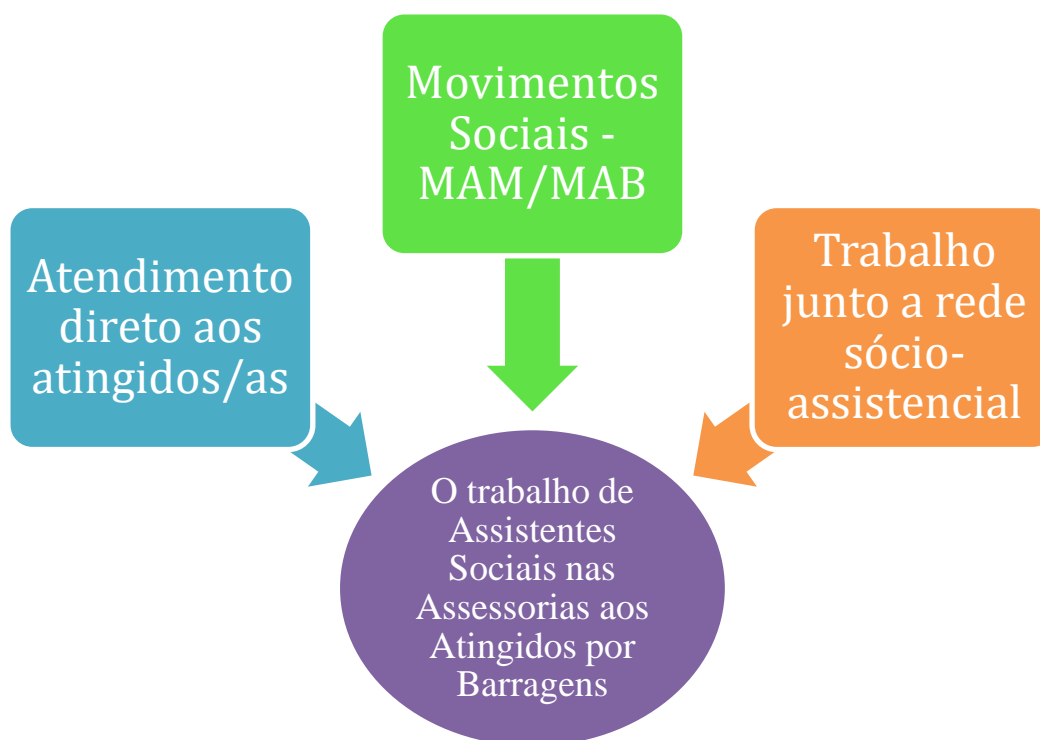
Organograma 3: Questões do trabalho vinculadas a dimensão técnico-operativa.



Nota-se, que mesmo sendo um novo campo de trabalho, as competências e atribuições do/a assistente social inserido/a na assessoria não fogem do escopo dos fundamentos da profissão. Por exemplo, a tarefa de construir e elaborar junto aos atingidos e atingidas medidas de reparação está presente na lei que regulamenta a profissão, no seu Art. 4º inciso II, que diz que compete ao assistente social “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (CFESS, 2011, p.44).

O inciso V do mesmo artigo versa sobre outra competência do assistente social: “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (CFESS, 2011, p.44). Ao fazer o trabalho de base/formação dos atingidos e atingidas, o/a profissional está contribuindo com o entendimento dos sujeitos a respeito de quais são os seus direitos e de como acessá-los, o que dentro da assessoria técnica independente a estes territórios um fator primordial na atuação profissional é prepara-los para o enfrentamento da luta pela reparação integral. Aqui, foram apresentados breves panoramas que nos mostram que os fundamentos da profissão nos dão subsídios para atuar frente aos territórios atingidos por rompimento de barragens da mineração, mas, se pegarmos o miúdo da lei 8.662, especialmente os artigos 4º e 5º teremos toda base da atuação profissional.

Para além do primeiro ponto mencionado acima, é necessário também: compreender como uma das possibilidades para contribuir na luta pela reparação integral dos/as atingidos/as por rompimento de barragem a construção de uma dinâmica de trabalho que oportunize a construção de três frentes não hierárquicas que se articulem dialeticamente. Sendo uma dessas frentes a aproximação com os movimentos sociais³⁹ que versam sobre a causa – possibilitando a inserção/entendimento dos sujeitos na luta. A própria atuação na assessoria técnica independente em si – trabalhando juntamente com os atingidos e atingidas na defesa de seus direitos a partir dos mais diversos setores. E também o trabalho junto a rede socioassistencial, compreendendo que o seu trabalho continuará por um longo período a sofrer reflexos do crime ocorrido no território, visto que, infelizmente o crime se “renova” a cada dia.



³⁹ A exemplo destes movimentos temos o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens e o MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

CONCLUSÕES

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (João Guimarães Rosa).

O objetivo deste trabalho é contribuir para o debate sobre o trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independente aos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Partindo de uma leitura dialética da realidade esse trabalho – como qualquer outro na ordem do capital – apresenta *limites* e *possibilidades*. *Limites* na atuação enquanto um trabalhador assalariado inserido na divisão sociotécnica do trabalho, o qual lida com sujeitos vivos tendo que responder às mais diversas refrações das expressões da “questão social” gestadas neste sistema capitalista e agudizadas pelo crime de rompimento de barragem e que possui dilemas ainda necessários de avanços quanto ao trabalho desenvolvido pela assessoria técnica independente e a atuação em rede. E *possibilidades* enquanto uma categoria que versa sobre a defesa dos direitos da população usuária, que tem como possibilidade de trabalho na assessoria técnica independente uma atuação sustentada pelo tripé – assessoria, movimentos sociais e rede socioassistencial – o qual, a nosso ver, é um caminho propício para contribuir na direção à reparação integral dos atingidos e atingidas por rompimento de barragens de rejeitos da mineração.

Estar inserido no espaço de assessoria permite também à categoria profissional fazer reflexões acerca do campo da assessoria, da formação profissional que os/as assistentes sociais necessitam ou não para atuação neste espaço, bem como com o entendimento da necessidade de uma formação continuada e de se estudar as particularidades da região no qual o Serviço Social atua – principalmente aquelas que influenciam diretamente nos modos de vida dos pertencentes ao território. Assim, o/a profissional pode buscar em suas ações a materialização do Projeto Ético-Político, possibilitando o processo de formação e construção de consciência coletiva.

O crime de rompimento da barragem de Fundão ainda reflete muito nas condições de vida de todos aqueles territórios varridos ou não pela lama. O caos instaurado após 5 de novembro de 2015, aparentemente atenuado, traz o desejo de dias melhores e de uma reparação justa e integral à população pertencente aos territórios. Através deste estudo, observamos o quão funcional o Estado – este que deveria ‘em tese’ garantir direitos e qualidade de vida digna a toda sociedade- é ao capital, e de como as mineradoras se beneficiam dessa relação com o Estado frente aos impactos que o crime de rompimento de barragem pode causar.

O trabalho de assistentes sociais nas assessorias técnicas independentes aos territórios atingidos por rompimento de barragem é de fundamental importância dentro do processo de reparação dos atingidos e atingidas. Como explicitado ao longo de todo estudo, o/a assistente social assume tarefas como a de formar, instruir, contribuir com o entendimento destes sujeitos para a luta, e sobre as expressões da “questão social” que estão vivenciando. Para além do caráter pedagógico do trabalho, a categoria tem em seu fazer deveres como “a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (CFESS, 2011, p. 29), bem como “b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código” (CFESS, 2011, p. 29), assim como tantos outros elementos presentes no Código de Ética que, influenciam na atuação profissional para que esta seja executada de maneira a contribuir com a população usuária. Tais elementos defendidos pela categoria fazem com que estes profissionais sejam tão necessários/requisitados durante a defesa dos direitos dos/as atingidos e atingidas.

A assessoria enquanto campo de trabalho para o/a assistente social vem se constituindo como potência, ainda que de forma tímida falemos sobre a assessoria enquanto espaço sócio-ocupacional. É necessário entender as possibilidades que este campo de trabalho propicia, principalmente no processo de *organização popular e política dos sujeitos* (como esperado também em demais espaços). No processo de assessoria, assim como em todos os campos de trabalho, é preciso que o profissional seja propositivo, criativo, que busque uma formação continuada, entenda as particularidades do seu espaço de trabalho, compreenda o cerne das expressões da “questão social” que os usuários deste espaço apresentam, e que, a partir desse, entendimento fortaleça a luta dos mesmos em busca da efetivação dos seus direitos.

Os fundamentos da profissão que se materializam nas dimensões teórica-metodológica, ético política e técnico-operativa, permitem ao profissional atuar frente a realidade e a qualquer expressão da “questão social”, fazendo mediações de maneira crítica, entendendo que não existe neutralidade dentro de uma profissão que visa a defesa dos direitos da população usuária. O exercício profissional traz diversos desafios aos profissionais de Serviço Social, no entanto, a desmistificação do cotidiano com análises críticas alinhada às três dimensões, rompendo com visões fatalistas e/ou messiânicas nos permitem sair do campo da imediatividade e da burocracia.

Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los (IAMAMOTO, 2006, p. 35).

O trabalho dos/as profissionais inseridos nas assessorias técnicas independentes se deu inicialmente de forma conturbada, entendendo que naquele momento falávamos de um crime sem precedente que traria junto com ele a exacerbação da “questão social” e suas múltiplas expressões. Uma tarefa árdua foi imputada aos assistentes sociais, para além da atuação profissional frente ao crime: era necessário naquele momento achar os caminhos de atuação frente às novas demandas postas. Contudo, conforme já nos alertava Iamamoto (2000): “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2000, p. 20)”.

Ao concluirmos este trabalho outras inquietações foram surgindo, estas, ainda carecem de estudo, como por exemplo: como manter o sigilo profissional dentro do processo de reparação dos/as atingidos e atingidas, visto que, em um dado momento, alguns usuários optaram em ter acompanhamento de um advogado particular, os quais, por sua vez, passaram a demandar também das/os assistentes sociais inseridas/os na assessoria técnica independente alguns documentos. Ou seja, além do trabalho desenvolvido dentro da assessoria técnica independente, as demandas de trabalho destes profissionais foram atravessadas por essa nova demanda sobre a qual não conseguiam ter controle. Para além da possível sobrecarga de trabalho, os documentos seriam entregues aos atingidos/as e repassados aos advogados particulares, e o percurso que estes documentos fariam até chegar à justiça não seria possível de precisar, entendendo que este é um dever do assistente social presente no art. 5º do código de ética, “d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CFESS, 2011, p. 29). O que nos faz questionar sobre: como seria a entrega deste material? O documento seria uma versão sucinta ou detalhada dos fatos? Com a entrega deste material a terceiros (advogados particulares) seria possível manter o sigilo profissional?

Por fim, escrever este Trabalho de Conclusão de Curso durante o período de pandemia foi uma tarefa desafiadora. Além de lidar com a crise sanitária, vivenciamos um momento de desgoverno no qual atinge toda a classe trabalhadora e nos distancia da

esperança de dias melhores, o que em isolamento social tornava ainda mais adoeceador fazer qualquer tipo de reflexão sobre tal assunto e momento histórico. Inicialmente, as reflexões acerca do tema deste TCC seriam mais voltadas a ética profissional e pretendíamos dialogar com todos os profissionais inseridos nos territórios atingidos, sejam estes das assessorias técnicas independentes, das redes socioassistenciais, e até mesmo os contratados pelas empresas terceirizadas – rede privada-, para que pudéssemos assim ter um panorama mais amplo sobre o tema no qual propúnhamos a estudar. No entanto, o período pandêmico trouxe limitações a todos os campos, e no processo de pesquisa não foi diferente.

Além da necessidade de isolamento social, encontramos muitas dificuldades em estabelecer contato com os/as profissionais de Serviço Social que estiveram ou estão inseridos/as nestes territórios, e com a participação destes/as no estudo, o que fez com que tivéssemos que reestruturar nossa pesquisa e o recorte de nosso objeto. Não posso deixar de salientar a frustração sentida em relação a não resposta de alguns profissionais ao questionário de nossa pesquisa, apesar de compreender que a dinâmica de trabalho no cotidiano muitas das vezes engole o profissional que trabalha com sobrecarga de demandas, em condições precarizadas e com longas jornadas de trabalho. Porém, é preciso compreender que o processo de pesquisa também é a materialização do Projeto Ético-Político, e para estes profissionais já inseridos nos campos de trabalho, apesar de ser um direito presente no Código de Ética, a tarefa de pesquisar, escrever e socializar dados, nem sempre é possível.

Portanto, a participação nas pesquisas é de fundamental importância no avanço da categoria ao entendimento das novas dinâmicas do sistema capitalista, entendendo que é no ato de pesquisar que conseguimos fortalecer a atuação profissional, bem como desvelar a realidade que se apresenta cada vez mais sobrecarregada de “novas” expressões da “questão social” gestadas neste sistema capitalista.

[...] a cada transformação social posta ao Serviço Social, este se fez presente, moldando-se, articulando e reconstruindo seu objeto de ação profissional, abarcando sua formação e ação profissional na intenção de responder a esta realidade. O reconhecimento deste processo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído historicamente no Serviço Social está presente na sua produção científica, pois o conhecimento construído pelos profissionais expressa a realidade de cada momento, de toda a conjuntura, tanto profissional como também cultural, econômica, política e social do país, e a inserção do assistente social neste contexto (NETO; BARROS, 2014, p. 18).

Outrossim, a pesquisa contribui “largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre essa realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o

avanço científico das Ciências Sociais” (YASBEK; SILVA, 2005, p. 42 apud NETO; BARROS, 2014, p. 20), bem como com a possibilidade de novas proposta de intervenção.

Foi o que buscamos através desta pesquisa: desvelar o cotidiano profissional das/os assistentes sociais inseridas/os nas assessorias técnicas independentes a territórios atingidos pelo rompimento de barragens da mineração e contribuir também com o entendimento daqueles que não estão inseridos nestes espaços sobre como se dá o processo de trabalho nesse campo que se apresenta como novo.

Acreditamos que esta pesquisa não esgota a necessidade de produção de conhecimento sobre nosso objeto geral. Como apresentado, sofremos constantemente com as mutações do sistema capitalista e com o crime que se renova a cada dia, portanto, ainda há muito que se pesquisar e contribuir com o debate, pois, “o cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem. A história e o progresso transformam continuamente sua paisagem, mas não o exterminam” (CARVALHO, 2005, p. 24 apud NETO; BARROS, 2014, p. 24).

REFERÊNCIAS

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. **Defesa do direito à Saúde e Assistência social.** Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/Ac%CC%A7a%CC%83o-Sau%CC%81de-Samarco-IC16.000093-3-25jun2018.docx>>. Acesso em: 02/02/2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. **Arrecadação da CFEM por Substância.** Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx>. Acesso em: 27/10/2021.

_____. **Distribuição CFEM.** Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx>. Acesso em: 27/10/2021.

ARAÚJO, Gabriel. **Exportação de minério de ferro do Brasil tem maior nível do ano em junho.** UOL 01/07/2020. Disponível em: <[https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/07/01/exportacao-de-minerio-de-ferro-do-brasil-tem-recuperacao-em-junho-e-supera-30-mi-t.htm#:~:text=S%C3%83O%20PAULO%20\(Reuters\)%20%2D%20As,Secex\)%20nesta%20q uarta%2Dfeira](https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/07/01/exportacao-de-minerio-de-ferro-do-brasil-tem-recuperacao-em-junho-e-supera-30-mi-t.htm#:~:text=S%C3%83O%20PAULO%20(Reuters)%20%2D%20As,Secex)%20nesta%20q uarta%2Dfeira)>. Acesso em 19/03/2021.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho et al. **Rede Socioassistencial e Viabilização de Direitos: desafios ao Serviço Social.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/redesocioassistencialeabilizacao-de-direitos-desafios-ao-servico-social.pdf>>. Acesso em: 01/10/2021.

ANGLOAMERICAN. **Barragem de rejeitos.** Disponível em: <<https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/barragem/barragem-de-rejeitos>>. Acesso em: 24/09/2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 23/09/2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS E DO BRASIL. **O que é a CFEM?** Disponível em: <<https://www.amig.org.br/cfem>>. Acesso em 19/02/2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, Ellen. **Assessoria técnica de Mariana.** Jornal a Sirene, 04/ 11/2019, Edição 42. Disponível em: <<https://issuu.com/jornalasirene/docs/edio42-outubroissuu>>. Acesso em: 03/02/2021.

_____. **Matriz de Danos por uma reparação justa integral.** Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/noticias/matriz-de-danos-por-uma-reparacao-justa-integral>>. Acesso em: 16/11/2021.

_____. **Projeto da Cáritas em Mariana recebe reforços.** Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/noticias/projetos-da-caritas-em-mariana-recebem-reforc>>. Acesso em: 16/11/2021.

_____. **Marias de Minas em Luta.** Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/marias-de-minas-em-luta/?fbclid=IwAR3KbJmzVc1dywZgtVqLxy6ppycuon2EKYCJI4GFpVFoz0hWPPYfkvlmOXg>>. Acesso em: 20/12/2021.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho:** análise a partir da realidade de Mariana-MG. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação.** Disponível em: <https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02/07/2021.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** Revista katálysis, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300005>>. Acesso em: 24/07/2021

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Murilo Castro; FONSECA, Tatiana Maria Araújo et al. **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** 2 ed, São Paulo: Cortez, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Debatedores pedem aprovação de política para populações atingidas por barragens.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/818790-debatedores-pedem-aprovacao-de-politica-para-populacoes-atingidas-por-barragens/>>. Acesso em: 23/10/2021

CAPANEMA, Carolina. **Minas Gerais: vocação mineradora ou autodestruição?.** Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/03/24/artigo-minas-gerais-vocacao-mineradora-ou-autodestruicao>>. Acesso em: 23/04/2021.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e Histórico.** Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 01/02/2021.

_____. **O que é a Matriz de Danos da população atingida de Mariana.** Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/April2021/OPUnMgIE75jp7mstimpn.pdf>>. Acesso em: 25/10/2021.

CARRANO, Pedro. **Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes cometidos contra o Brasil.** Brasil de Fato, 2017. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/07/venda-da-vale-completa-20-anos-e-foi-um-dos-maiores-crimes-cometidos-contr-o-brasil>>. Acesso em: 19/02/2021.

CARRARA, Virginia Alves et al. **Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes.** Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1271>>. Acesso em: 05/07/2021.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social.** 1ª edição (1 janeiro 2013). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

COELHO, Tádzio Peters. **Minério-dependência e alternativas em economias locais.** Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 3, p. 1-8, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%C3%A9rio-depend%C3%Aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana.** 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-depend%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 22/01/2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 19/03/2021.

_____. **Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para assistentes sociais sem redução salarial.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaocfess30horas.pdf>>. Acesso em: 23/09/2021.

_____. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>>. Acesso em: 20/10/2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH. **Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o vale do Rio Doce.** Disponível em:<>. Acesso em: 19/10/2021.

DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Desastre.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desastre/>>. Aceso em: 12/03/2021.

ESTADO DE MINAS. **Minas Gerais tem 42 das 45 barragens de mineração interditas no país; veja a lista.** Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/02/interna_gerais,1190988/minas-gerais-tem-42-das-45-barragens-de-mineracao-interditadas-no-pais.shtml>. Acesso em: 24/09/2021.

FILHO, Rodrigo de Souza. **Gestão Pública e Democracia: A Burocracia em Questão**. Lumen Juris; 2ª edição (1 janeiro 2013).

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce / Fundação Getúlio Vargas**. – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019. Disponível em:< http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-das-matrizes-de-danos-no-contexto-da-reparacao-do-desastre-do-rio-doce.pdf>. Acesso em: 25/10/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social de Mariana recebem 7 veículos**. Disponível em:< <https://www.fundacaorenova.org/release/secretarias-de-saude-e-de-desenvolvimento-social-de-mariana-recebem-7-veiculos/> >. Acesso em: 27/10/2021.

GALEANO, Eduardo. Primeira parte: A Pobreza Do Homem Como Febre Do Ouro, Febre Da Prata. Vila Rica De Ouro Preto: A Potosí De Ouro. In: **As Veias Abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010, 392 p.,
_____. Segunda Parte: 1) O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes. 2) A estrutura contemporânea da espoliação. In: **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre, L&PM, 2015. P. 354-396.

GENOMA FLORESTAL. **EIA/RIMA: O que é e para que serve?** Disponível em: <<https://geonomaforestal.com.br/eiarima-o-que-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 15/02/2021.

GIMENES, Erick. **Atividades da Vale ajudam a espalhar covid-19 pelo interior do país**. Brasil de Fato, 16/06/2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/coronavirus-se-alastra-entre-trabalhadores-de-municipios-com-mineracao-da-vale>>. Acesso em: 03/06/2021.

GONÇALVES, Eduardo. **Órgão responsável por monitorar barragens não tem dinheiro para fazer fiscalização**. Revista Veja, 18/11/2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/orgao-responsavel-por-monitorar-barragens-nao-tem-dinheiro-para-fazer-fiscalizacao/>>. Acesso em 16/02/2021.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Serviço Social e Sociedade, ano XXVIII, 2007.

GUIVANT, Julia Silvia et al. **Barão ou tostão? Visão de moradores de Barão de Cocais em relação ao risco de rompimento da barragem da mina de Gongo Soco**. Disponível em:< <http://www.meioambientepocos.com.br/Trabalhos%20Cient%3%ADficos/Sa%3%BAde,%20Seguran%3%A7a%20e%20Meio%20Ambiente/283.%20Bar%3%A3o%20ou%20tost%3%A3o%20Vis%3%A3o%20de%20moradores%20de%20Bar%3%A3o%20de%20Cocais.pdf> >. Acesso em: 24/09/2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 4 ed. 2010.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2000.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios**. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30303/20727>.

Acesso em: 30/08/2021.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. In: MOTA, Ana Elisabete Mota et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. jul. 2006. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>. Acesso em: 20/11/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA - IBGE. **Minas Gerais/ Mariana/ Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama> >. Acesso em: 01/02/2021.

_____. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>>. Acesso em: 11/02/2021.

Instituto Brasileiro de Mineração- IBRAM. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf> >. Acesso em: 19/03/2021.

INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. **O mito da mineração. Entrevista especial com Bruno Milanez**. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514383-plano-nacional-de-mineracao-o-mito-da-mineracao-entrevista-especial-com-bruno-milanez>>. Acesso em: 23/04/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e Serviço Social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>>. Acesso em: 27/09/2021.

LAMOSO, L. P. **Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 718-736, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123788>>. Acesso em: 01/04/2021.

MARINI, R.M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPARDINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005, p.137-181. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 03/02/2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política /livro I**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2v, 929p.

MASCARENHAS, Raquel Mota. **Dois faces do mesmo monstro**. No prelo.

MELLO, Alessandra. **Mineradoras financiam políticos**. Jornal Estado de Minas, 15/11/2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708080/mineradoras-financiam-politicos.shtml>. Acesso em: 16/02/2021.

MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. In: **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2009. P.47-74.

MILANEZ, Bruno; MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; PINTO, Raquel Giffoni; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters. **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (Org.). Marabá-PA: Editorial iGuana, 2016, 237 p. - (coleção a questão mineral, v.2).

_____. Wanderley, L. J. (2020) **O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?”: uma avaliação da (não-)fiscalização e da nova Lei de (in)Segurança de Barragens**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 4(4), 1-14. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/07/Milanez-2020-O-n%C3%BAmero-de-barragens-sem-estabilidade-dobrou-Versos.pdf>>. Acesso em: 02/04/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ação Civil Pública**. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20202%20PJ%20MARIANA%2020IC%200400_15_003061%20e%200400_15_000307-9.pdf>. Acesso em: 03/10/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **O desastre**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 15/02/2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Disponível em: < <https://www.prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/PNAS-2004.pdf>>. Acesso em: 03/10/2021.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**/Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 3ª ed. - São Paulo; Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).
_____. **A natureza do Serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2014, n° 120, pp. 694-705.

MOTA, Lucineide dos Remédios; FERNANDES, Keila Chaves. **A relação do Serviço Social e o terceiro setor: Um estudo a partir da ONG – NAVE em São Luís – MA.** Disponível em: <<https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-RELA%C3%87%C3%83O-DOSERVI%C3%87OSOCIAL-E-O-TERCEIROSETORUmestudoapartirdaONGNAVEemS%C3%A3oLu%C3%ADs-MA..pdf>>. Acesso em: 27/09/2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM - MAB. **Quem somos.** Disponível em: < <https://mab.org.br/quem-somos/> >. Acesso em: 19/10/2021.

NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo. **A pesquisa como ferramenta de desvelamento da realidade: subsídios para a construção de conhecimento.** Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608145831.pdf >. Acesso em: 18/11/2021.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social.** In: Revista Temporalis n° 3, Brasília: ABEPSS, 2001 (pág. 41 a 49).
_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.
_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2ª ed. - São Paulo; Cortez, 1996
_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7ª ed. - São Paulo; Cortez, 2009.
_____. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.
_____. **introdução ao estudo do método de Marx.** - 1.ed.- São Paulo, editora: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAIVA, Fernando Santana. **Psicologia frente à “questão social”: reflexões sobre a práxis profissional no enfrentamento à pobreza.** Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23430>>. Acesso em: 22/02/2021.

PANIAGO, Maria Cristina. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In: **Crise contemporânea e Serviço Social**. Gilmaisa M. Costa, Rosa Prêdes, Reivan Souza (orgs). Maceió: EDUFAL, 2010.

PEREZ, Fabíola. **Descaso e a lama**. Revista Isto É, 13/11/2015, Edição n° 2684 25/06. Disponível em: <https://istoe.com.br/440651_LAMA+E+DESCASO/>. Acesso em 16/02/2021.

PRATES, Jane Cruz. **A Pesquisa Social a partir do Paradigma Dialético-crítico: do Projeto à Análise do Dado**. Diversidade e estética em Marx e Engels, 2016, ed. Papel social.

PREFEITURA DE MARIANA. **Conheça um pouco da História de Mariana: A primeira cidade de Minas**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/historico#:~:text=Em%201745%20o%20rei%20de,sede%20do%20primeiro%20bispado%20mineiro>>. Acesso em: 02/04/2021.

REDE JUBILEU SUL BRASIL. **Tragédia em Mariana: Movimento dos Atingidos por Barragens pede justiça**. Disponível em:< <https://jubileusul.org.br/noticias/tragedia-em-mariana-movimento-dos-atingidos-por-barragens-pede-justica/>>. Acesso em: 19/10/2021.

RESOLUÇÃO N° 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22/04/2021.

RODRIGUES, Aline Andrade; et al. Teleologia e autonomia: estratégias do exercício profissional do assistente social em Santa Catarina. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. I, p. 77-93.

RODRIGUES, Leo. **Samarco amplia período de layoff de cerca de 800 empregados**. Agência Brasil, 20/04/2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/samarco-pretende-conceder-novo-periodo-layoff-parte-de-seus-funcionarios>>. Acesso em: 22/02/2021.

SAMORA, Roberto. **Exportação de minério do Brasil dispara em setembro ao maior nível em quase 5 anos**. UOL, 01/10/2020 Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/10/01/exportacao-de-minerio-de-ferro-do-brasil-sobe-quase-20-em-setembro.htm>>. Acesso em: 19/03/2021.

SANT'ANNA, Carlos. **O Serviço Social na contemporaneidade e a ruptura com conservadorismo na profissão**. RECSA – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, v.7, n.1, jan/jun, 2018. Disponível em: <<https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/download/82/84>>. Acesso em: 25/07/2021.

SIGNIFICADOS. **O que é Assessoria**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/assessoria/>>. Acesso em: 18/07/2021.

SILVA, Jéssica Lorrany de Jesus. **Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana–MG, Brasil**. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/49539/30904>. Acesso em: 02/04/2021.

SILVA, Jordana Ferreira; SILVA, Fernanda Faria; OLIVEIRA, Héder Carlos. **Mineração, especialização produtiva e o rompimento da barragem de Fundão: impactos socioeconômicos do desastre em Mariana (Minas Gerais – Brasil)**. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_134.pdf>. Acesso em: 19/02/2021.

SILVA, Poliana Einsfeld. **O trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais: reflexões acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Caritas/Downloads/ekeys,+00593+O+trabalho+das+assistentes+sociais+junto+as+movimentos+sociais+-+reflex%C3%B5es+acerca+do+movimento+nacional+da+popula%C3%A7%C3%A3o+.pdf>>. Acesso em: 14/11/2021.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social – Diferentes Concepções e Compromissos Políticos**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013. Capítulo 4 – A leitura Marxista sobre a pobreza. P. 161-183.

SOUZA, Francielle. **Mariana: uma história com a mineração**. Jornal a Sirene, 05/11/2017. Disponível em: < https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20 >. Acesso em: 15/02/2021.

SKODOWSKI, Thais. **Três anos após tragédia, região de Mariana ainda tem desemprego alto**. Portal R7 18/02/2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/tres-anos-apos-tragedia-regiao-de-mariana-ainda-tem-desemprego-alto-19022019>>. Acesso em: 22/01/2021.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos Do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS**. Rio de Janeiro, 2019. 331 f.

TRINDADE, Rosa Lúcia P. **Desvendando as Determinações Sócio-históricas do Instrumental técnico-operativo do Serviço Social na Articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais**. In: Revista Temporalis, ano 2, n.4, jul/dez, 2001. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>>. Acesso em: 15/07/2021.

VASCONCELOS, Ana Maria (2006). **Prefácio. Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. Editora: Cortez; 5ª edição (20 março 2018), São Paulo.

VIANA, Beatriz Borges et al. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** Disponível em:<https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf> Acesso em: 10/06/2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Do Boom ao Pós- Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil.** Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2017. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil>. Acesso em: 01/02/2021.

_____. MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90.

XAVIER, Juliana Benício; VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. O trabalho e seus sentidos: a destruição da força humana que trabalha. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. p.197-232.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social.** In: Revista Temporalis n° 3, Brasília: ABEPSS, 2001 (pág. 33 a 40).

APÊNDICE

Questionário da pesquisa intitulada: O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo:

E-mail:

Telefone:

1) Atualmente, você trabalha em alguma assessoria de território atingido?

Sim

Não

2) Se sim, qual?

3) Se não, em qual assessoria você já trabalhou?

II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4) Informe a sua instituição de formação.

5) Informe o ano de conclusão da graduação.

6) Indique a modalidade da formação:

Presencial

Ensino à Distância (EAD)

Outro

7) Na sua opinião, o conhecimento adquirido durante a graduação deu conta de responder as demandas do Serviço Social neste campo de trabalho?

Sim

Não

III. TRABALHO PROFISSIONAL

8) Atualmente possui quantos vínculos empregatícios?

1

2

3

9) Qual a carga horária total de trabalho semanal?

10) Informe a função exercida no espaço de trabalho.

- 11) Qual o tipo de vínculo empregatício?
- 12) Informe a natureza da instituição que trabalha.
- 13) Em sua equipe possui quantos assistentes sociais?
- 14) Sabemos que a inserção em um novo campo de trabalho sempre nos traz desafios, portanto, fale-nos um pouco sobre quando foi e como foi o seu primeiro contato com o território atingido.
- 15) Conte-nos um pouco sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social na assessoria aos atingidos. Se estiver em um *campo* específico (assessoria técnica, território, cadastro etc.), informe-nos qual é, quais são as expressões da “questão social” (*objeto de trabalho*) mais evidentes, e as suas principais *atribuições* neste espaço.
- 16) Como é feito o acolhimento das demandas dos atingidos e quais instrumentos de trabalho você mais utiliza?
- 17) Na sua opinião, quais os principais desafios e possibilidades encontrados pelo assistente social na assessoria dos atingidos?

IV. DESAFIOS E POSSIBILIDADES

- 18) O/A assistente social inserido na assessoria mantém contato com a rede socioassistencial do município?
 - () Sim
 - () Não
- 19) Se sim, conte-nos:
 - A. Você faz algum encaminhamento para a rede socioassistencial?
 - B. Fale um pouco sobre a relação entre a assessoria e a rede.
 - C. Na sua opinião, como é visto pelos profissionais inseridos na rede socioassistencial o trabalho desenvolvido pelo assistente social da assessoria.
- 20) Use deste espaço para fazer um relato, ou trazer alguma informação que considere importante ser abarcada nesta pesquisa, mas que não apareceu em nenhum momento nas perguntas acima.